

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

MARIA ELDA ALVES DE LACERDA CAMPOS

**A TESSITURA DA VIOLÊNCIA:**  
MOTIVAÇÃO E MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

Porto Alegre

2021

MARIA ELDA ALVES DE LACERDA CAMPOS

**A TESSITURA DA VIOLÊNCIA:  
MOTIVAÇÃO E MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEC) do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Adriano Schwingel

Porto Alegre

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Alves de Lacerda Campos, Maria Elda  
A TESSITURA DA VIOLÊNCIA: MOTIVAÇÃO E MANIFESTAÇÕES  
NO AMBIENTE ESCOLAR / Maria Elda Alves de Lacerda  
Campos. -- 2021.  
121 f.  
Orientador: Paulo Adriano Schwingel.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:  
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Saúde. 2. Educação. 3. Violência. 4.  
Adolescente. 5. Epidemiologia. I. Schwingel, Paulo  
Adriano, orient. II. Título.

**Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MARIA ELDA ALVES DE LACERDA CAMPOS

**A TESSITURA DA VIOLÊNCIA:  
MOTIVAÇÃO E MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR**

**BANCA EXAMINADORA**

*Paulo Adriano Schwingel*

---

Prof. Dr. Paulo Adriano Schwingel – Presidente

*Tatiana Souza de Camargo*

---

Profa. Dra. Tatiana Souza de Camargo – UFRGS

*Thereza Christina da Cunha Lima Gama*

---

Profa. Dra. Thereza Christina da Cunha Lima Gama – UPE

*Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes*

---

Profa. Dra. Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes – UPE

Ao meu pai, *in memoriam*, Ezequiel Terto (Zequinha)  
Pelo incentivo, ensinamentos e história de vida. “  
Viver é muito bom, mas saber viver é melhor ainda”  
(Essa frase era a sua narrativa de ensinamento  
para nós, com firmeza e doçura)  
Meu maior exemplo!

*Já dizia um nobre sábio  
Que o conselho num finda  
Seu “Zequinha” comentava  
Que alegria é bem-vinda  
E afirmava em alto tom  
“Que viver é muito bom  
Mas saber viver, é melhor ainda”!*  
Do Amigo,  
(Francisco Macedo de Amorim)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor meu Deus, que todo tempo tem me ajudado, me concedendo saúde, força, coragem e determinação para alcançar os meus objetivos.

Aos meus filhos, netos e esposo, pela compreensão e pelo apoio às minhas escolhas e decisões.

Ao professor Dr. Paulo Adriano, pelas orientações, pelo apoio na trajetória de doutoramento, pelos ensinamentos, competência e expressivo preciosismo que possibilitou o êxito deste trabalho.

À Gerência Regional de Educação, professora Anete Ferraz, pela disponibilidade em conceder permissão ao campo de pesquisa.

Aos coordenadores pedagógicos das Escolas Estaduais selecionadas, pelo acolhimento e apoio necessário para a consecução deste trabalho.

Aos professores das Escolas Estaduais selecionadas, Adelina Almeida e Simão Durando, pela colaboração e participação na pesquisa.

À Universidade de Pernambuco – UPE, pela oportunidade de qualificação e apoio institucional.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e à equipe da Secretaria, sobretudo, Leonardo Penz, pela acessibilidade, disponibilidade e acolhimento, minha gratidão.

Aos queridos amigos colaboradores, alunos e colegas, pelas consideráveis colaborações, além dos alentos tão necessários nesse momento.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Tatiana Souza de Camargo, Profa. Dra. Thereza Christina da Cunha Lima Gama e a Profa. Dra. Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes, pelas valiosas contribuições que ajudaram a lapidar a escrita desta tese.

Minha gratidão a todos que, de forma direta ou indiretamente, colaboraram e me apoiaram nessa caminhada.

Assim, a tese apresentada é resultado de um empenho coletivo, que envolveu professores(as), alunos(as), amigos(as), instituições, familiares e conhecimentos científicos acumulados.

*Violência  
Esse mal é tão profundo  
E provoca decadência  
Enfraquece a esperança  
Empobrece a nossa crença  
Não há quem viva um segundo  
Sem ficar triste num mundo  
Repleto de violência!*  
(Francisco Macedo de Amorim)

*Tem dias que a gente se sente, como quem partiu ou morreu  
A gente estancou de repente, ou foi o mundo então que cresceu!  
A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar  
Mas eis que chega a roda viva, e carrega o destino prá lá ...*  
(Chico Buarque)

## RESUMO

A violência no âmbito escolar envolvendo adolescentes nas suas mais variadas expressões, configura um grave problema de saúde pública, caracterizando um cenário de grande complexidade. Essa tese aborda a tessitura da violência, motivação e manifestações no ambiente escolar. O objetivo foi estudar as manifestações da violência no ambiente escolar a partir da literatura científica, de informações epidemiológicas brasileiras e das narrativas de professores do ensino médio de escolas públicas. Foram produzidos cinco trabalhos científicos, um artigo de revisão bibliográfica sistematizada, três artigos com dados secundários originados do banco do SINAN/DATASUS/MS, com abordagem quantitativa, e o quinto artigo com dados primários aplicando a técnica de grupo focal a partir das narrativas de professores do ensino médio. Verificou-se que a literatura investigada contribuiu para a compreensão dos aspectos envolvidos nas relações entre os estudantes e deles com a instituição escolar. A violência vivenciada pelos adolescentes, estudantes assumiu diferentes faces. Nas regiões e no Brasil os eventos violentos apresentaram tendência crescente. Houve um predomínio do sexo masculino como agressor e do feminino como vítima. Dentre as várias formas de violência, o *bullying* foi a mais presente no espaço escolar, manifestado por atos de violência verbal e física, esse tipo também foi identificado sob a ótica de professores. Ressalta-se a necessidade do fortalecimento das ações de vigilância das violências, a fim de dar maior visibilidade a esse “agravo”, ainda bastante subnotificado, com o intuito de revelar sua real magnitude. Os resultados desses estudos poderão contribuir para o planejamento e o desenvolvimento de ações intersetoriais visando à prevenção da violência e atenção aos adolescentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Adolescente; Escola; Epidemiologia.



## **ABSTRACT**

Violence in the school environment involving adolescents in its most varied expressions constitutes a serious public health problem, characterizing a scenario of great complexity. This thesis addresses the texture of violence, motivation, and manifestations in the school environment. The objective was to study the manifestations of violence in the school environment based on scientific literature, Brazilian epidemiological information, and the narratives of high school teachers in public schools. Five scientific papers were produced, one systematic bibliographic review article, three articles with secondary data originating from the SINAN/DATASUS/MS database, with a quantitative approach, and the fifth article with primary data applying the focus group technique from the narratives of high school teachers. It was found that the investigated literature contributed to the understanding of the aspects involved in the relationships between students and between them and the school institution. The violence experienced by teenagers; students took on different faces. In the regions and in Brazil, violent events showed an increasing trend. There was a predominance of males as aggressors and females as victims. Among the various forms of violence, bullying was the most present in the school space, manifested by acts of verbal and physical violence, this type was also identified from the perspective of teachers. It emphasizes the need to strengthen the surveillance of violence, to give greater visibility to this “injury”, which is still largely underreported, to reveal its real magnitude. The results of these studies may contribute to the planning and development of intersectoral actions aimed at preventing violence and caring for adolescents.

**KEYWORDS:** Violence; Adolescent; School; Epidemiology.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Tipologia da violência.....	16
<b>Figura 2.</b> Modelo ecológico.....	18

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EM	Ensino Médio
GRE	Gerência Regional de Educação
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UF	Unidade Federada
USP	Universidade de São Paulo
UPE	Universidade de Pernambuco

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1	VIOLÊNCIA: CONCEPÇÕES E TIPOLOGIAS .....	15
2.2	MODELO ECOLÓGICO DA VIOLÊNCIA.....	17
2.3	ESCOLA E VIOLÊNCIA.....	19
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>32</b>
5.1	VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS .....	32
5.2	VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES EM AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO ECOLÓGICO DE TENDÊNCIA TEMPORAL NAS REGIÕES BRASILEIRAS.....	32
5.3	VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA ADOLESCENTES NO CENÁRIO BRASILEIRO: REVELANDO A FACE DO AGRESSOR.....	33
5.4	DESCORTINANDO A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR: PERFIL BRASILEIRO DOS CASOS NOTIFICADOS .....	33
5.5	PERCEPÇÕES E SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTE NO CONTEXTO ESCOLAR: DISCURSOS DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS .....	34
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>38</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>118</b>

## APRESENTAÇÃO

O interesse em estudar e investigar a temática da violência, sobretudo, em populações vulneráveis, na área da saúde, com ênfase na saúde coletiva e epidemiologia, é oriundo da trajetória profissional da autora, que tem ramificações em diferentes esferas institucionais. Essa condição permite a enfermeira, professora e pesquisadora poder enxergar paulatinamente diversas realidades correspondentes a questão da temática em pauta. Além disso, possibilitou o acompanhamento, a elaboração e a implementação de diversas ações inerentes às políticas públicas, que oportunizaram uma maior aproximação e apropriação de um contexto cujas vertentes complexas foram potencializadas na experiência acadêmica. Por fim, à docência definiu e aprofundou minha inclinação por análises mais minuciosas das tessituras que se estabelecem em manifestações da violência no ambiente escolar.

O termo tessitura surge, então, neste trabalho para expressar a ideia de uma trama dialética, que se caracteriza por uma rede de relações e, portanto, por uma conformação, um movimento de tecer, de entrelaçar, de conceber um modelo ecológico voltado para a compreensão da violência, situada como o resultado da complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais. Desse modo, tessitura é um termo que carrega em si significações nas quais, de forma recursiva, os sujeitos estão enredando e sendo enredados, produzindo e sendo produzidos ao mesmo tempo pelos fios da trama cultural e sócio-histórica. Sendo assim, a partir desse arranjo conceitual, estabelece-se aqui um recorte do contexto da violência ambientado nos espaços escolares.

A tese está estruturada em seis seções, sendo que a seção dos resultados apresenta cinco subseções. A primeira aborda a violência escolar produzindo uma análise epidemiológica das publicações brasileiras e da produção científica na área de educação, com foco na violência escolar e abordagem na estatística e epidemiologia. A segunda corresponde à violência contra adolescentes em ambiente escolar por meio de um estudo ecológico de tendência temporal nas regiões brasileiras, e analisa a evolução temporal dos eventos violentos praticados contra adolescentes no ambiente escolar. A terceira seção secundária dos resultados se refere à visibilidade da violência praticada contra adolescentes no cenário brasileiro, e revela a face do agressor, buscando caracterizar os casos de violência praticados contra adolescentes e o perfil do agressor nas distintas regiões brasileiras. A quarta subseção descortina a invisibilidade da violência envolvendo adolescentes no contexto escolar, evidenciando o perfil brasileiro dos casos notificados. A quinta trata das percepções e significados da violência praticada contra o adolescente a partir de narrativas de professores do ensino médio de escolas públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é definida como o “uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG *et al.*, 2002, p. 5).

A violência se caracteriza como um fenômeno de causalidade complexa, multifatorial, está intimamente relacionada aos processos de organização de uma sociedade e acompanha o percurso histórico, social e cultural da humanidade (MINAYO, 2006). Na atualidade, representa um novo aspecto no perfil de morbimortalidade tanto no Brasil quanto no mundo, e tem se configurado como um problema de extrema magnitude, uma vez que afeta a saúde individual e coletiva. Ela exige, para sua prevenção, políticas públicas específicas e integradas para o efetivo enfrentamento (MINAYO, 2007).

Ao contextualizar essa discussão, parte-se da premissa de que as motivações e os significados atribuídos às diversas formas de violência são uma construção social que se estabelece em meio a um conjunto de relações e interações entre os sujeitos. Dessa forma devem ser considerados os significados atribuídos pelas pessoas que integram a comunidade escolar. A violência não só se produz em ações e práticas materiais, mas é ressignificada segundo tempo, lugar, relação e percepção (ABRAMOVAY, 2006).

A magnitude dos eventos violentos pode ser demonstrada, mundialmente, de diversas maneiras, desde a violência psicológica/moral até a violência física. A cada ano, mais de um milhão de indivíduos têm suas vidas ceifadas, e um número maior sofre lesões não fatais decorrentes de agressões interpessoais e autoagressões, ou de violência coletiva. No mundo, a violência constitui uma das principais causas de mortes prematuras, atingindo a faixa etária de 15 a 44 anos (DAHLBERG; KRUG, 2007).

As expressões da violência no país não são apenas marcadas pela questão social intramuros escolares, mas pela enorme complexidade inerente ao tema. Porém, as diversas formas da violência no âmbito escolar têm influenciado, de modo devastador, a vida de professores e estudantes, uma vez que podem ser manifestadas de forma verbal, física ou simbólica. Tal cenário se configura em um problema complexo e de difícil compreensão.

A carência de oportunidades e perspectivas, sobretudo no caso da população jovem, induzida pelos apelos dos processos midiáticos de consumo, assim como a não prioridade em políticas públicas que busquem a equidade entre as classes sociais, são reflexos potencializados pela falta de um desenvolvimento equilibrado do país. Tal fato, notadamente ocorrido em algumas regiões do país, conduz a um forte apelo de visibilidade às áreas metropolitanas, uma vez que os investimentos se concentram nessas áreas e em particular nas regiões mais desenvolvidas (ASSIS; DESLANDES; SANTOS, 2005).

Em razão de tais conjunturas, o problema da violência ao longo do tempo tem-se agravado, principalmente pela não geração de oportunidades de emprego e renda, que potencializa a desigualdade social e a vulnerabilidade da juventude.

Cabe salientar, ainda, que, o atual quadro de violência e sua extensão no campo escolar, suscita discussões no seio familiar, na comunidade e nos vários segmentos da sociedade, uma vez que a escola não é a única responsável pela solução do problema, mas toda a sociedade. Conseqüentemente, o tema tem sido abordado por diversos estudiosos com a finalidade de conhecer as suas causas de forma ampla (LOPES, 2017).

Diante desse cenário, resta investigar a tessitura da violência no âmbito escolar, buscando identificar as formas da violência sofrida e praticada em um ambiente institucionalizado, os motivos e suas manifestações, sugerindo as seguintes perguntas norteadoras: (a) como a produção científica brasileira tem abordado as diversas manifestações de violência existentes no espaço escolar? (b) quais os eventos violentos praticados contra adolescentes no âmbito escolar segundo registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde (SINAN /DATASUS/MS)? (c) quais os significados e as concepções dos professores a respeito da violência praticada contra o adolescente e sua repercussão no contexto escolar?

Para responder essas três questões a presente tese foi redigida no modelo denominado escandinavo, tendo como primeiro tópico a introdução, seguida do referencial teórico, justificativa, objetivos e metodologia adotada. A seção resultados vem descrita em subseções, com cada uma correspondendo a um artigo. Por fim, esta tese culmina com as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 VIOLÊNCIA: CONCEPÇÕES E TIPOLOGIAS

A violência vem se apresentando, no decorrer dos anos, de diferentes formas, de acordo com a cultura, espaço e tempo, verifica-se uma pluralidade de significados, levando, por conseguinte, a uma complexidade e diversidade em conceituá-la, tornando-se uma difícil tarefa (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010).

Assis, Constantino e Avanci (2010), ressaltam a multiplicidade de definições, tipologias e manifestações da violência. Termos como ‘violências’, ‘abusos’ e ‘maus-tratos’, frequentemente utilizados como sinônimos na literatura, conduzem uma carga ideológica e histórica específica, sendo utilizados conforme a área do conhecimento e tipo de violência abordado.

Segundo Minayo (2006) o termo violência, se origina do latim, vem da palavra *vis*, que significa força, ímpeto e se refere ao comportamento deliberado que produz danos físicos sobre o outro, além das noções de constrangimento. A “violência é todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso de força. Quando ocorre um ato de violência, nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso de palavras, pelo diálogo e pelo conflito” (SPOSITO, 1998 p. 60).

Para o presente estudo foi considerado o conceito empregado pela OMS, que define violência na medida em que ela impacta na saúde ou no bem-estar dos indivíduos. Na frase "uso da força física ou poder" inclui negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, como também o suicídio e outros atos autoinfligidos. A compreensão da palavra “poder”, complementando a definição, acrescenta a natureza de um ato violento e amplia o conceito habitual de violência, introduzindo os atos provenientes de uma relação de poder, constando ameaças e intimidação (DAHLBERG; KRUG, 2007).

O Ministério da Saúde em 2001, publicou um documento, denominado *Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violência*, inserindo o tema no marco da promoção da saúde, buscando investir na compreensão do fenômeno, visando o diagnóstico e uma melhor notificação, a fim de buscar formas específicas de atuação. Nesse documento, a violência foi definida de maneira similar ao conceito usado pela OMS. Expõe que a violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual (BRASIL, 2001).



Com relação à tipologia, Dahlberg e Krug (2007), apresentam uma proposta que divide a violência em três amplas categorias, segundo as características de quem comete o ato violento: a violência autoinfligida, violência interpessoal e a violência coletiva.

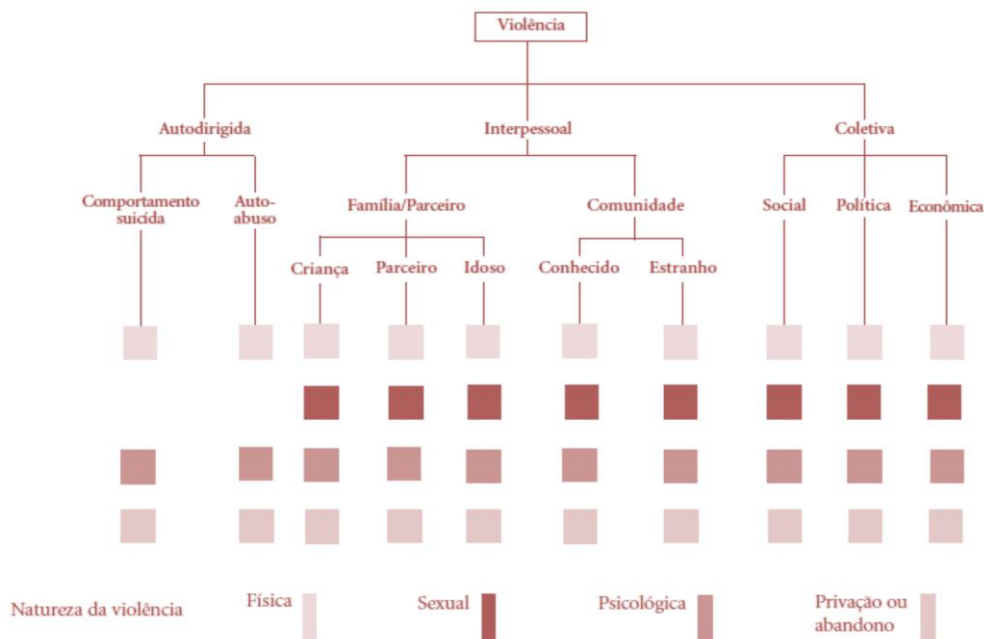
A violência autoinfligida é a agressão praticada contra si próprio, distinta da violência interpessoal que é o ato infligido por outra pessoa ou por um pequeno grupo de pessoas, esse tipo, pode produzir danos morais, psicológicos e físicos, inclusive, levar à morte. Violência coletiva é caracterizada por atos violentos que ocorrem nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos, é infligida por grandes grupos ou por países, podendo incluir crimes praticados por grupos organizados e atos terroristas e são marcados por diversos motivos (OMS, 2002).

Minayo (2006) inclui à classificação estabelecida pela OMS (2002) um tipo de violência denominada 'estrutural'. Essa categoria se refere às diferentes formas de sustentação das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, além das diversas maneiras de submissão e exploração.

A violência estrutural se perpetua nos processos sócio históricos, se reproduz e se naturaliza na cultura, sendo responsável por privilégios e formas de dominação. Grande parte dos tipos de violência tem seu alicerce calcado na violência estrutural (ASSIS; DESLANDES; SANTOS, 2005).

No que se refere à natureza dos atos violentos, pode ser classificada em quatro modalidades de expressão, denominadas: física, sexual, psicológica e a que envolve negligência, privação ou abandono, conforme ilustração na figura 1 (OMS, 2002).

**Figura1.** Tipologia da violência

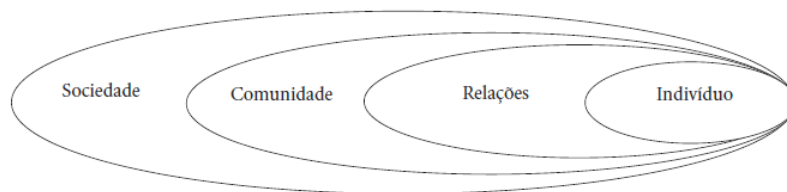


**Fonte:** OMS (2002)

Essa tipologia, mesmo com limitações, fornece subsídio para compreender os complexos padrões de violência ocorridas no mundo, bem como a violência na vida diária dos indivíduos, das famílias e comunidades. Na medida em que apreende a natureza dos atos violentos, a relevância do cenário, a relação entre agressor e vítima e, no caso da violência coletiva, as possíveis motivações, para a violência, ela suplanta as muitas restrições de outras tipologias (DAHLBERG; KRUG, 2007).

## 2.2 MODELO ECOLÓGICO DA VIOLÊNCIA

De acordo com Dahlberg e Krug (2007), a violência não é causada por um único fator, mas pelo resultado da complexa interação dos fatores individuais, sociais, culturais, relacionais e ambientais. Buscando uma melhor compreensão da natureza multifacetada desse fenômeno, os autores descrevem o modelo ecológico, que enfatiza as múltiplas causas da violência em diversos contextos da vida. A Figura 2 mostra o modelo da concepção ecológica, idealizado por Bronfenbrenner segundo Dahlberg e Krug (2007).

**Figura 2. Modelo ecológico**

**Fonte:** Dahlberg e Krug (2007)

Segundo os autores, o primeiro nível do modelo, representado pelo indivíduo, busca identificar os fatores biológicos e os fatores pessoais inerentes ao indivíduo incorporados no seu comportamento. Esse nível evidencia as características do indivíduo que aumentam a chance de praticar ou sofrer violência, podendo assim, ser vítima ou agressor.

O segundo nível do modelo ecológico, por sua vez, aborda como as relações sociais próximas podem potencializar o risco de atos violentos, praticados ou sofridos. As relações cotidianas com companheiros, parceiros íntimos e membros da família, potencializam o risco de vitimização ou comportamento agressivo.

Os ambientes comunitários nos quais estão inseridas as diversas relações sociais caracterizam o terceiro nível do modelo. Nesse nível estão incluídos nas escolas, locais de trabalho, bairros, e comunidades, buscando identificar as características associadas à violência, ligadas a situações de vulnerabilidade e maior probabilidade de viverem experiências violentas.

Finalmente, o quarto nível representa os fatores mais relevantes da sociedade que desencadeiam a violência. Determinados fatores criam e potencializam uma situação favorável para a geração de violência e sustentam divisões entre diferentes segmentos da sociedade ou entre grupos ou países. Entre os fatores mais significativos da sociedade, constam também as políticas de saúde, econômicas, sociais e educacionais que conservam altos patamares de desigualdade econômica entre grupos, influenciando na magnitude da violência.

Nesse ponto, é importante salientar a origem do modelo ecológico, que remonta à década de 1970, com a teoria desenvolvida por Urie Bronfenbrenner, o qual usou o termo “bonecas russas”, ou seja, uma estrutura dentro da outra (níveis). A abordagem ecológica desenvolvida por esse teórico expõe que o ambiente ecológico de desenvolvimento humano não se restringe apenas a um ambiente único e imediato, mas a uma organização de estruturas concêntricas, cada uma delas denominadas pelo autor de micro-, meso-, exo- e macrosistema.

A OMS usou o modelo ecológico exposto, para auxiliar na compreensão da natureza da violência, em seu Primeiro Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, ressaltando, assim, a relevância desse modelo (KRUG *et al.*, 2002). Os níveis que são considerados por este modelo estão em consonância com os determinantes sociais, uma vez que a violência tem causalidade múltipla e raízes calcadas nas dimensões macro e microsociais.

### 2.3 ESCOLA E VIOLÊNCIA

Pesquisas vêm sendo realizadas com o objetivo de estudar a violência no âmbito escolar. Dentre elas destacam-se os estudos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Segundo Ferrara e colaboradores (2019) a violência escolar é considerada um problema de saúde pública, direitos humanos e social, visto que pode ter um impacto físico e psicológico podendo causar incapacidades ou sequelas permanentes.

A magnitude da violência escolar vem causando importantes repercussões no mundo contemporâneo, ressaltando que muitas vezes ela não se expressa em números alarmantes, porém, é um agravo relevante para saúde pública. A escola é considerada um ambiente de formação, aprendizagem, conhecimento e educação, como também da ética, da comunicação e do diálogo, por conseguinte, contrário à violência (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Debarbieux (1999) afirma que a violência no âmbito escolar está associada à degradação escolar, à violência que se origina de fora para dentro da escola e a um componente específico de cada estabelecimento escolar. O autor pontuou que, da mesma maneira que a violência é construída, ela pode ser desconstruída, através de estratégias e políticas que visem à promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

A compreensão do fenômeno das violências nas escolas impõe o desafio de uma ótica transdisciplinar, multidimensional e pluricausal. Destaca-se que estudar sobre conflitos no ambiente escolar requer lidar com diversas situações e manifestações. Os conflitos fazem parte dessa tessitura e vão desenhando a maneira como se forma, cada escola.

Charlot (2002), afirma que a violência escolar é um fenômeno que apresenta multiplicidade de formas e de manifestações, relacionadas aos contextos sociais, institucionais, relacionais e pedagógicos, presentes nos estabelecimentos de ensino, produzindo incidentes “violentos”. O autor revela que não são apenas os episódios graves, que são compreendidos

como violência, mas também um simples desentendimento, um conflito, pode ocasionar o ato violento.

Dessa forma, as incivildades representam uma ameaça para o sistema escolar, mesmo não sendo aparentemente graves, são atos, como agressões verbais, xingamentos, indisciplina e abuso de poder, que proporcionam desorganização da ordem coletiva, promovendo um sentimento de insegurança, afetando e fragilizando instituições (ABRAMOVAY, 2006).

Edgar Morin (2001) explica que conflitos são como uma teia que vão se agrupando, tomando forma ao longo do tempo e construindo as relações na escola, configurando assim, a cultura nas unidades escolares. Dessa forma, a escola seria então como uma teia, tecida com distintos fios, constituindo uma realidade complexa.

Para facilitar e aprofundar a compreensão a respeito da violência na escola, é necessário estabelecer distinções adotadas por Charlot (2002) que propõe um sistema de classificação dos eventos de violência, descrevendo três tipos de manifestações: violência na escola, violência à escola e a violência da escola. Assim, compreende-se que violência na escola se refere aos fatores externos, mas é produzida dentro do espaço escolar, entretanto derivada extramuros da instituição, não estando ligada à natureza e às atividades da unidade escolar.

A violência à escola é aquela que está associada aos atos contra a escola e seus membros, por exemplo, quando alunos provocam incêndios, ameaçam, insultam ou agridem professor. Esse tipo de violência é praticada diretamente à instituição e a comunidade escolar. Por fim, a violência da escola é aquela considerada violência institucional, simbólica produzida pelos agentes da instituição escolar (CHARLOT, 2002).

Acrescenta-se por conseguinte a apresentação do conceito *bullying*, por ser uma temática contemporânea, com disseminação midiática e presente nas escolas. Segundo Liberal *et al.* (2005) o termo *bullying*, tem origem da palavra inglesa *bully*, e compreende todas as atitudes agressivas, marcadas pelo caráter pejorativo, gerado entre pares, sem motivo evidente, podendo ocasionar dor, sofrimento, humilhação, assim como outras graves consequências negativas.

Considerando, a escola como cenário dessa pesquisa e o adolescente como população alvo, faz-se importante uma abordagem sobre esse público e o fenômeno da violência. Minayo (2001) afirma que a violência contra crianças e adolescentes é uma realidade presente na sociedade desde os tempos primórdios, e se apresenta como um fenômeno social e cultural de grande expressão.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi um marco na representação da criança e do adolescente na sociedade brasileira, pois determina a proteção deste grupo etário a “qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

O ECA considera adolescente a pessoa com idade entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990). Contudo a Organização Mundial da Saúde, define a adolescência como o período que vai dos dez aos dezoito anos de idade (BRASIL, 2007). Neste estudo será considerada a faixa etária de dez a dezoito anos.

### 3 JUSTIFICATIVA

Estudar a violência é imprescindível uma vez que ela se configura em agravo de saúde pública de grande magnitude, pois envolve todos os aspectos relevantes em uma sociedade, tanto no âmbito individual, quanto no familiar e coletivo, implicando em consequências, muitas vezes irreversíveis.

Considerando que os adolescentes representam um grupo vulnerável a diversas formas de violência, conhecer como esses atos violentos se processam nesse grupo etário se mostra essencial, pois poderá revelar uma realidade pouco conhecida e assim munir de informações a sociedade, a fim de dar visibilidade a esse fenômeno, uma vez que, ainda é bastante subnotificado.

Para tanto, pensar na tessitura que se impõe entre violência, saúde e espaços coletivos de sociabilidade, faz-se imprescindível. Justifica-se aqui o recorte do espaço escolar e suas manifestações como balizador desta investigação e análise, por ser um ambiente que contempla a perspectiva do modelo ecológico, onde estão interligados sociedade, comunidade e indivíduos. Dessa forma, buscar a literatura científica com informações epidemiológicas associadas a manifestações de violência escolar e registrar a escuta de narrativas dos docentes na esfera educacional é razão para aprofundar aspectos específicos que nos apontem caminhos elucidativos da abordagem desse problema a partir da tríade, violência, saúde, espaço escolar.

Desse modo, o estudo poderá colaborar com o levantamento de informações sobre violência que permitam observar o adolescente como vítima e/ou agressor, a análise do processo de produção social deste fenômeno, dados para apoiar as instituições de controle social na discussão dessa problemática, e conhecimento que a gestão pública possa utilizar para subsídio na avaliação e implantação de políticas públicas efetivas.

O estudo também se justifica por contribuir evidenciando os casos de violência no cotidiano escolar, enfatizando as interações sociais e sua relação com esse fenômeno, permitindo identificar os comportamentos do adolescente/aluno na geração desse agravo social. Os resultados ainda poderão ser objeto de estudo para subsidiar a gestão pública na implantação e implementação de políticas efetivas no enfrentamento da violência escolar.

O objetivo desta pesquisa foi estudar as manifestações da violência no ambiente escolar a partir da literatura científica, de informações epidemiológicas brasileiras e das narrativas de professores do ensino médio de escolas públicas, a partir dos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a produção científica na área de educação, com foco na violência escolar e abordagem na estatística e epidemiologia.
- b) Analisar a evolução temporal dos eventos violentos praticados contra adolescentes no ambiente escolar.
- c) Caracterizar os casos de violência praticados contra adolescentes e o perfil do agressor nas regiões brasileiras.
- d) Estudar os tipos de violência ocorridos no âmbito escolar perpetrados contra adolescentes nas unidades federadas do país.
- e) Compreender os significados e as concepções de professores do Ensino Médio acerca da violência praticada contra o adolescente e sua repercussão no contexto escolar.



#### 4 METODOLOGIA

Inicialmente o projeto foi redigido visando uma pesquisa observacional com dados primários com o intuito de estudar a motivação e as manifestações da violência sofrida e praticada por adolescentes no ambiente escolar, em três escolas públicas do estado de Pernambuco, localizadas na sede do município de Petrolina.

O município de Petrolina fica localizado na mesorregião do São Francisco, no semiárido de Pernambuco, extremo Oeste do Estado, à margem esquerda do rio São Francisco. Esse Município faz divisa com o estado da Bahia, separado do município baiano de Juazeiro apenas pelo rio, o que os torna contíguos. Petrolina situa-se em um cruzamento rodoviário, que a conecta a diferentes regiões do país, o que reforça sua posição como polo de desenvolvimento socioeconômico. Possui uma população estimada em 359.372 mil habitantes e uma densidade demográfica de 64,44 habitantes/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2021).

Para isso foi solicitada e obtida a anuência da Gerência Regional de Educação – GRE. A escolha das escolas se deveu às recomendações da GRE no que concerne a maior fidedignidade nos registros das ocorrências de violência no âmbito escolar. Ressalte-se, entretanto, que não necessariamente as três unidades escolares eram consideradas como de maior ou menor incidência da violência.

Em decorrência da Pandemia da COVID-19 e do Decreto N° 48.810 DE 16/03/2020 do Governo do Estado de Pernambuco, com medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, ocorreu a suspensão das aulas presenciais nas escolas, além de outras medidas recorrentes que impediram a realização do projeto previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP-CISAM/UPE sob parecer de número 3.776.888. Foi necessário um redirecionamento metodológico com readequação dos objetivos, visando à continuidade da pesquisa, destacando que já se encontrava em fase de aplicação de teste piloto para validação.

Dessa maneira, as adequações realizadas dentro do tema demandaram a produção de cinco trabalhos científicos, sendo um artigo de revisão, três artigos com dados secundários originados do banco do SINAN/DATASUS/MS, e o último com dados primários utilizando-se técnica de grupo focal a partir dos relatos de professores do Ensino Médio.

A primeira produção científica consistiu em uma revisão de literatura sistematizada com abordagem voltada à temática violência escolar. As informações foram obtidas a partir das

seguintes bases de dados eletrônicas: Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Portal de Periódicos também da CAPES. Esse levantamento bibliográfico gerou subsídios para condução da pesquisa, além de ser um significativo referencial teórico.

Para condução do estudo, não foi estabelecido um período temporal como critério de escolha das publicações, a fim de se obter uma quantidade maior de trabalhos relacionados ao objeto do estudo e, assim poder proporcionar uma abrangência em torno do tema. Para isso foi considerado o número diminuto de publicações brasileiras enfatizando o contexto epidemiológico da violência escolar.

Optou-se pela busca baseada na delimitação temporal padronizada pelas bases de dados pesquisadas. Assim, os intervalos disponibilizados para o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi o período de 1987 a 2018, para o Portal de Periódicos da CAPES foram avaliados os trabalhos publicados entre 1999 e 2018 e, no banco da Biblioteca da USP foi utilizado o período antes de 2003 e após 2003.

No levantamento dessas publicações, foram empregados os descritores “violência escolar” e “epidemiologia”. Além disso, implementou-se o refinamento de pesquisa pela opção “periódicos revisados por pares”. Seguiu-se para a seleção dos dados obtidos, que aconteceu em duas etapas, sendo que a primeira utilizou a abordagem quantitativa e por isso foram selecionadas as publicações pelo número expressivo do tema em foco. Em seguida, remeteu-se à abordagem qualitativa a fim de qualificá-las para posterior análise. Tendo isso em vista, os critérios para elegê-las foram a proximidade do título ao tema e, em seguida, exclusão daquelas que não se relacionavam com o estudo a partir da leitura de seus respectivos resumos e estudos que estavam em mais de uma base de dados.

A técnica aplicada para a organização e análise dos dados foi a Análise de Conteúdo, que, segundo Minayo (2007) é desenvolvida em três etapas. Na primeira, denominada pré-análise, realizou-se a leitura do material selecionado; na segunda, conhecida como exploração do material, ocorreu a organização do conteúdo; por fim, a partir da última etapa, que consiste na interpretação, foi possível elaborar inferências acerca dos dados. O conteúdo final foi sistematizado em duas categorias referentes às bases de dados utilizadas e o material foi disposto conforme o local de onde foi retirado. Então, fez-se a descrição e posterior discussão dos principais resultados.

Além do estudo de revisão acima citado, diante da inviabilidade da continuação da pesquisa seguindo o percurso metodológico inicialmente proposto, outras estratégias foram adotadas para alcance dos objetivos. Uma das estratégias consistiu na utilização de dados secundários disponíveis no sítio eletrônico do DATASUS/MS, a partir do SINAN, com foco na violência no contexto escolar e público-alvo adolescentes escolares. Assim, foram realizados três estudos. Ressalta-se que os dados coletados para os referidos estudos são de domínio público, não necessitando da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, porém, os aspectos éticos foram respeitados conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

O segundo trabalho, correspondeu a um estudo ecológico de série temporal que utilizou as regiões brasileiras como unidades de análise, visando analisar a evolução temporal dos eventos violentos praticados contra adolescentes no ambiente escolar. Para isso, foi feito um levantamento dos casos de violência escolar notificados no SINAN/DATASUS/MS no período entre 2010-2019, também foram coletados dados populacionais provenientes da base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Incluíram-se casos de violência física, violência psicológica/moral, violência sexual e lesão autoprovocada praticados contra adolescentes de ambos os sexos e com idade entre 10 e 19 anos. A variável dependente do estudo foi a frequência de eventos violentos por tipo. As independentes foram ano de ocorrência, sexo, grupo etário e as regiões do Brasil.

Foram considerados apenas os eventos violentos praticados na escola por região de residência. Utilizaram-se as projeções populacionais fornecidas pelo IBGE no mesmo local, período e faixa etária. Foi utilizada a estatística descritiva para construção de medidas de tendência central e de dispersão, mediana e quartis.

O cálculo para taxa de incidência de eventos violentos foi feito considerando o número de casos notificados no numerador e população no denominador, multiplicado pela constante de 100.000 habitantes. Além disso, utilizou-se a razão da taxa de incidência mediana para o período e, assim, comparar as taxas de incidência por região com as taxas do Brasil. A nomenclatura “lesão autoprovocada” utilizada na base do SINAN foi considerada neste estudo como violência autoprovocada.

Os resultados foram resumidos em tabelas e gráficos. Além disso, foi utilizado o recurso *smooth* para as curvas temporais e elaborada a linha de tendência por meio do Microsoft Excel® Professional Plus 2016 software (Microsoft Corp., Redmond, WA, USA). Foram construídas as taxas de incidência por ano e as taxas de incidência mediana do período. Foi

realizada descrição dos casos de violência segundo tipo de violência e características demográficas das vítimas, sexo (feminino, masculino), faixa etária (10 a 14 e 15 a 19 anos).

O terceiro trabalho foi proveniente de um projeto de Iniciação Científica, e correspondeu a um estudo descritivo de abordagem quantitativa, realizado por meio da base de dados do DATASUS/MS, oriundos do SINAN, visando caracterizar os casos de violência praticados contra adolescentes e o perfil do agressor nas regiões brasileiras.

Foram incluídos os casos notificados de violência física, psicológica, sexual e tortura praticados contra adolescentes (10 a 19 anos) nas regiões brasileiras, bem como o perfil dos agressores, no período de 2010 a 2019.

Foram utilizados neste estudo as seguintes variáveis: em relação à vítima: sexo (masculino, feminino), faixa etária de 10 a 19 e cor da pele/raça (parda, branca, preta - negra, amarela, indígena). No que concerne às características da violência foram considerados: local da ocorrência da violência (residência, habitação coletiva, escola, local de prática esportiva, bar ou similar, via pública, comércio/serviço, indústrias/construção, outro) e tipo de violência (violência física, sexual, tortura e psicológica/moral). E as variáveis relacionadas ao perfil do agressor: sexo (masculino, feminino), ciclo de vida (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso) e vínculo com a vítima (pai, mãe, padrasto, irmão(ã), cuidador(a), desconhecido, amigo/conhecido, namorado, ex-namorado, cônjuge).

Para a análise dos dados utilizou-se o software de planilha eletrônica Microsoft Excel. Os resultados foram resumidos em tabelas, expressos em frequência e percentuais simples, posteriormente foi efetuado uma análise descritiva.

A quarta produção científica teve como objetivo estudar os tipos de violência ocorridos no âmbito escolar perpetrados contra adolescentes nas unidades federadas do país. Estudo descritivo, quantitativo com dados secundários, cujas unidades de análise foram as 26 Unidades Federativas (UF) e o Distrito Federal. Os estudos epidemiológicos do tipo descritivo buscam realizar a descrição das características de determinada população ou fenômeno, sem manipulação do pesquisador.

A coleta de dados dos casos foi realizada no sítio eletrônico do Ministério da Saúde DATASUS, a partir do SINAN e no IBGE, para dados populacionais.

O ano do estudo foi 2018 por ter sido o último período disponível no momento da coleta dos dados realizada em agosto de 2020. Foram incluídos no estudo casos de violência física, violência psicológica/moral, violência sexual e lesão autoprovocada, notificado, para ambos os sexos, em adolescentes, 10 a 19 anos de idade, tendo como local de ocorrência do evento

violento a escola, considerando a frequência por Unidade Federada de residência. A nomenclatura “lesão autoprovocada” utilizada na base do SINAN foi considerada neste estudo como *violência autoprovocada*.

Em seguida, utilizaram-se as projeções populacionais fornecidas pelo IBGE no mesmo local, período e faixa etária. Utilizou-se o cálculo para taxa de incidência por violência considerando o número de casos notificados no numerador e população no denominador, multiplicado pela constante de 100.000 habitantes.

Foram utilizados os arquivos de *shapefile* disponibilizados pelo IBGE para a construção dos mapas. A distribuição espacial por estado foi realizada a partir da variável dependente das taxas de violência por tipo, sendo apresentadas em mapas. Os resultados foram apresentados em tabela e mapas. Para análise dos dados utilizou-se o Programa Microsoft Office Excel 2013 e o software estatístico de econometria espacial GeoDa disponibilizado gratuitamente pela Universidade de Chicago pelo site <https://spatial.uchicago.edu/software>. A análise dos dados se deu por agrupamento em planilhas que foram verificadas por meio de estatística descritiva. Foi realizada a taxa média das unidades federativas por tipo de violência e calculado o desvio padrão.

Por fim, considerando o novo cenário epidemiológico, com reabertura das escolas e retorno gradual das aulas em formato híbrido (aulas remotas e presenciais com restrição no número de alunos e sistema de revezamento entre alunos), surgiram novas oportunidades de coleta de dados, com a realização de pesquisa em campo para obtenção de dados primários. Para isso, tendo em vista as limitações ainda existentes para realização da pesquisa, houve uma readaptação do projeto inicial submetido ao CEP/CISAM, que culminou na produção do quinto estudo científico.

Dentre essas adaptações faz-se importante destacar que, a coleta ocorreu apenas em duas das três escolas previamente autorizadas (com a anuência da GRE), ambas com relato de violência, segundo a GRE; foi utilizado grupo focal como técnica de coleta de dados, tendo como entrevistados apenas os professores e excluindo a participação dos alunos, porém os adolescentes permaneceram como população objeto deste estudo.

Ressalta-se que tais condutas foram planejadas e executadas considerando a viabilidade e o exíguo tempo, visto que a coleta com professores era mais acessível, pois todos estavam presencialmente nas escolas. Já os alunos frequentam a escola em esquema de revezamento (ensino híbrido e com carga horária presencial reduzida), são menores de idade e precisariam

dos pais/responsáveis para assinarem o Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE), o que demandaria mais tempo para coleta.

Quanto ao método de coleta e abordagem da pesquisa, optou-se por utilizar apenas a abordagem qualitativa por se tratar de um método que não necessita de números significativos de participantes para obter resultados de qualidade e evidência científica. Este método preocupa-se com os dados subjetivos, as ideias, valores, opiniões, e experiências individuais e coletivas dos atores sociais (MINAYO, 2002). No projeto inicial a parte qualitativa da pesquisa seria realizada através de entrevista semiestruturada individual, mas considerando o curto período e as restrições de acesso às escolas adotou-se a técnica de grupo focal (entrevista coletiva).

Segundo Trad (2009), a técnica de grupo focal consiste na coleta de dados qualitativos por meio de entrevista grupal, baseada na comunicação e interação dos participantes proporcionando um debate aberto e acessível sobre um tema, assim favorece a exposição das compreensões, opiniões, crenças e atitudes dos entrevistados sobre um determinado tema/problema. Diante disso, ao realizar um grupo focal com professores das referidas escolas é possível levantar as experiências e percepções destes acerca da violência no contexto escolar contra o adolescente ou praticada por eles, visto que os professores têm contato direto e contínuo com todos os alunos da escola.

Metodologicamente trata-se de um estudo observacional de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, realizado no município de Petrolina-PE, com professores do Ensino Médio (EM) de escolas públicas, para tanto, foram selecionadas duas escolas estaduais, ambas com notificação de eventos violentos. Para manter o anonimato, as instituições foram descritas como “Escola A” e “Escola B”. Sobre as instituições, ambas estão localizadas na zona urbana do município, uma em bairro periférico e a outra em uma região mais central da cidade.

Participaram da pesquisa 27 professores, 14 da escola A e 13 da escola B. Para seleção dos participantes utilizou-se da técnica de amostragem intencional não probabilística, na qual o pesquisador seleciona os participantes por conveniência (MARCONI; LAKATOS, 2002). Assim, de cada escola foram selecionados todos os professores do ensino médio que lecionam as diferentes disciplinas da grade curricular, dos turnos tarde e noite (escola A) e manhã e tarde (escola B).

Como critério de inclusão os participantes deveriam estar presentes no momento da entrevista, vinculados à escola campo, lecionar em alguma das 3 turmas de EM, com tempo

mínimo de atuação de 2 meses, aceitar participar da pesquisa e assinar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos os que estavam afastados por férias ou licenças no período em estudo e professores substitutos com atuação inferior a 2 meses.

A coleta dos dados ocorreu no mês de agosto de 2021, por meio de encontros presenciais previamente planejados pela equipe de pesquisadores e gestores das escolas. Utilizou-se como técnica de coleta dos dados o Grupo Focal (GF). Foram realizados três encontros, 1 GF na escola A e 2 GF na escola B, com duração entre 40 minutos e 1 hora cada. Assim, no formato de roda de conversa, as entrevistas coletivas ocorreram após os expedientes das aulas e em ambiente preparado para essa finalidade. Elas foram guiadas a partir de um roteiro pré-estabelecido e gravadas em áudios com autorização dos colaboradores.

Os professores responderam às perguntas contidas em formulários semiestruturados individuais, antes das entrevistas em grupo, para obtenção de informações complementares à pesquisa, tais como, idade, sexo, formação/escolaridade, tempo de vínculo com a instituição, séries que lecionam, e perguntas relacionadas ao tema, (se já presenciaram violência na escola campo ou ouviram relatos e quais foram os tipos).

Os dados obtidos foram transcritos e analisados com base no método de Análise de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Para Lefevre e Lefevre (2014) essa técnica consiste em um processo metodológico e sistemático de resgatar e apresentar as representações sociais advindas de pesquisas empíricas. Consiste em analisar dados provenientes por meio de questões abertas, extraindo e agrupando dos diferentes depoimentos individuais os extratos que redundam e/ou possuem sentidos semelhantes, construindo ao final do processo um discurso síntese, redigido na primeira pessoa do singular, que expressa a opinião da coletividade (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006).

Assim, a análise está fundamentada nas seguintes etapas: 1ª Selecionar as **expressões-chave** das respostas individuais; 2ª Identificar as **ideias centrais** e/ou **ancoragens** correspondentes. 3ª **Construção do DSC** a partir da união das respostas que apresentam sentidos semelhantes ou complementares (expressões-chave), consubstanciando um depoimento síntese (LAFEVRE; LAFEVRE; MARQUES, 2009). Diante disso, a tabulação do material coletado se deu conforme operações acima citadas, onde os dados dos três grupos focais foram analisados e sintetizados sem diferenciar ou comparar os resultados obtidos com os professores das diferentes escolas, a fim de construir o pensamento coletivo.

Ressalta-se que a pesquisa seguiu os preceitos da Resolução nº. 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Todos os participantes foram previamente orientados quanto aos seus direitos e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação no estudo. Ainda, enfatiza-se que o estudo é produto do projeto já submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP-CISAM/UPE sob parecer de número 3.776.888.



## 5 RESULTADOS

Os resultados são apresentados a seguir, dispostos em subseções. Por meio do modelo escandinavo, figura a síntese dos principais resultados das produções científicas realizadas no decorrer da pesquisa, cujas metodologias estão descritas no item 4. Os estudos na íntegra estão ordenados nos apêndices em formato de artigo científico.

### 5.1 VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS

Esta subseção corresponde ao primeiro artigo desenvolvido para a tese, tendo sido publicado na Revista Travessias (ISSN:1982-5935) na edição de maio/agosto de 2019 (APÊNDICE A). O estudo objetivou analisar a produção científica na área de educação, com foco na violência escolar e abordagem na estatística e epidemiologia.

A violência vivenciada pelos estudantes assumiu diferentes faces, havendo cenários com vítimas e agressores de perfis diversificados. Dentre as várias formas de violência, o bullying foi a mais presente no espaço escolar. Houve um predomínio do sexo masculino como agressor e do feminino como vítima. Concluindo que a literatura investigada contribuiu para a compreensão dos aspectos envolvidos nas relações entre os estudantes e deles com a instituição escolar.

### 5.2 VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES EM AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO ECOLÓGICO DE TENDÊNCIA TEMPORAL NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Este estudo foi submetido à Revista Educação online da PUC-RIO e teve como objetivo analisar a evolução temporal dos eventos violentos praticados contra adolescentes no ambiente escolar (APÊNDICE B).

Os eventos violentos praticados contra adolescentes nas regiões brasileiras variaram no tempo. As regiões Sudeste e Sul foram as que apresentaram maior percentual de notificação para todos os tipos de eventos violentos, destacando-se a violência física. Essas regiões exibiram a maior razão da taxa incidência para todos os tipos de violência, à exceção da violência sexual mais fortemente presente na Região Norte. Na maioria das regiões o grupo etário que concentrou a maior ocorrência de eventos foi o compreendido entre 10 e 14 anos, sendo as meninas as mais acometidas.

Nas regiões e no Brasil os eventos violentos apresentaram tendência crescente, à exceção da região Sudeste cuja tendência de violência sexual foi de queda. Os resultados deste estudo podem contribuir para o planejamento e o desenvolvimento de ações intersetoriais visando à prevenção da violência e atenção aos adolescentes.

### 5.3 VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA ADOLESCENTES NO CENÁRIO BRASILEIRO: REVELANDO A FACE DO AGRESSOR

Esta subseção se refere ao artigo oriundo de um trabalho de Iniciação Científica, tendo sido submetido à Revista Educação online da PUC-RIO. O referido estudo teve como objetivo caracterizar os casos de violência praticados contra adolescentes e o perfil do agressor nas regiões brasileiras (Apêndice C).

A região Sudeste foi a que apresentou maiores registros de casos de violência. Em todas as regiões brasileiras Os adolescentes do sexo feminino de raça/cor parda, foram as principais vítimas. O tipo de violência mais prevalente foi a física, o local de ocorrência para a prática do ato foi a residência das vítimas. Com relação ao perfil do autor da agressão, a violência foi, principalmente, praticada por indivíduos adolescentes do sexo feminino, perpetrada por desconhecidos.

### 5.4 DESCORTINANDO A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR: PERFIL BRASILEIRO DOS CASOS NOTIFICADOS

Esta subseção diz respeito ao artigo submetido à Revista Contexto e Saúde, que objetiva estudar os tipos de violência ocorridos no âmbito escolar perpetrados contra adolescentes nas unidades federadas de nosso País (APÊNDICE D).

Os resultados demonstraram que o estado do Paraná apresentou as maiores taxas de violência física e psicológica do país. A violência sexual exibiu as maiores taxas no estado do Amazonas, e em relação a violência autoprovocada houve maior destaque para o estado do Espírito Santo.

É de conhecimento público e notório que a escola é um ambiente que promove educação, segurança e proteção às crianças e aos adolescentes, garantindo que eles possam ter desenvolvimento pleno para vida adulta com mais oportunidades e bem-estar. Assim, é imprescindível que ocorra atuação intersetorial nesse local para que previna a ocorrência da

violência perpetrada contra essa população, tendo como público-alvo, os estudantes, a família e a comunidade no qual os aprendizes estão inseridos.

#### 5.5 SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA EM ADOLESCENTE ESCOLAR: DISCURSOS DE PROFESSORES

Este artigo foi submetido à Revista Educação e Realidade e teve como objetivo compreender os significados e as concepções de professores do ensino médio acerca da violência praticada contra o adolescente e sua repercussão no contexto escolar.

Os significados de violência para os professores revelam as diferentes faces da violência no contexto escolar, manifestada principalmente nas formas verbal e física, por meio do bullying. Outras tipologias também são identificadas, como violência verbal, física, estrutural, psicológica e autoprovocada, muitas vezes de forma associada. Esse fenômeno é causado tanto por conflitos externos como internos à escola, sendo desestrutura familiar, baixa escolaridades dos pais, desigualdade social e violências intra e extrafamiliar percebidas como causas das ocorrências intraescolares. A violência se configurou como algo preocupante, com repercussões negativas no processo de ensino-aprendizagem e nos aspectos biopsicossociais da vida dos envolvidos.

Por fim, as ações de enfrentamento de violência foram evidenciadas, revelando a necessidade de uma articulação saúde, educação e sociedade para medidas efetivas de prevenção e combate à violência contra o adolescente (APÊNDICE E).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho culminou com a produção de cinco artigos científicos, sendo um publicado e os demais submetidos, aguardando publicação.

Foram produzidos cinco trabalhos científicos, um artigo de revisão bibliográfica sistematizada, três estudos observacionais, descritivos, com dados secundários provenientes do banco do SINAN/DATASUS/MS, com abordagem quantitativa, e o quinto artigo com enfoque qualitativo, utilizando-se de dados primários e aplicando a técnica de grupo focal a partir das narrativas de professores do ensino médio. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, se complementam e interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. A combinação desses dois métodos possibilitou um caráter singular em termos dos seus resultados, além de mensurar as situações de violência nas instituições escolares em sua multiplicidade de manifestações. Permitiu ainda, apresentar relatos de situações de conflito e violências em adolescentes, nas escolas, a partir das vozes dos sujeitos que vivenciaram tais experiências.

Destaca-se que a literatura investigada contribuiu para a compreensão dos aspectos violentos envolvidos nas relações entre os estudantes e deles com a instituição escolar. A violência vivenciada pelos adolescentes, estudantes assumiu diferentes faces. Nas regiões e no Brasil os eventos violentos apresentaram tendência crescente. Houve um predomínio do sexo masculino como agressor e do feminino como vítima. Dentre as várias formas de violência, o *bullying* foi a mais prevalente no espaço escolar, manifestado por atos de violência verbal e física, essa forma de violência também foi identificada sob a ótica de professores. Ressalta-se a necessidade do fortalecimento das ações de vigilância das violências, a fim de dar maior visibilidade a esse “agravo”, ainda bastante subnotificado, a fim de revelar sua real magnitude. Os resultados desses estudos poderão contribuir para o planejamento e o desenvolvimento de ações intersetoriais visando à prevenção da violência e atenção aos adolescentes.

Vale ressaltar que o modelo adotado pelo Programa de Pós-Graduação de Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possibilitou uma readequação dos objetivos da pesquisa e tornou a pesquisadora mais crítica e resolutiva, fato que foi necessário pela vivência do momento de pandemia. Enfatizando que um pesquisador deve ser capaz de ajustar seu percurso metodológico em função das circunstâncias apresentadas.

Contudo, foi possível concluir essa jornada cujas riquezas e experiências possibilitaram a minha inserção nesse vasto campo intersetorial entre educação e saúde.

Finalmente, espera-se não só, o aprofundamento nesta vertente de ideias em um futuro próximo, como também, servir como um balizador reflexivo que objetive outras análises, de cunho técnico-científicas voltadas à consecução de melhorias da tessitura social.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. *et al.* **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2006.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2002.
- ASSIS, S. G.; DESLANDES, S. F; SANTOS, N. C. Violência: Um problema para a saúde dos brasileiros. In: SOUZA, E.R.; MINAYO, M. C.S. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- ASSIS, S. G., CONSTANTINO, P., AVANCI, J. Q., (orgs). Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. **Editora FIOCRUZ**, Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 2010. 260 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/15275/2/impactos-violencia-escola.pdf>. Acesso em: ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 737, de 16 de maio de 2001: **política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências**. Brasília, DF, n. 96, 18 maio 2001. Seção 1e.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução 466/12**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF: MS, 2012b.
- BRASIL. Presidência da República. Lei 8.069, 13 jul. 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília, 2007. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07\\_0400\\_M.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf). Acesso em: fev. 2018.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16>. Acesso em: fev. 2018.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p.1163-1178, 2007.
- DEBARBIEUX, Éric. **La violence en milieu scolaire: le désordre des choses**. Paris: ESF,1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>. Acesso em: set. 2021.
- FERRARA, P. et al. Physical, psychological and social impact of school violence on children. **Ital J Pediatr**, v. 45, n.1, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13052-019-0669-z>. Acesso em: 27 out. 2021.

- KRUG, E. G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.10, n.20, p.517-24, jul-dez. 2006.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e extensões comunicativas. **Texto contexto - enferm**. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502-507, 2014.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.4, p.1193-1204, 2009.
- LIBERAL, E. F. et al. Escola segura. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 155-163, 2005.
- LOPES, M. L., Violência escolar: causas e consequências. **Rev. Científica TC Brasil**, v. 1, n. 2, p. 133-146, 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisas de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 5. ed. 2002. 311 p.
- MINAYO, M. C. S. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 11, p. 1259-1267, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.
- MINAYO, M. C.S., (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 80 p.
- MINAYO, M.C.S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. Recife, v.1, n.2, p. 91-102, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151938292001000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151938292001000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: jan. 2018.
- MINAYO, MCS. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- MORIN, E. **A cabeça bem feita**. Repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 132 p.
- PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Decreto nº 48.810 de 16 março de 2020**. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=48810&complemento=0&ano=2020&tipo=&url=>. Acesso em jun. 2020.
- SPOSITO, M. P. A Instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 104, p. 58-75, 1998.
- TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>>. Acesso em: set. 2021.

## **APÊNDICES**

# REVISTA TRAVESSIAS

ISSN: 1982-5935

Direitos autorais distribuídos a partir da  
licença *Creative Commons* (CC BY-NC-SA - 4.0)



## VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS

Maria Elda Alves de Lacerda Campos – elda.campos@upe.br  
Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, Pernambuco, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-8648-4795>

Elton Gabriel Fernandes de Brito – egfdb@outlook.com  
Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, Pernambuco, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-2428-6851>

Paulo Adriano Schwingel – paulo.schwingel@upe.br  
Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, Pernambuco, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-2935-3403>

**RESUMO:** A violência é um fenômeno histórico que atinge toda a sociedade, que tem sido abordado nas últimas década sob diferentes perspectivas. Trata-se de um problema de origem multifatorial e complexo de grande interesse ao debate público. Em razão da proporção mundial que a situação atingiu, novas investigações foram instituídas a fim de identificar meios de intervir nesse cenário. Tendo isso em vista, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar a produção científica na área de violência escolar, com foco na epidemiologia. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática a partir das seguintes bases de dados eletrônicas: Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo/USP e banco da CAPES (Catálogo de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos). Ao aplicar os descritores “violência escolar” e “epidemiologia”, foram encontrados 818 estudos, e, após análise, 11 associaram-se ao tema. Os resultados apontaram que a violência experienciada e praticada pelos escolares assumiu diferentes faces, havendo cenários com vítimas e agressores de perfis diversificados. Dentre os principais tipos, as violências psicológica, física, sexual e o *bullying* se destacaram. Além disso, houve prevalência do sexo masculino como agressor e feminino como vítima. Evidenciou-se que o perfil dos familiares é um fator associado ao comportamento dos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; violência; estatística; medidas em epidemiologia.

### 1 INTRODUÇÃO

A temática violência tem sido abordada nas últimas décadas sob diferentes perspectivas. Trata-se de um fenômeno histórico que atinge toda a sociedade, de origem multifatorial e, por isso, torna-se complexo (SACRAMENTO; REZENDE, 2006). Mundialmente, é responsável por levar milhões de pessoas a óbito a cada ano, sendo considerada umas das principais causas de morte entre a população jovem e adulta (DAHLBERG; KRUG, 2007).

No Brasil, esse problema se expressa de forma letal e não letal, gerando impactos maiores para a saúde pública que os de países em situação de guerra (SOUZA; LIMA, 2006). A evolução histórica desse agravo impressiona devido à quantidade de vítimas acometidas, onde os números são tão elevados que se faz necessária a aplicação de outros indicadores para melhor compreender suas características (WAISELFISZ, 2013).



A monitorização dos índices de violência se dá a partir da análise epidemiológica, por meio de dados da declaração de óbito e da autorização de internação hospitalar (MASCARENHAS *et al.*, 2009). Tal ferramenta é importante, pois permite acompanhar as mudanças no seu perfil, assim como contribui fornecendo dados para estudos e planejamentos de ações para intervenção e prevenção de forma intersetorial e interdisciplinar (MASCARENHAS *et al.*, 2009).

A epidemiologia é considerada a ciência que estuda a frequência, distribuição e os fatores determinantes das enfermidades, danos à saúde e eventos relacionados à saúde coletiva, propondo medidas específicas de prevenção, controle ou erradicação dos problemas de saúde. Portanto, é um campo científico fundamental na área da saúde pública, uma vez que proporciona a compreensão do processo saúde-doença no âmbito das populações e fornece indicadores que subsidiam o planejamento, a administração e avaliação das ações de saúde (LAST, 1995; ROUQUAYROL; GURGEL, 2017).

De acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS), violência corresponde ao “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (KRUG *et al.*, 2002, p.5). Ou seja, a consumação desse agravo está intrinsecamente associada à intenção de praticá-lo, independente das consequências a quem for dirigido.

A violência escolar apresenta conceituações diferentes. No estudo de Charlot (2002), é categorizada em três diferentes níveis: violência na escola, violência contra a escola e violência da escola. A violência na escola se caracteriza por manifestações que ocorrem no cotidiano do espaço escolar. A violência contra a escola abrange atos de vandalismo, incêndios, roubos ou furtos do patrimônio. E a violência da escola consiste em práticas nas quais a própria instituição prejudica seus membros.

Segundo Debarbieux (2002), para compreender o fenômeno da violência escolar é essencial considerar o contínuo entre o que for passível de punição penal e todo e qualquer ato de transgressão e incivilidade no âmbito escolar, como a violência verbal, o descumprimento de regras, o desrespeito aos professores e colegas, entre outros. Para o autor, violência escolar não pode ser considerada apenas o que for inerente a punição penal, pois dessa forma impossibilitará o reconhecimento necessário às vítimas que sofrem formas de violência mais sutis e que se manifestam em maior número no espaço escolar.

A violência no ambiente escolar, configura-se em um assunto de grande interesse ao debate público e é discutida de forma ampla (SILVA; ASSIS, 2018). A prática de atos violentos entre estudantes tem sido descrita em escolas de todo o mundo, o que despertou novas investigações

nas últimas décadas que buscam identificar formas de agir diante desse comportamento nas instituições de ensino (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010).

Considerando a relevância social e a importância de caracterizar esse problema em questão, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar a produção científica na área de educação, com foco na violência escolar e abordagem na estatística e epidemiologia.

## 2 MÉTODO

Para a concepção deste estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática com abordagem voltada à temática violência escolar. As informações pertinentes a sua construção foram obtidas a partir das seguintes bases de dados eletrônicas: Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo/USP e no banco da CAPES (Catálogo de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos).

Não foi estabelecido um período como critério para a escolha das publicações sobre o assunto, a fim de se obter uma quantidade maior de trabalhos relacionados ao objeto do estudo e assim poder proporcionar uma abrangência em torno do tema e além disso, considerou-se o número reduzido de publicações brasileiras enfatizando o contexto epidemiológico. Optou-se pela busca baseada na delimitação temporal padronizada pelas bases de dados utilizadas. Assim, os intervalos disponibilizados para o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi o período de 1987 a 2018, para o Portal de Periódicos da CAPES foram avaliados os trabalhos publicados entre 1999 e 2018 e, no banco da Biblioteca da USP foi utilizado o período antes de 2003 e após 2003.

No levantamento de publicações, foram empregados os descritores “violência escolar” e “epidemiologia”. Além disso, implementou-se o refinamento de pesquisa pela opção “periódicos revisados por pares”, tanto no Portal e Periódicos quanto na Biblioteca da USP.

Seguiu-se para a seleção dos dados obtidos, que aconteceu em duas etapas. Na primeira, utilizando a abordagem quantitativa, selecionaram-se as publicações pelo número expressivo do tema em foco. Em seguida, remeteu-se à abordagem qualitativa a fim de qualificá-las para posterior análise. Tendo isso em vista, os critérios para elegê-las foram a proximidade do título ao tema e, em seguida, exclusão daquelas que não se relacionavam com o estudo a partir da leitura de seus respectivos resumos e estudos que estavam em mais de uma base de dados.

A técnica aplicada para a organização e análise dos dados foi a Análise de Conteúdo, que, segundo Minayo (2007), é desenvolvida em três etapas. Na primeira, denominada pré-análise, realizou-se a leitura do material selecionado; na segunda, conhecida como exploração do material,

ocorreu a organização do conteúdo; por fim, a partir da última etapa, que consiste na interpretação, foi possível elaborar inferências acerca dos dados.

O conteúdo foi sistematizado em duas categorias referentes às bases de dados utilizadas e o material foi disposto conforme o local de onde foi retirado. Então, fez-se a descrição e posterior discussão dos principais resultados.

Essas informações estão apresentadas de acordo com as etapas de seleção das publicações. Na primeira seção, foi realizada a exposição dos dados quantitativos com algumas considerações de cunho descritivo. Em seguida, foi descrito o conteúdo dos estudos analisados e identificados conforme o endereço eletrônico de origem. Por fim, os dados foram discutidos com base nos apontamentos de cada pesquisa.

Foram estabelecidos os mesmos critérios de inclusão para todas as bases de dados utilizadas nesse trabalho, no qual considerou-se a proximidade do título, resumo, estudo completo relacionados ao tema, sendo excluídos aqueles que fugiram à temática e artigos encontrados em mais de um banco de dados. Dos 496 artigos identificados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, restaram 10 textos empregando esses critérios. No Portal de Periódicos da CAPES, foram localizados 164 artigos, porém apenas 9 obedeceram aos critérios mencionados. Na Biblioteca da USP, das 158 publicações somente 7 estavam de acordo com os requisitos. Com isso, dos estudos selecionados pelo título, totalizaram 26 trabalhos. Considerando a análise dos resumos, foram excluídos 10 artigos que não se enquadravam no objeto desse estudo, restando 16 pesquisas. Foram excluídos ainda 5 estudos por estarem em mais de um banco de dados. Por fim, apenas 11 trabalhos foram considerados para a condução desse estudo.

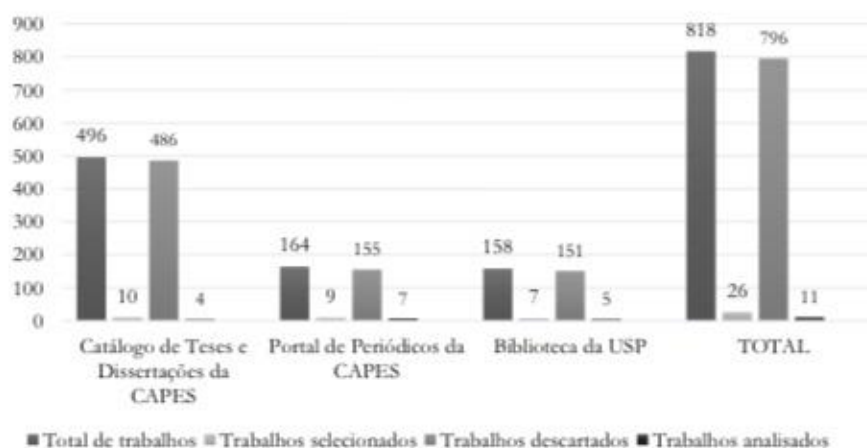
### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma primeira busca, empregou-se os descritores “violência escolar” e “epidemiologia” nas três bases de dados utilizadas. A partir do banco da CAPES, 496 trabalhos foram identificados no Catálogo de Teses e Dissertações, dentre os quais foram selecionados 10 (dez); e 164 no Portal de Periódicos, onde 9 (nove) foram escolhidos. Na Biblioteca da USP, 158 publicações foram identificadas, sendo 7 (sete) selecionadas. Nessas duas últimas bases de dados, a consulta foi refinada pela opção “periódicos revisados por pares”. Considerando todas as buscas, totalizou-se 818 produções.

Todavia, a partir da leitura dos seus respectivos títulos, 26 trabalhos aproximaram-se da temática violência escolar. Com a apreciação dos resumos, foram excluídos 10 trabalhos devido fuga ao tema, restando 16 estudos para análise completa do artigo. É importante destacar a semelhança de resultados identificada tanto no Portal de Periódicos da CAPES, como também na

Biblioteca da USP. Observou-se que, dos trabalhos selecionados da Biblioteca da USP, todos estavam contidos no Portal de Periódicos da CAPES. Portanto, excluindo os trabalhos duplicados (5), restaram apenas 11 (Figura 1).

**Figura 1** – Distribuição dos trabalhos identificados segundo as bases de dados pesquisas



Fonte: organizado pelos pesquisadores

Durante a consulta, evidenciou-se uma diferença entre o número de publicações expresso em cada base de dados. O percentual de trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações foi superior em relação aos demais bancos (Figura 2). Uma possível justificativa é a composição de estudos desse banco, já que abrange títulos da pós-graduação brasileira de forma geral.

**Figura 2** – Distribuição proporcional de trabalhos segundo a base de dados



Fonte: organizado pelos pesquisadores

### 3.1 DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS

Nesta seção, foram descritos os principais resultados dos trabalhos encontrados que abordam a temática, onde cada um foi disposto de acordo com a base de dados em que foi identificado.

#### 3.1.1 CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

*Ocorrência e características da violência sofrida e exercida por adolescentes escolares de Cuiabá, MT*

Alencastro (2014) realizou uma investigação, por meio de questionário autoaplicável, com 2.786 adolescentes escolares de Cuiabá, capital mato-grossense, sobre a ocorrência da violência e as suas características. Seu estudo evidenciou que quase metade (44,4%) dos indivíduos estão envolvidos em situações dessa ordem, sendo que desse grupo 36,9% é representado por vítimas, 27,0% por agressores e 36,1% tanto por vítimas quanto agressores. Além disso, demonstrou que grande parte dos adolescentes nessas circunstâncias se declarou de etnia e/ou com cor de pele parda, na faixa etária compreendida entre 16 e 17 anos e no primeiro ano do ensino médio, com predomínio do sexo feminino na situação de vítima. Com isso, a autora concluiu que o *bullying* e a violência física se sobressaíram dentre os demais tipos de violência escolar reportada, apontando a necessidade de intervenções no sentido de prevenir e enfrentar a violência sofrida e exercida na adolescência.

*Prevalência e fatores de risco associados a indicadores de violência física em adolescentes: análise comparativa entre os anos 2006 e 2011*

Em sua dissertação, Queiroz (2016) analisou, em um período de 05 anos, as mudanças nas estimativas da prevalência e na associação dos indicadores de violência física de acordo com as variáveis de comportamento em adolescentes. A partir disso, o autor demonstrou que houve diminuição na frequência dos indicadores de violência física, redução no número de adolescentes expostos aos indicadores comportamentais e nenhuma alteração relacionada ao uso de drogas ilícitas. Apesar desses resultados, o autor concluiu que a exposição a variáveis comportamentais aumentou o risco de envolvimento com a violência física.

*Vivências de situações de violências por crianças e adolescentes de 11 a 18 anos moradoras do Recanto das Emas, Distrito Federal*

Com o objetivo de caracterizar e compreender as manifestações da violência entre crianças e adolescentes entre 11 e 18 anos de idade em escolas públicas, Ribeiro (2015) aplicou um questionário em 368 indivíduos, selecionados de maneira aleatória, para analisar as modalidades abusos físicos, psicológicos e sexuais. Seu estudo evidenciou a frequente fragmentação do núcleo

familiar, demonstrando que menos de 50% das crianças moram com seus genitores, bem como a insegurança sentida no ambiente escolar associada à alta prevalência de violência física (85,4%), psicológica (62,5%) e de cunho sexual (34,7%). O autor concluiu que tanto no Brasil, quanto em pesquisas internacionais sobre a temática, o comportamento violento é comum entre crianças e adolescentes.

*Violência sofrida e perpetrada: estudo epidemiológico com escolares da rede pública de ensino em Fortaleza-CE*

Savioli (2015) analisou a epidemiologia da violência sofrida e perpetrada por adolescentes de escolas públicas de Fortaleza (CE), mediante entrevista com 360 estudantes. Sua investigação revelou altas prevalências nas formas de violência psicológica e física, frequentemente na fase da pré-adolescência, na escola e entre os pares, evidenciando que as relações sociais são baseadas na agressividade e na resolução de conflitos. A autora concluiu que tanto a instituição família, quanto a escola necessitam de maior espaço nas agendas políticas e na gestão pública para promover a civilidade e sensibilização desse público.

### 3.1.2 PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES E BIBLIOTECA DA USP

*A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015*

Ao analisar os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2015), Mello *et al.* (2017) verificaram a conexão entre *bullying* e variáveis sociodemográficas, de saúde mental e de comportamentos de risco em escolares. Os autores descreveram as principais características desse tipo de violência entre os estudantes, destacando que a maioria dos agressores são do sexo masculino, de escola privada e de mães com maior escolaridade. Também, ressaltaram a participação da instituição de ensino na produção e gestão da violência, concluindo que a saúde e a educação necessitam estabelecer um ambiente cuidador para promover a saúde individual e coletiva por meio da intersetorialidade e da prática interdisciplinar.

*Agressividad en los escolares y su relación con las normas familiares*

Martínez *et al.* (2008) investigaram de que forma as relações familiares se associam com a agressividade entre crianças das escolas públicas de Pereira, município da Colômbia. Os autores constataram que há conexão entre comportamento não agressivo da criança e possuir habilidades pessoais para resolver conflitos por parte do cuidador. Também, consideraram relevante a associação entre o padrão violento do cuidador e a alta agressividade da criança, bem como entre as normas de controle do cuidador e o comportamento agressivo das crianças.

*Bullying e fatores associados em adolescentes da região sudeste segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar*

Em outro estudo baseado nos dados da PeNSE 2012, Melo *et al.* (2016) avaliaram a prevalência das vítimas de *bullying* em escolares da Região Sudeste para analisar a sua associação com variáveis individuais e de contexto familiar. Os autores ressaltaram que esse tipo de violência sujeita os estudantes à situação de vulnerabilidade, destacando que as variáveis pessoais, familiares, escolares, sociais e culturais desempenham um papel determinante nesse processo. Diante disso, concluíram que a prevenção e a minimização do *bullying* na escola devem ser fundamentadas no conceito de promoção da saúde e integralidade do cuidado.

*Bullying em escolares brasileiros: análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012)*

Ao analisar as informações produzidas pela PeNSE 2012, Malta *et al.* (2014) descreveram a vitimização e a prática de *bullying* em escolares brasileiros para comparar sua evolução. O estudo evidenciou que, dos adolescentes que relataram não ser bem tratados pelos colegas (27,5%), o perfil se constitui de meninos mais velhos, entre 15 e 16 anos de idade, alunos de escola pública, de etnia/cor preta, cujas mães tinham menor escolaridade. Daqueles que relataram ter sofrido *bullying* (7,2%), revelou-se que a maior chance é entre alunos de 13 anos de idade, do sexo masculino, das etnias/cor preta e indígena/vermelha, cujas mães tinham menor escolaridade. O *bullying* foi praticado por 20,8% dos escolares, destacando que o perfil dos agressores se constitui de alunos mais velhos, entre 14 e 15 anos de idade, do sexo masculino, etnias/cor preta e oriental/amarela, de escola privada, filhos de mães com maior escolaridade. Com isso, concluíram que o contexto escolar brasileiro tem se tornado espaço de reprodução da violência, sendo importante atuar de maneira intersetorial.

*Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009*

Baseando-se na PeNSE 2009, Malta *et al.* (2010) realizaram um estudo em escolas públicas e privadas das 26 capitais dos estados brasileiros. Os autores analisaram as respostas dos questionários autoaplicáveis de estudantes do 9º ano, onde descreveram a ocorrência de *bullying* entre colegas de escola. A investigação permitiu concluir que o ambiente de ensino, seja público ou privado, constitui-se em um espaço que reproduz a violência, sendo necessário um trabalho conjunto com outras instituições para o enfrentamento dessa problemática e, assim, promover a qualidade de vida individual e coletiva.

*Maltrato entre iguales e intento suicida en sujetos adolescentes escolarizados*

Com o objetivo de conhecer a associação da violência entre pares e intenção suicida em adolescentes escolarizados, Valadez *et al.* (2011) aplicaram questionário em 723 indivíduos para avaliar as dificuldades escolares, ideias e pensamentos suicidas, sentimentos de solidão e abandono, isolamento e antecedente de intenção suicida. A partir disso, os autores concluíram que as experiências de vitimização sujeitam o adolescente a maior risco de comprometer a sua esfera psicossocial, destacando a importância de direcionar as medidas de prevenção tanto para os processos de vitimização, como também para a presença do fenômeno suicida.

*Situações de violência vivenciadas por estudantes nas capitais brasileiras e no distrito federal: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012)*

Malta *et al.* (2014) analisaram os eventos violentos experienciados por adolescentes no ambiente escolar, em seus arredores e no contexto familiar, comparando aos resultados da PeNSE 2009. Os autores identificaram prevalência de insegurança no percurso entre casa e escola (9,1%), na escola (8%), agressão física nos últimos 12 meses (18,2%), envolvimento em brigas no últimos 12 meses (20,7%), briga com arma branca (8,3%), briga com arma de fogo (6,9%), agressão física por membro da família (11,6%) e ter sido seriamente ferido nos últimos 12 meses (10,3%). Assim, concluíram que adolescentes estão expostos a formas variadas da violência, destacando a importância dos dados da pesquisa para o planejamento de ações preventivas.

### 3.2 DISCUSSÃO

O objetivo desta revisão bibliográfica foi analisar a produção científica na área de violência escolar sob uma perspectiva epidemiológica. A maioria dos dados revela que, daqueles estudantes que foram investigados, menos da metade envolveu-se em situações de violência. Contudo, é importante destacar que três estudos expressaram uma frequência de casos superior à metade dos sujeitos pesquisados.

De acordo com Ribeiro (2015), 85,4% dos participantes da sua pesquisa referiram sofrer abuso físico, enquanto 62,5% relataram experiências de agressão psicológica, o que concorda com os resultados obtidos por Savioli (2015), onde maior número de escolares mencionou ter sido acometido por ataques dessa ordem (61,1%). Entretanto, apesar de encontrarem os mesmos resultados acerca da vitimização por violência psicológica, Savioli (2015) descreveu que metade dos envolvidos revelaram também perpetrar o ato. O estudo de Malta *et al.* (2014) sobre *bullying* em escolares brasileiros destacou que grande parte dos estudantes (55,5%) se envolveu em situações



violentas, caracterizando essa forma de violência como a mais prevalente em comparação às demais.

A violência é considerada um fenômeno complexo e dinâmico, e, por isso, apresenta-se de diversas formas e em diferentes níveis. Os resultados das investigações aqui apresentadas refletem isso, pois, ao avaliar o contexto educacional, ela fica evidente entre os demais problemas. Nesse sentido, ao examinar de que maneiras os escolares vivenciaram tal abuso, os seguintes tipos se destacaram: violência psicológica, violência física, violência sexual e *bullying*.

As formas de violência apresentadas nos estudos demonstram que há predominância do *bullying* em relação às demais (ALENCASTRO, 2014; MALTA *et al.*, 2010; MALTA *et al.*, 2014; MELLO *et al.*, 2016; MELLO *et al.*, 2017). O *bullying* é caracterizado por toda conduta intencional e repetitiva de cunho agressivo, resultante do desequilíbrio de poder, manifestada por meio de violência física, verbal e psicológica (MELLO *et al.*, 2017).

O cenário apresentado sugere a necessidade de adoção de medidas para sensibilizar os estudantes sobre as consequências dessa forma de abuso, que pode afetar de maneira drástica o desempenho dos alunos, com sequelas em idades mais avançadas (QUEIROZ, 2016; RIBEIRO, 2015; MELLO *et al.*, 2016; MALTA *et al.*, 2014). Sabendo-se que a fase escolar é importante para a construção e aprimoramento das habilidades sociais e cognitivas dos escolares, tal período deve ser livre de adversidades que possam prejudicar seu desenvolvimento.

A partir da análise, verificou-se prevalência de agressores homens, indicando que o sexo dos estudantes é um fator que predispõe às situações de violência. Em contrapartida, as mulheres aparecem em maior parte como vítimas. Uma possível justificativa para tal fato pode residir no resultado do contexto histórico da sociedade, onde os direitos do sexo feminino não foram reconhecidos por um longo período, tornando-o submisso em relação ao seu oposto (ALENCASTRO, 2014).

Sobre o assunto, Mello *et al.* (2017) enfatizou que, independentemente da diversidade sociocultural entre os países, meninos possuem estilos mais agressivos de interagir quando comparados às meninas. É importante ressaltar que a maneira de se trabalhar as questões de gênero nos ambientes sociais, como o escolar, reflete no comportamento dos indivíduos. Com isso, sugere-se que as discussões neste espaço possibilitem a reflexão acerca dos papéis determinados historicamente para cada sexo, a fim de promover a valorização da mulher na sociedade.

Os resultados apontaram que tanto indivíduos de cor de pele parda, quanto preta, sofrem mais violência em relação às demais etnias/cores. Entretanto, esse não foi um tema que recebeu destaque na literatura utilizada, pois apenas dois trabalhos formularam possíveis justificativas para fomentar a compreensão desse fato. Estudos recentes identificaram que características étnico-

raciais constituem fator de risco para determinadas condições de saúde, sendo a etnia/cor de pele preta (vulgarmente e de forma errônea denominada de raça negra) a mais vulnerável (MALTA *et al.*, 2014; ALENCASTRO, 2014).

De acordo com Malta *et al.* (2014), pesquisas realizadas em escolas estadunidenses demonstraram que escolares afro-americanos tiveram maior chance de se tornar vítimas em situações violentas quando comparados aos alunos tidos como caucasianos. O *bullying* se destacou como a forma de agressão sofrida (conforme já apontado por outros autores) e, dentre as causas que o motivaram, ressalta-se a intolerância contra negros e contra aqueles que não estão de acordo com padrões estéticos estabelecidos socialmente.

Alencastro (2014), por outro lado, chama atenção para estudos que discorrem sobre a associação entre violência e raça/etnia/cor de pele. O processo de miscigenação, de acordo com a autora, possivelmente justifica o fato de pessoas da cor de pele parda aparecerem em grande parte como vítimas desse ato, visto que se enquadram como intermediárias da mistura entre as etnias/cor de pele caucasiana/branca e preta, decorrente da colonização ocorrida no Brasil. Com base nestes achados, é fundamental que a instituição de ensino reverta situações dessa ordem. Recomenda-se a introdução de grupos de debate em que as discussões sejam pautadas no respeito às diferenças étnico-raciais, pois reconhecendo a importância da diversidade será possível promover a reflexão dos escolares.

Também se investigou as particularidades das situações violentas vivenciadas na escola. A partir disso, verificou-se que a faixa etária mais vitimizada é a de adolescentes entre 10 e 13 anos de idade. Conforme apresentado anteriormente, a fase escolar se configura como o período no qual os aspectos sociais e cognitivos estão em construção, logo, a presença desse índice na vida dos estudantes pode impedir que esse momento tenha pleno desenvolvimento, acarretando em consequências futuras (QUEIROZ, 2016; RIBEIRO, 2015; MELLO *et al.*, 2016; MALTA *et al.*, 2014).

Em contrapartida, Mello *et al.* (2017) constataram em seu estudo que os escolares com idades mais avançada apareceram com menor frequência associados à prática de atos violentos. Como possível justificativa, os autores adotaram a ideia de que, por possuírem maior desenvolvimento físico, talvez os indivíduos compreendam melhor a natureza prejudicial do *bullying* para a vida dos seus colegas ou porque têm receio de os professores interpretarem que as agressões praticadas possuem maior gravidade, empregando punições mais severas.

Para minimizar a realidade preocupante que assola os estudantes mais novos, é interessante que a gestão escolar promova oficinas e debates sobre os efeitos adversos que a agressividade pode gerar tanto para as vítimas, quanto para os agressores. Esses momentos poderiam também envolver

os familiares, a fim de incentivar que a discussão acerca do assunto se expanda ao ambiente doméstico.

Quando se trata da segurança escolar, o estudo de Alencastro (2014) indicou que os alunos se sentem inseguros em relação ao ambiente, referindo-o como desprotegido. Ademais, os estudantes afirmaram essa questão vai além desse espaço, envolvendo o seu entorno e o acesso. Segundo Mello *et al.* (2017, p.6) “o entorno e o ambiente nas proximidades da escola sendo violentos aumentam os riscos de violência na escola”, sendo necessário que as medidas de proteção sejam ampliadas para além da instituição.

Apesar disso, chama atenção que, embora assumam não sentir confiança no ambiente escolar, a maioria dos alunos pesquisados afirmou gostar de frequentar o local (RIBEIRO, 2015). É evidente que a produção de violência se tornou comum na escola, dentre as principais o *bullying*, mas também é consenso que essa instituição não é a única agente responsável. A situação vai além, pois trata-se de uma configuração determinada por variáveis pessoais, familiares, escolares, sociais e culturais (MELLO *et al.*, 2016; MELLO *et al.*, 2017). Isso demonstra que é essencial questionar a maneira pela qual os diferentes fatores de socialização atuam e interferem na vida do escolar.

Por representar um importante espaço de interação e aprendizado (RIBEIRO, 2015), a escola deve agir diante da emergência de comportamentos agressivos (ALENCASTRO, 2014) também por meio de atividades extraclasse que se utilizem das metodologias ativas, formando grupos de apoio. Como a violência possui diversas faces, demais setores e áreas podem ser acionados, pois, o trabalho intersetorial e interdisciplinar pode permitir que o combate a essa problemática seja potencializado (MALTA *et al.*, 2010).

Nos estudos de Ribeiro (2015) e Savioli (2015), os escolares pesquisados declararam haver violência no ambiente doméstico e citaram “puxões de orelha, ser colocado de joelho no milho e ameaças a partir de más notas” (Ribeiro, 2015, p.50). Mello *et al.*, (2017) apontam que, dentre as características da família, estudantes que relataram violência em casa e faltar às aulas sem comunicar aos pais praticaram mais *bullying*. Diante da magnitude desse problema, é imprescindível a oferta de suporte e apoio às vítimas e membros familiares. Sugere-se que as instituições de ensino promovam reuniões comunitárias para dialogar com as famílias, estimulando ações que fortaleçam os laços entre seus componentes e os sensibilize da importância de manter um bom relacionamento dentro de casa.

A escolaridade dos pais também foi investigada para identificar uma possível associação com a violência praticada ou sofrida por crianças e adolescentes escolares. As informações coletadas indicaram que estas condições se inter-relacionaram com o passar dos anos. Em 2010,

ao relacionar dados da PeNSE realizada em 2009 sobre bullying nas escolas brasileiras, não houve conexão significativa entre a prática violenta e o grau de ensino dos pais (MALTA *et al.*, 2010).

Nos anos de 2014 e 2016, cruzamentos matemáticos entre as mesmas variáveis, porém com dados da PeNSE 2012, indicaram que maior escolaridade materna representa tanto proteção em qualquer faixa etária, quanto fator que sujeita os indivíduos à violência (MALTA *et al.*, 2014; MELLO *et al.*, 2016). Em 2017, ao relacionar as variáveis em discussão com os dados apresentados na PeNSE 2015, os resultados indicaram que quanto maior a escolaridade da mãe, maiores são as chances do filho ser agressor, coincidindo com o que outros estudos também apontaram (MELLO *et al.*, 2017; QUEIROZ, 2016).

Essas informações surpreendem uma vez que é esperado das mães com maior escolaridade um maior nível de conhecimento acerca da educação dos filhos, e que elas consigam atuar na resolução de conflitos impondo limites adequados, e que atendam necessidades e dificuldades nas interações dos filhos com outros estudantes. Assim sendo, é importante incluir os pais nas atividades realizadas na escola visando promoção de debates sobre a temática violência, pois é necessário que as características e consequências dos atos violentos durante o período escolar sejam esclarecidas. Outra medida essencial seria investir na educação de todos os atores da comunidade escolar (MELLO, *et al.*, 2017; ALENCASTRO, 2014), permitindo que pais e responsáveis participem dos processos decisórios da escola.

Ao analisar a variável “emprego”, há divergência entre os estudos. Em referência a um estudo realizado na Colômbia, Alencastro (2014) descreveu que mais da metade dos participantes em situação de desemprego referiu sofrer ou praticar violência. Partindo desse pressuposto, a autora discorreu que estar empregado nessa fase pode ser positivo, pois contribui para que o estudante se desenvolva profissionalmente, já que “seriam assumidas responsabilidades adultas, estimulando inclusive a busca de qualificação” (ibid. p.47-48), impedindo que o indivíduo ocupe seu tempo livre em ambientes instáveis.

Entretanto, em estudos mais recentes Mello *et al.* (2016) e Mello *et al.* (2017) encontraram resultados que divergiram das informações anteriores. Segundo os dois artigos previamente publicados, o trabalho nessa fase pode oportunizar maior contato com adultos e, por conseguinte, exposição mais frequente a comportamentos de risco como o consumo de bebidas alcólicas, tabaco e abertura para o mundo das drogas. E, referindo-se à investigação realizada nos Estados Unidos, apontaram que esses fatores aumentam a probabilidade de envolvimento com o *bullying*.

É importante ressaltar que há programas de qualificação profissional para jovens, como o Programa Menor Aprendiz. Neste, por sua vez, destaca-se que os estudantes desempenham funções com carga horária reduzida e condições apropriadas de trabalho. Diante do cenário

apresentado, sugere-se a reformulação de projetos dessa natureza para que não interfiram no desenvolvimento dos escolares.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) abordou o tema violência considerando em sua definição, dentre outras coisas, condutas que lesem ou afetem o bem dos indivíduos ou comunidades, abrangendo também atos suicidas. Algo constante em torno da discussão aqui realizada foi a forma que a exposição das crianças e adolescentes à violência pode repercutir em seu crescimento e desenvolvimento, frisando a importância de garantir que essa fase seja livre de adversidades.

Conforme Martinez *et al.* (2008), a agressão experimentada pelos alunos em ambiente doméstico constitui fator de risco para depressão, desespero, abuso de álcool, suicídio, violência contra colegas, dentre outros comportamentos antissociais. Em seu estudo, Valadez *et al.* (2011) encontraram como resultado que há associação entre o processo de vitimização sofrida por escolares e o aumento de risco suicida e desajustes psicossociais. Na investigação de Mello *et al.* (2016), os autores apontaram que ao sofrer *bullying*, crianças e adolescentes ficam sujeitos à dificuldade de concentração, baixa autoestima, ansiedade, bem como à ideação, tentativa e consumação do suicídio.

Nesse contexto, recomenda-se que as instituições de ensino desenvolvam estratégias de intervenção, pois é o local em que os escolares passam grande parte do seu tempo. Uma possível alternativa é a capacitação dos educadores para identificar condutas que representem risco para o estudante, assim como a criação de grupos de apoio que incentivem às vítimas a expor sua experiência para que seja possível conduzir a questão a uma solução. Também, sugere-se que haja associação com as instituições de saúde a fim de orientar políticas públicas com o propósito de reduzir a magnitude do problema.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se analisar a violência escolar com abordagem na epidemiologia. Foi possível concluir que a literatura investigada contribuiu para a compreensão dos aspectos envolvidos nas relações entre os estudantes e deles com a instituição escolar. A experiência da violência vivenciada pelos estudantes assumiu diferentes faces, havendo cenários com vítimas e agressores de perfis diversificados. Independentemente da maneira que esse comportamento é expresso, urge o planejamento de ações para intervenção, pois a fase escolar constitui-se em um período de desenvolvimento sociocognitivo dos estudantes, e interferências nesse processo podem gerar sequelas em longo prazo.

A dinamicidade da violência é um empecilho quando o tema é posto em pauta, visto que as formas e níveis em que se apresenta a tornam complexa. Isso foi identificado durante a interpretação dos dados, que apontaram diferentes tipos, como violência psicológica, física, sexual e *bullying*. Nos estudos analisados, o *bullying* foi identificado como uma das formas de violência mais predominante no espaço escolar. Diante disso, a situação requer o trabalho articulado entre setores da sociedade, como educação e saúde, para que seja conduzida de forma abrangente.

A prevalência do sexo masculino como agressor e feminino como vítima indicou que a discrepância de poder também é produzida no contexto escolar, já que as interações dos meninos foram de cunho mais agressivo em relação às meninas. Nesse contexto, seria essencial promover atividades que sensibilizem os estudantes, inserindo debates sobre a importância do convívio saudável, a fim de poder garantir a civilidade nas relações.

A inserção dos escolares em atividades profissionalizantes na literatura analisada é contraditória em relação aos efeitos das ocupações dos alunos sobre seu desempenho escolar e comportamento. Mais estudos são necessários para determinar a qualidade de vida do indivíduo, já que foram identificados pontos positivos e negativos na literatura.

Importante ressaltar que, em alguns trabalhos analisados, investigou-se a associação entre variáveis como escolaridade dos pais, estrutura familiar e emprego com a prática da violência. Todavia, destaca-se que Projeto Político Pedagógico (PPP), desempenho escolar e outros fatores inerentes à estrutura da instituição não foram abordados nos estudos, fato que impossibilitou essa discussão. Dada a importância do engajamento da gestão escolar na minimização e/ou resolução dos conflitos desencadeados nesse ambiente, bem como buscando dirimir dúvidas quanto a possível culpabilização desses atores frente a violência escolar, sugere-se que novas pesquisas sejam empreendidas analisando também a participação da escola nesse processo.

Finalmente, ficou evidente que a violência vivenciada pelos estudantes no ambiente escolar está associada à perpetração do ato durante o decurso dos jovens e adolescentes nesta fase da vida. Possivelmente, as ações de prevenção para a agressão escolar poderiam envolver não somente as vítimas e os agressores, mas também os espaços em que é produzida.

A escola é o ambiente em que o aluno passa grande parte do seu tempo, logo, seria importante que os gestores escolares pudessem assumir a responsabilidade de identificar e corrigir o problema. Porém, deve-se enfatizar que a instituição não pode conduzir a questão isoladamente, pois a violência é um processo multifatorial e complexo, sendo imprescindível que outras esferas sociais atuem de forma interdisciplinar e intersetorial diante da situação.

## 5 REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Lidiane Cristina da Silva. **Ocorrência e características da violência sofrida e exercida por adolescentes escolares de Cuiabá, MT**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ASSIS, Simone Gonçalves de (Org.); CONSTANTINO, Patrícia (Org.); AVANCI, Joviana Quintes (Org.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. *Sociologias*, Porto Alegre v. 4, n. 8, p. 432-443, 2002.

DAHLBERG, Linda Lee; KRUG, Etienne. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1163-1178, 2006.

DEBARBIEUX, Éric. Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine (Org.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília, DF: Unesco, 2002. p. 57-87.

KRUG, Etienne *et al.* (Org.) **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, Organização Mundial da Saúde, 2002.

LAST, John. Murray. **A dictionary of epidemiology**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MALTA Deborah Carvalho *et al.* Situações de violência vivenciadas por estudantes nas capitais brasileiras e no Distrito Federal: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 17, p. 158-171, 2014.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Bullying em escolares brasileiros: análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 17, p. 92-105, 2014.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 3065-3076, 2010.

MARTÍNEZ, José William *et al.* Agresividad en los escolares y su relación con las normas familiares. *Revista Colombiana de Psiquiatria*, Bogotá, v. 37, n. 3, p. 365-377, 2008.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros *et al.* Perfil epidemiológico dos atendimentos de emergência por violência no Sistema de Serviços Sentinelas de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) - Brasil, 2006. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 17-28, mar. 2009.

MELLO, Flávia Carvalho Malta *et al.* A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2939-2948, 2017.

MELLO, Flávia Carvalho Malta *et al.* Bullying e fatores associados em adolescentes da Região Sudeste segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 19, p. 866-877, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, Kathie; CONSTANTINO, Patrícia; ASSIS, Simone Gonçalves de. **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 21-42.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

QUEIROZ, Daniel da Rocha. **Prevalência e fatores de risco associados a indicadores de violência física em adolescentes: análise comparativa entre os anos 2006 e 2011**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Hebiatria) – Universidade de Pernambuco, Camaragibe.

RIBEIRO, Iglê Moura Paz. **Vivências de situações de violências por crianças e adolescentes de 11 a 18 anos moradoras do Recanto das Emas, Distrito Federal**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, Brasília.

ROUQUAYROL, Maria Zélia; GURGEL, Marcelo. **Epidemiologia e Saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2017.

SACRAMENTO, Livia de Tartari; REZENDE, Manuel Morgado. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, n. 24, p. 95-104, dez. 2006.

SAVIOLI, Kátia Costa. **Violência sofrida e perpetrada: estudo epidemiológico com escolares da rede pública de ensino em Fortaleza-CE**. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Pós-Graduação em Saúde Pública, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SILVA, Flavianny Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; LIMA, Maria Luiza Carvalho de. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1211-1222, 2006.

VALADEZ, Isabel *et al.* Maltrato entre iguales e intento suicida em sujetos adolescentes escolarizados. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 9, n. 2, p. 783-796, 2011.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**. 2013.



**Title**

School Violence: an epidemiological analysis of brazilian publications.

**Abstract**

Violence is a historical phenomenon that affects the entire society, which has been approached in the last decade from different perspectives. It is a problem of multifactorial and complex origin of great interest to the public discussion. Because of the global proportion that such issue has reached, new investigations have been established in order to detect ways to intervening in this scenario. Base on this, this research has worked out to analyze the scientific production in the school violence area, focusing on epidemiology. In order to do this, a systematic bibliographic review was carried out from the following electronic databases: Integrated Library System of University of São Paulo (USP) and CAPES (Theses and Dissertations Catalog and Journal Portal). When applying the descriptions "school violence" and "epidemiology", 818 studies were found, and, after analysis, 11 were associated with the theme. The results pointed out that the violence experienced and practiced by the students took on different sides, having victims and aggressors with different profiles. Among this types, the psychological, physical, sexual and bullying violence stood out. Furthermore, male predominates as aggressor and female as victim. It was evidenced that the family profile is a factor associated to the students' behavior.

**Keywords**

Education; violence; statistics; epidemiologic measurements.

---

Recebido em: 19/02/2019.

Aceito em: 10/06/2019.

## APÊNDICE B – ARTIGO 2 SUBMETIDO

**VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES EM AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO ECOLÓGICO DE TENDÊNCIA TEMPORAL NAS REGIÕES BRASILEIRAS****VIOLENCE AGAINST ADOLESCENTS IN SCHOOL ENVIRONMENT: AN ECOLOGICAL STUDY OF TEMPORAL TREND IN BRAZILIAN REGION**

Maria Elda Alves de Lacerda Campos<sup>1</sup>

Alda Maria Justo<sup>2</sup>

Mariana Cardoso Dantas<sup>3</sup>

Dayslany Carvalho Gomes<sup>4</sup>

Paulo Adriano Schwingel<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, Pernambuco, Brasil. Autora correspondente: [elda.campos@upe.br](mailto:elda.campos@upe.br)

<sup>2,3,4,5</sup>Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, Pernambuco, Brasil.

**Resumo:** A violência praticada contra crianças e adolescentes é um obstáculo para o desenvolvimento desses sujeitos e representa um sério problema de saúde pública. Os atos violentos vivenciados por esses indivíduos podem trazer consequências físicas e psicossociais preocupantes, impactando na qualidade de vida. O artigo objetivou analisar a evolução temporal dos eventos violentos praticados contra adolescentes no ambiente escolar nas regiões brasileiras. Trata-se de um estudo ecológico de série temporal, os dados foram coletados no DATASUS. No Brasil, foram registrados 30.979 eventos, a maioria de violência física, 60,5%. As regiões Sudeste e Sul apresentaram a maior razão da taxa incidência para todos os tipos de violência, à exceção da violência sexual mais fortemente presente na região Norte. Os eventos violentos apresentaram tendência crescente, à exceção da região Sudeste cuja tendência de violência sexual foi de queda. Ressalta-se a importância de intervenção e medidas de combate à violência no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Violência; Escola; Adolescente.

**Abstract:** The violence against children and adolescents is an obstacle to the development of these subjects and represents a serious public health problem. The violent acts experienced by these individuals can bring worrying physical and psychosocial consequences, impacting their quality of life. The article aimed to analyze the temporal evolution of violent events committed against adolescents in the school environment in Brazilian regions. This is an ecological time series study; data were collected at DATASUS. In Brazil, 30,979 events were registered, most of which 60.5% were physical violence. The Southeast and South regions had the highest incidence rate ratio for all types of violence, except for sexual violence more strongly present in the North region. Violent events showed an increasing trend, except for the Southeast region, whose trend of sexual violence was decreasing. The importance of intervention and measures to combat violence in the school context is highlighted.

**Keywords:** Violence; School; Adolescent.

## INTRODUÇÃO

A violência refere-se ao uso intencional de força ou poder físico, podendo ser real ou em forma de ameaça, acometida contra si mesmo, a outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que provoca ou tem grande possibilidade de provocar ferimentos, morte, danos psicológicos, déficit no desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

Nessa lógica, a violência praticada contra crianças e adolescentes é um obstáculo para o desenvolvimento desses sujeitos e representa um sério problema de saúde pública (MALTA *et al.*, 2017). Os atos violentos vivenciados por esses indivíduos podem trazer consequências físicas e psicossociais preocupantes, impactando na qualidade de vida, principalmente em seus estudos e saúde (MAIA; BARRETO, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (2021) aponta que a violência interpessoal se apresenta como a quarta causa de morte entre os adolescentes em todo o mundo. De maneira, que a cada 7 minutos, uma pessoa, entre 10 e 19 anos, morre devido um ato violento (UNICEF, 2017).

Metade dos homicídios de adolescentes no mundo ocorreram na América Latina e Caribe, apesar de que um pouco menos de 10% desses indivíduos vivem nessa região. O Brasil é o quinto país com o maior taxa de homicídio de adolescentes (não relacionado a conflitos armados), apresentando 59 óbitos para cada grupo de 100 mil pessoas dessa população (UNICEF, 2017).

A violência contra adolescentes localiza-se nas principais instituições socializadoras, como, a família, a escola e o bairro (MALTA *et al.*, 2017). Ao tratar especificamente do ambiente escolar, toda forma de violência e *bullying* violam o direito fundamental à educação, bem como, ambientes de aprendizagem não seguros diminuem a qualidade da educação para os estudantes, ademais, essas violências podem causar consequências negativas que reverberam até a vida adulta (UNESCO, 2019).

Em estudo no Brasil, a maioria (62,2%) dos adolescentes foi vítima de violência no ambiente escolar por parte de colegas ou de outras pessoas da escola, nas duas semanas anteriores à pesquisa, demonstrando que o espaço escolar não é imune a presença da violência (BESERRA *et al.*, 2019), mas um ambiente que pode expor os estudantes a agressões.

A vitimização na escola relaciona-se a variáveis sociodemográficas, com maior prevalência em estudantes do sexo masculino, mais jovens (com predomínio naqueles com 13

anos), com piores condições socioeconômicas, evidenciadas por terem mães sem escolaridade, estudar em escola pública e trabalhar, bem como, associa-se a ambiente familiar desfavorável, com a presença de violência familiar, sem diálogos, sofrimento mental e estudante com uso frequente de tabaco (MALTA *et al.*, 2019), esses fatos demonstram que a violência pode estar relacionada a fatores precipitadores, esses devem ser considerados para a prevenção de violência aos estudantes.

Nesse cenário, a legislação brasileira através do Estatuto da Criança e Adolescente (lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) dispõe quanto à proteção integral dessa população, visando assegurar contra qualquer forma de violência. Além disso, o país deu um passo significativo para o enfrentamento do *bullying* ao instituir o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) (Lei nº13.185, de 6 de novembro de 2015), que traz como um dos objetivos, a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência na comunidade escolar.

É válido ressaltar que a escola pode representar um ponto focal estratégico para o desenvolvimento de intervenções que se destinam a reduzir a vitimização e perpetração do *bullying* e outras violências (ABIO *et al.*, 2020). Evidências apontam que o desenvolvimento de programa de prevenção da violência escolar em sala de aula é eficaz e tem efeito positivo nas emoções e na percepção de estudantes (LIM; KANG; KWACK, 2018). Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo analisar a evolução temporal dos eventos violentos praticados contra adolescentes no ambiente escolar.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Foi realizado um estudo ecológico de série temporal que utilizou como unidades de análise as regiões brasileiras. Os estudos ecológicos tomam o agregado como unidade operativa e abordam áreas geográficas ou blocos de população bem delimitados (ALMEIDA FILHO; ROUQUAYROL, 2006).

Os casos de violência escolar foram coletados entre 2010-2019, no sítio eletrônico do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Os dados populacionais foram provenientes da base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Incluíram-se casos de violência física, violência psicológica/moral, violência sexual e lesão autoprovocada praticados contra adolescentes de ambos os sexos e com idade entre 10 e 19 anos. A variável dependente do estudo foi a frequência de eventos violentos por tipo. As independentes foram ano de ocorrência, sexo, grupo etário e as regiões do Brasil.

Foram considerados apenas os eventos violentos praticados na escola por região de residência. Utilizaram-se as projeções populacionais fornecidas pelo IBGE no mesmo local, período e faixa etária. Foi utilizada a estatística descritiva para construção de medidas de tendência central e de dispersão, mediana e quartis.

O cálculo para taxa de incidência de eventos violentos foi feito considerando o número de casos notificados no numerador e população no denominador, multiplicado pela constante de 100.000 habitantes. Além disso, utilizou-se a razão da taxa de incidência mediana para o período e, assim, comparar as taxas de incidência por região com as taxas do Brasil. Foi calculada a razão da taxa de incidência dividindo-se a taxa por tipo de violência em cada região pela taxa de violência apresentada no Brasil.

Os resultados foram resumidos em tabelas e gráficos. Além disso, foi utilizado o recurso *smooth* para as curvas temporais e elaborada a linha de tendência por meio do Microsoft Excel® Professional Plus 2016 software (Microsoft Corp., Redmond, WA, USA). Foram construídas as taxas de incidência por ano e as taxas de incidência mediana do período. Foi realizada descrição dos casos de violência segundo tipo de violência e características demográficas das vítimas, sexo (feminino, masculino), grupo etário (10 a 14 e 15 a 19 anos).

Foi realizada a variação percentual por sexo e grupo etário. Para o sexo efetuou-se a diferença dos percentuais apresentados entre o sexo feminino e o sexo masculino, em cada região e por tipo de violência, onde o sexo masculino foi representado pela letra i e o sexo feminino por ii, constituindo-se (ii-i).

A variação percentual para o grupo etário, foi gerada diminuindo o percentual do grupo de 10-14 anos do percentual da faixa etária de 15-19, caracterizados pelos símbolos i e ii, respectivamente, correspondendo a (i-ii).

A nomenclatura “lesão autoprovocada” utilizada na base do SINAN foi considerada neste estudo como *violência autoprovocada*.

Considerando que foram usados dados secundários, agregados e de domínio público, não foi necessária apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os aspectos éticos foram respeitados conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No Brasil, no período de 2010-2019, foram registrados 30.979 eventos de natureza violenta praticados contra adolescentes no âmbito escolar. A maior parte desses 60,5% (18.739/30.979) foi de violência física. Na sequência, foram registrados casos de violência psicológica/moral, violência autoprovocada e violência sexual correspondendo a 19,7%

(6.100/30.979), 13,4% (4.144/30.979) e 6,4% (1.996/30.979), respectivamente (**Tabela I**).

Entre as regiões brasileiras, esses números variaram. Em geral, as regiões Sudeste e Sul foram as que apresentaram maior percentual para todos os tipos de eventos violentos, destacando-se a violência física. Ribeiro et al. (2015), encontraram resultado semelhante em estudo realizado em escolas públicas do Distrito Federal, revelando a violência física como a mais prevalente entre os adolescentes. Apesar de essas regiões apresentarem um maior registro de eventos violentos, isso não significa uma maior carga de violência. Esta situação pode estar associada a um sistema de informação mais sensível. Nas demais Regiões o baixo registro pode representar fragilidades do sistema de vigilância. A subnotificação dos casos de violência é uma realidade que pode estar atrelada às questões de gestão dos sistemas de saúde, como também a fatores inerentes à dinâmica da violência (COSTA *et al.*, 2007) (**Tabela I**).

**Tabela I. Distribuição percentual dos tipos de violência por Região. Brasil, 2010-2019.**

Região	Tipo de violência							
	Física		Psicológica/Moral		Sexual		Autoprovocada	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Norte	882	4,7	450	7,4	381	19,1	207	5,0
Nordeste	1.648	8,8	578	9,5	252	12,6	507	12,2
Sudeste	11.137	59,4	3.130	51,3	790	39,6	1.922	46,4
Sul	3.952	21,1	1.536	25,2	396	19,8	1.156	27,9
Centro-oeste	1.120	6,0	406	6,7	177	8,9	352	8,5
Brasil	18.739	60,5	6.100	19,7	1.996	6,4	4.144	13,4

Fonte: DATASUS/MS (produção dos próprios autores).

No Brasil e nas regiões, a distribuição dos eventos violentos foi maior no sexo feminino e no grupo etário de 10-14 anos. Excetuando-se os casos de violência autoprovocada registrados nas regiões Norte e Nordeste onde prevaleceu o grupo etário de 15-19 anos. Em estudo realizado em 2020, por Pereira e colaboradores, as violências sexual e psicológica foram mais frequentes entre adolescentes do sexo feminino com idades entre 10 e 14 anos. O fato de o sexo feminino ter sido o mais atingido, pode revelar uma maior vulnerabilidade entre as adolescentes, já que que as agressões sofridas podem ser atribuídas a questões de gênero, conforme estudo realizado por Araújo (2005). Outro estudo nacional realizado por Pinto e colaboradores (2019), mostrou que o sexo feminino e adolescentes com 14 anos de idade representaram a maioria, consonante aos dados deste estudo. Por outro lado, Bahia e colaboradoras (2020), destacam o predomínio de violência autoprovocada no grupo etário de 15-19 anos (**Tabela II**).

**Tabela II. Distribuição percentual por sexo e grupo etário e variação percentual dos casos de violência segundo tipo e região. Brasil, 2010-2019**

Tipo de violência por região	Sexo		$\Delta$ percentual*	Grupo etário		$\Delta$ percentual**
	Masculino <sup>i</sup>	Feminino <sup>ii</sup>		10-14 <sup>i</sup>	15-19 <sup>ii</sup>	
<b>NORTE</b>						
Física	44,1	55,9	11,8	57,8	42,2	15,6
Psicológica/moral	25,6	74,4	48,8	66,4	33,6	32,8
Sexual	12,9	87,1	74,2	82,2	17,8	64,4
Autoprovocada	27,5	72,5	45,0	41,1	58,9	-17,8
<b>NORDESTE</b>						
Física	48,8	51,2	2,4	59,2	40,8	18,4
Psicológica/moral	38,2	61,8	23,6	60,4	39,6	20,8
Sexual	19,0	81,0	62,0	67,5	32,5	35,0
Autoprovocada	23,1	76,9	53,8	41,2	58,8	-17,6
<b>SUDESTE</b>						
Física	44,2	55,8	11,6	61,0	39,0	22,0
Psicológica/moral	37,3	62,7	25,4	60,1	39,9	20,2
Sexual	24,1	75,9	51,8	65,7	34,3	31,4
Autoprovocada	24,6	75,4	50,8	57,6	42,4	15,2
<b>SUL</b>						
Física	49,6	50,4	0,8	62,5	37,5	25,0
Psicológica/moral	44,7	55,3	10,6	65,5	34,5	31,0
Sexual	25,8	74,2	48,4	76,5	23,5	53,0
Autoprovocada	26,5	73,5	47,0	63,0	37,0	26,0
<b>CENTRO-OESTE</b>						
Física	50,5	49,5	-1	61,7	38,3	23,4
Psicológica/moral	44,1	55,9	11,8	68,5	31,5	37,0
Sexual	26,6	73,4	46,8	74,6	25,4	49,2
Autoprovocada	28,7	71,3	42,6	64,2	35,8	28,4
<b>BRASIL</b>						
Física	46,1	53,9	7,8	61,1	38,9	22,2
Psicológica/moral	38,8	61,2	22,4	62,5	37,5	25,0
Sexual	21,8	78,2	56,4	72,0	28,0	44,0
Autoprovocada	25,4	74,6	49,2	56,8	43,2	13,6

Fonte: DATASUS/MS (produção dos próprios autores).

Nota: \* (ii-i)

Nota: \*\* (i-ii)

Neste estudo, a mediana das taxas de incidência dos eventos violentos variou entre as

regiões. Porém, de acordo com os quartis, a medida de variabilidade das taxas, no geral, foi baixa. No período estudado percebeu-se que o risco foi maior para a violência física em todas as regiões e no Brasil. A comparação das taxas de incidência entre as regiões e o Brasil por meio da razão das taxas de incidência demonstrou algumas diferenças. O risco para violência física nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi muito abaixo da taxa de incidência para o Brasil. Já as regiões Sudeste e Sul apresentaram um risco 60,0% maior que o observado para o país. Em contraste, estudo de López e colaboradores (2021), que utilizou dados do Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes/VIVA/Brasil, no período de 2009 a 2016, constatou uma taxa de prevalência de violência física de 104,4/100.000 habitantes entre adolescentes no grupo etário de 15-19 anos.

A razão de taxa para a violência psicológica/moral seguiu padrão similar à violência física nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quando comparadas ao Brasil. Na região Sudeste, o risco para este tipo de violência foi 40,0% maior que o risco observado para o Brasil. O risco para violência psicológica/moral verificado na região Sul foi 100,1% maior que a taxa de incidência para o Brasil. Pesquisa que analisou a taxa de prevalência de violência psicológica/moral para o Brasil, no período de 2009-2016, identificou uma prevalência de 27,31 por 100.000/habitantes, taxa 14,4 vezes maior que a encontrada neste estudo. Vale salientar que esses autores consideraram a violência psicológica registrada em vários locais de ocorrência, diferente do utilizado neste estudo (LÓPES *et al.*, 2021).

Em relação à violência sexual, verificou-se que nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, a razão da taxa de incidência foi menor ou igual à taxa de incidência para o Brasil. Para as regiões Norte e Sul, os riscos foram maiores que a taxa de incidência brasileira em 70,0% e 30,0%, respectivamente. Santos e colaboradores (2018) estudando a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrida nas escolas brasileiras entre 2010 e 2014, mostraram que predominou o sexo feminino, sendo as meninas as mais suscetíveis a sofrerem violência sexual na escola.

No Brasil, a violência autoprovocada correspondeu a 13,4% (4.144/30.979). Conforme demonstrado na tabela III, o risco para esse tipo de violência foi menor apenas nas regiões norte e nordeste quando comparado ao Brasil. Estudo que abordou os registros do SINAN em relação à violência autoprovocada identificou o percentual de 18,5% das notificações, mais frequente no sexo feminino (PEREIRA *et al.*, 2020). Possivelmente, esses dados não refletem a real magnitude do problema, considerando o sub-registro que deve ser ainda maior quando se trata de lesão autoprovocada.



**Tabela III. Distribuição mediana dos casos, taxa de incidência e quartis por tipo de violência e região. Brasil, 2010-2019**

<b>Tipo de violência</b>	<b>Caso*</b>	<b>Taxa* de incidência/100.000hab</b>	<b>Quartis (Q<sub>1</sub> – Q<sub>3</sub>)</b>	<b>Razão de taxa de incidência**</b>
<b>NORTE</b>				
Física	83,5	2,4	1,5-3,8	0,4
Psicológica/Moral	43,5	1,3	0,8-1,7	0,7
Sexual	35,5	1,0	0,8-1,3	1,7
Autoprovocada	8,5	0,2	0,1-1,3	0,3
<b>NORDESTE</b>				
Física	155,5	1,5	1,0-2,3	0,3
Psicológica/Moral	52,0	0,5	0,5-0,8	0,3
Sexual	24,5	0,2	0,2-0,3	0,3
Autoprovocada	18,5	0,2	0,1-0,7	0,3
<b>SUDESTE</b>				
Física	1.141	8,9	6,1-12,8	1,6
Psicológica/Moral	335,0	2,6	1,7-3,5	1,4
Sexual	69,5	0,6	0,5-1,1	1,0
Autoprovocada	115,0	0,9	0,5-2,5	1,5
<b>SUL</b>				
Física	405,0	9,0	7,3-12,6	1,6
Psicológica/Moral	172,0	4,0	2,9-4,5	2,1
Sexual	34,5	0,8	0,4-1,3	1,3
Autoprovocada	43,5	1,0	0,6-5,1	1,7
<b>CENTRO-OESTE</b>				
Física	111,0	4,4	3,8-5,3	0,8
Psicológica/Moral	39,5	1,6	1,4-1,9	0,8
Sexual	15,0	0,6	0,4-0,9	1,0
Autoprovocada	18,0	0,7	0,5-1,8	1,2
<b>BRASIL</b>				
Física	1.931	5,7	4,1-8,1	-
Psicológica/Moral	632,0	1,9	1,5-2,5	-
Sexual	177,0	0,6	0,4-0,9	-
Autoprovocada	196,5	0,6	0,4-2,1	-

Fonte: DATASUS/MS/IBGE (produção dos próprios autores).

\***Mediana**

\*\* **Relaciona a TI região à TI para o Brasil por tipo de violência**

Avaliando-se os tipos de violência no Brasil, as taxas de incidência variaram no período e apresentaram tendência crescente. Com relação à distribuição anual das taxas de incidência de eventos violentos no Brasil e regiões, o risco foi maior para a violência física. Analisando-se as taxas de incidência por região e tipo de violência, observou-se que a violência física oscilou em todas as regiões e demonstrou tendência crescente. No entanto, estudo que analisou as violências interpessoais envolvendo jovens 15-29 anos no Brasil, verificou uma tendência decrescente da mortalidade por agressões na região Sudeste. Já nas regiões Centro-Oeste e Norte, a tendência de violência física foi estacionária para jovens do sexo feminino, e crescente nas regiões Nordeste e Sul (BRASIL, 2019).

A violência psicológica/moral apresentou tendência crescente em todas as regiões, à exceção da região Centro-Oeste que apresentou tendência constante. A violência psicológica sobrevém como ameaças verbais carregadas de conteúdo violento ou emocional que produz reações de medo, frustração e temor pela integridade física (ASSIS *et al.*, 2004). Assim, essa modalidade de violência é uma das formas mais difíceis de ser identificada, uma vez que não produz evidências imediatas, sendo conseqüentemente, subnotificada. Em geral, ocorre ao longo da vida, muitas vezes interferindo nos processos cognitivo e/ou psicossocial (Costa *et al.*, 2007).

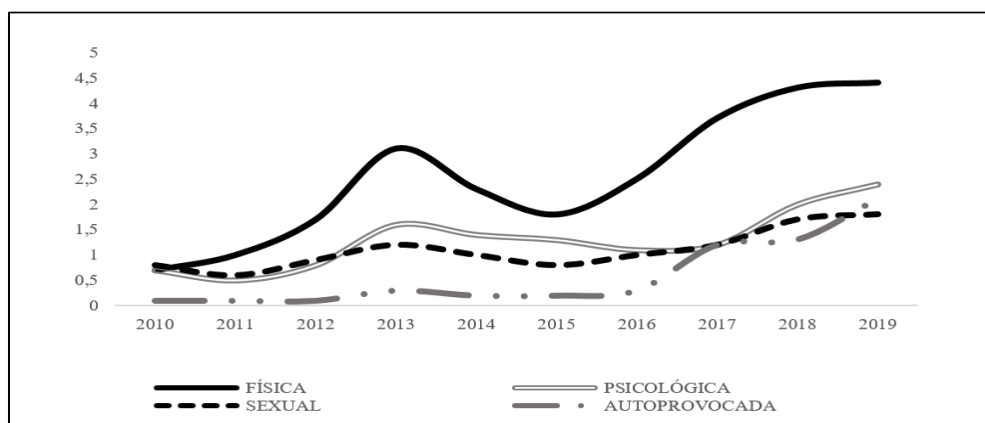
Quanto à violência sexual, as taxas de incidência oscilaram no decorrer dos anos. Na região Sudeste, apesar do pico no ano de 2011, a série manteve um padrão constante com tendência de queda. Nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, a tendência foi crescente. Em estudo realizado por Santos e colaboradores (2018), também foi observado, no Brasil e regiões, crescimento da violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrida na escola.

As taxas de incidência da violência autoprovocada, em todas as regiões, apresentou aumento a partir de 2016, com tendência crescente, concordando com o estudo de tendência temporal realizado por Soares e colaboradores (2020). Segundo os pesquisadores, houve tendência positiva na prevalência de ideação suicida em 2016, em comparação com a prevalência em 2006-2011. Brito e colaboradores (2021) têm achados semelhantes. Eles descreveram que a taxa nacional sofreu um incremento importante, passando de 2,1/100.000 adolescentes em 2009 para 25,7/100.000/habitantes em 2016 (**Figuras de 1-6**).

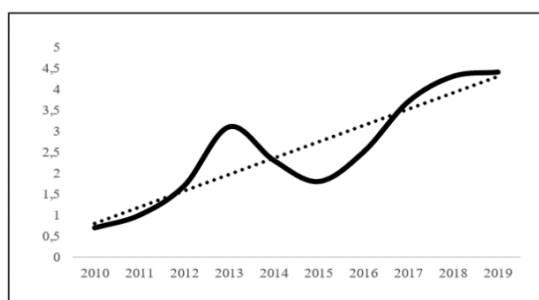
**Figura 1. Tendência da taxa de incidência de violência por tipo na região Norte. Brasil,**

2010-2019

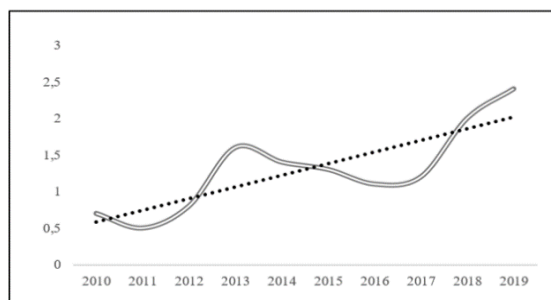
Taxa de incidência por tipo de violência



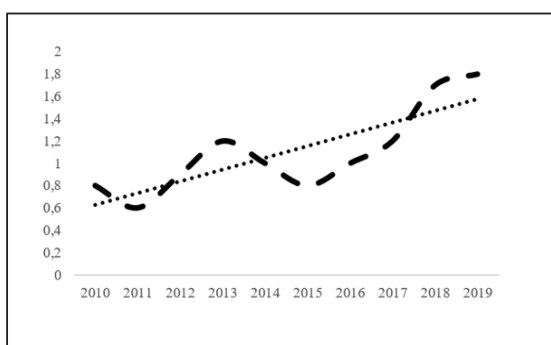
Violência física



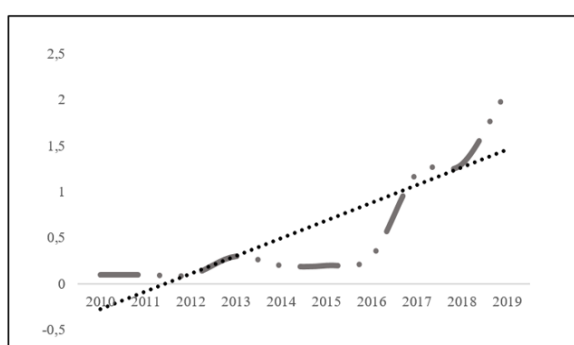
Violência psicológica/moral



Violência sexual

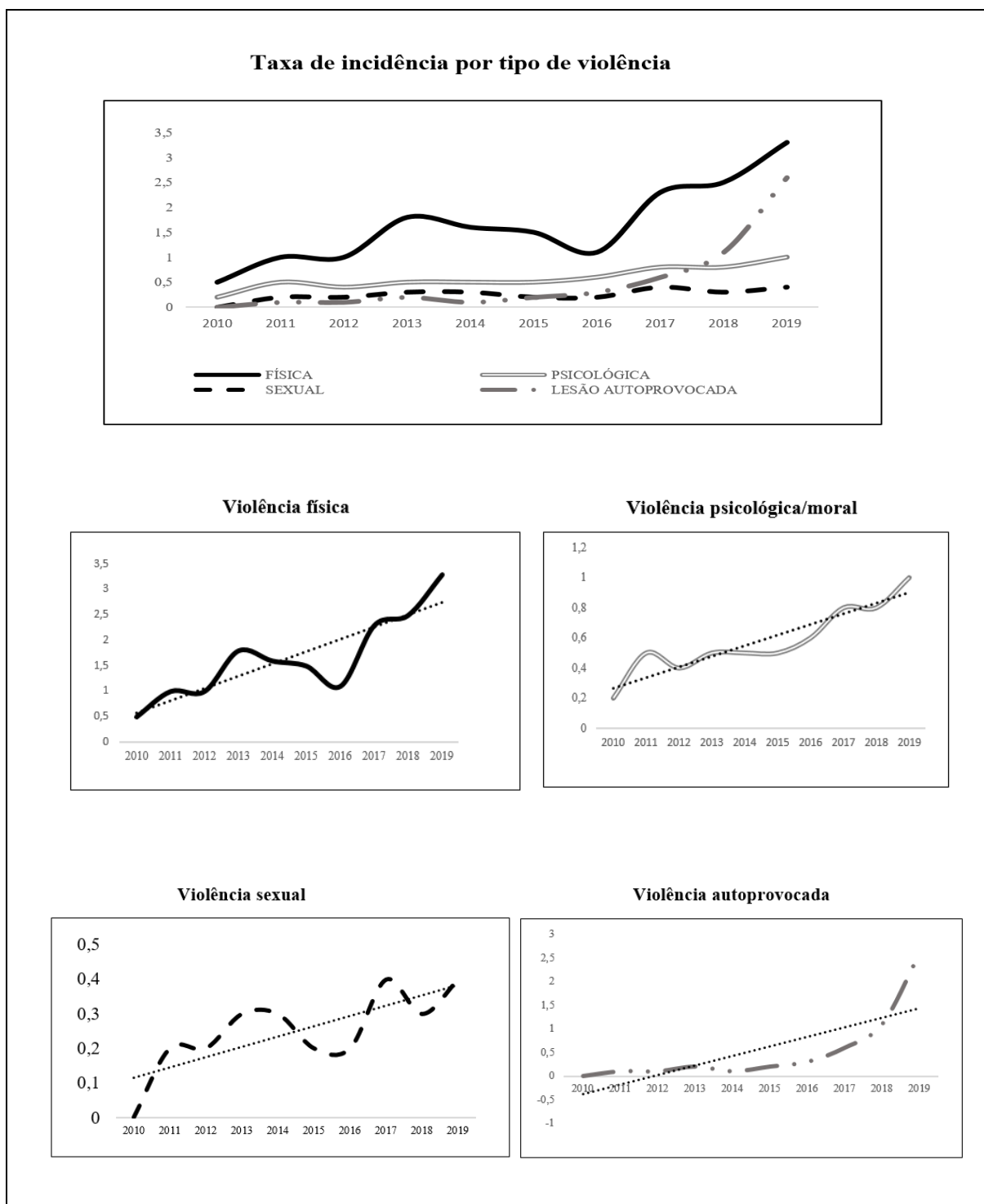


Violência autoprovocada



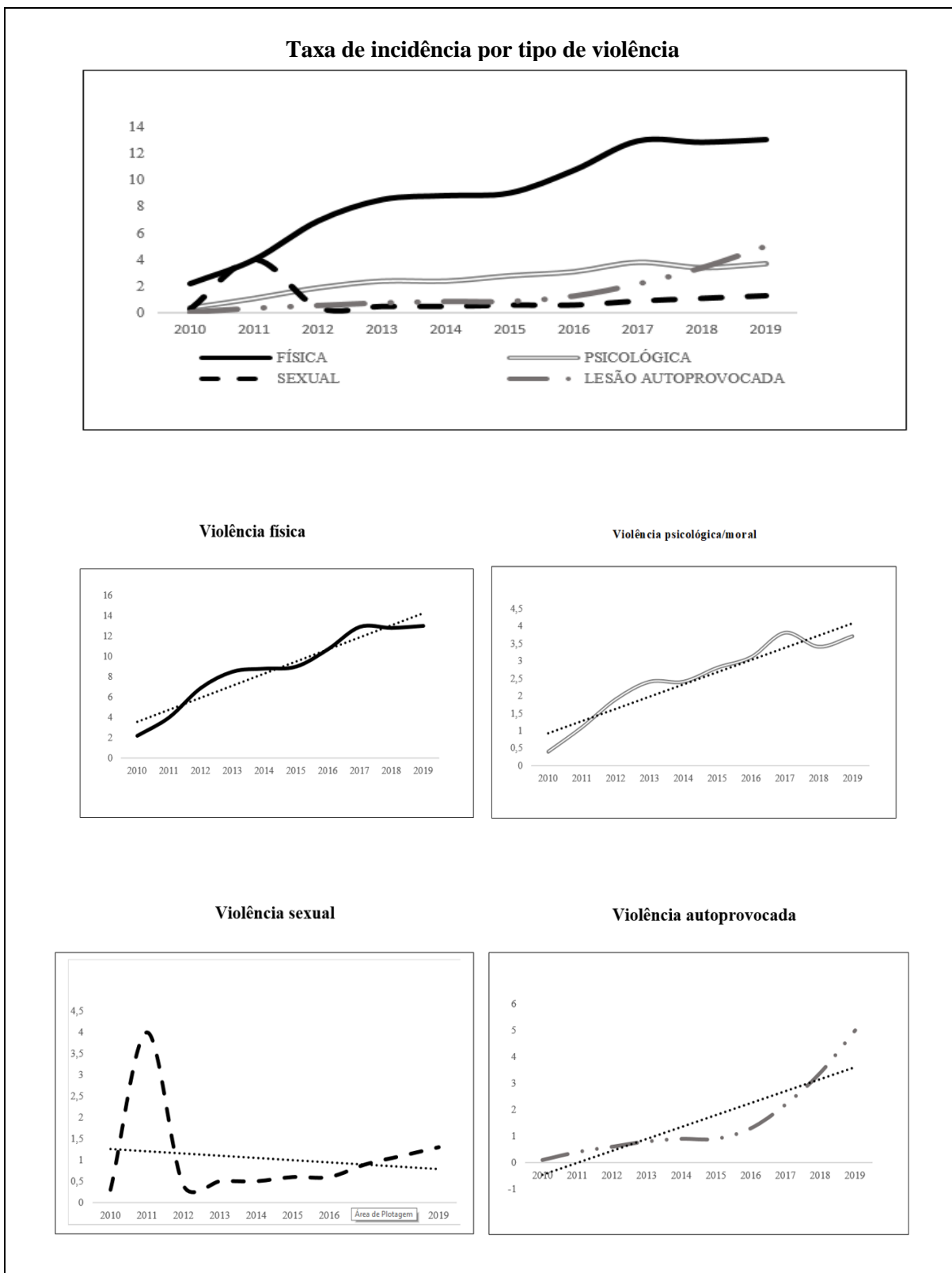
Fonte: DATASUS/MS/IBGE (produção dos próprios autores).

**Figura 2. Tendência e taxa de incidência de violência na região Nordeste. Brasil, 2010-2019.**

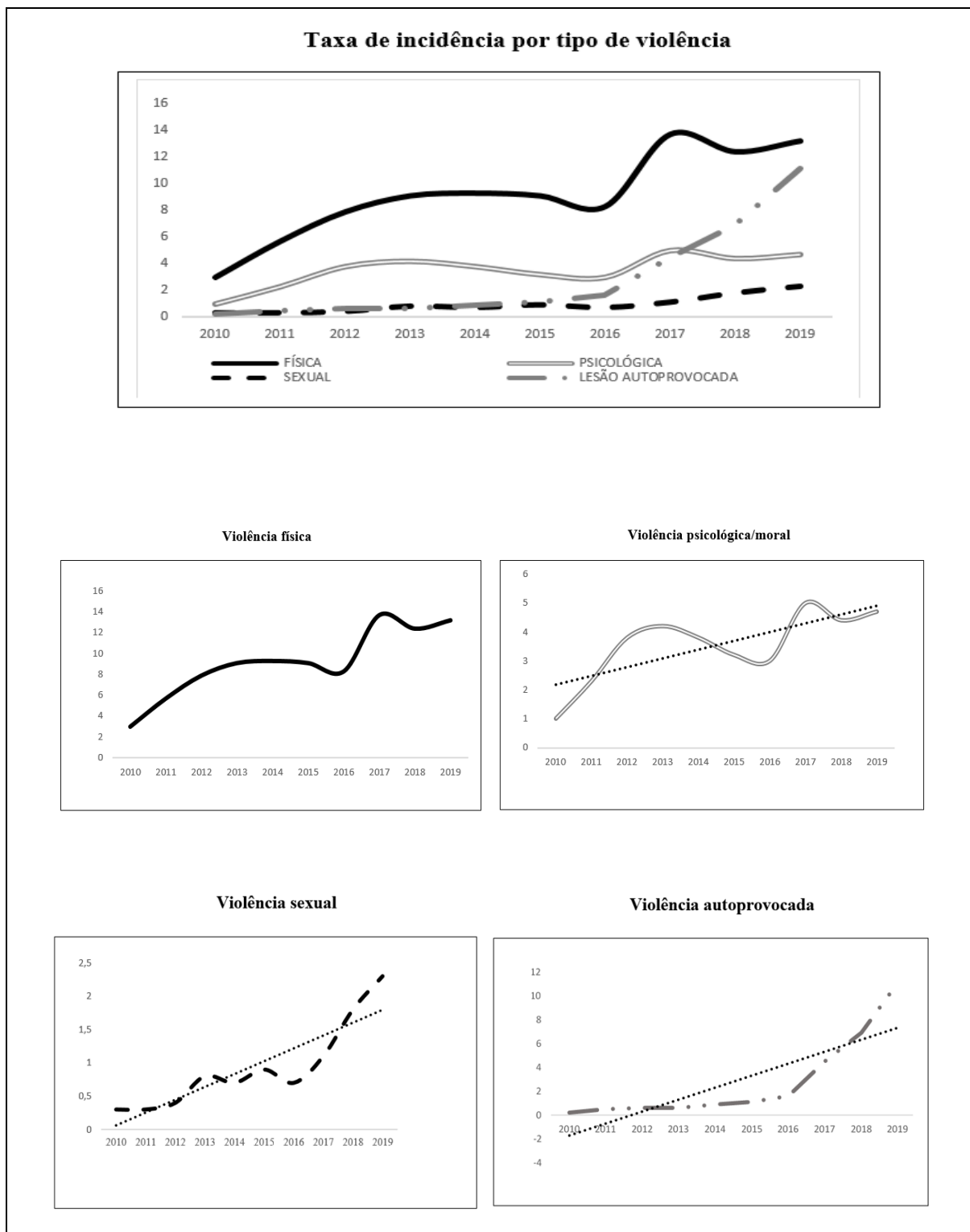


Fonte: DATASUS/MS/IBGE (produção dos próprios autores).

**Figura 3. Tendência e taxa de incidência de violência na região Sudeste. Brasil, 2010-2019**



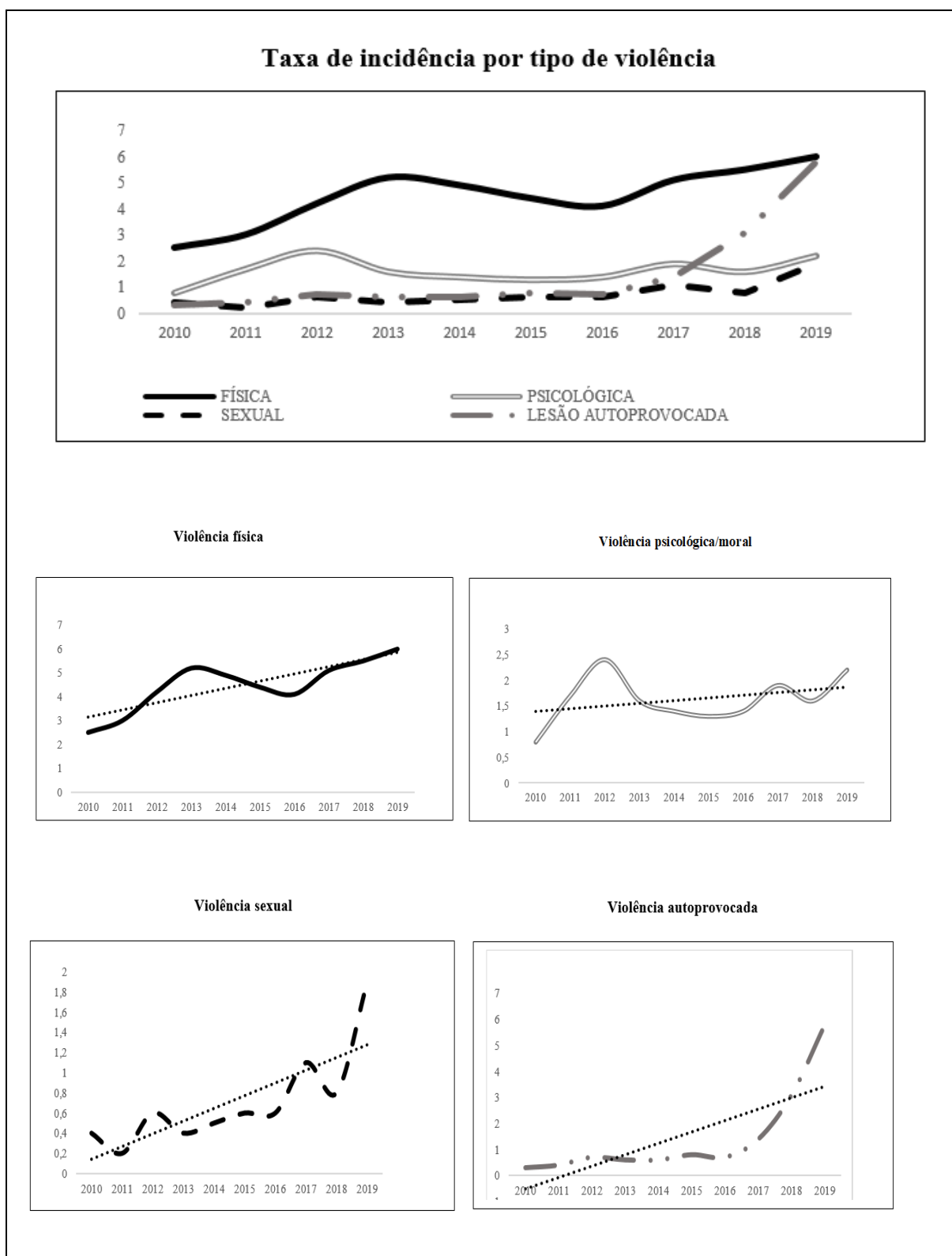
**Figura 4. Tendência e taxa de incidência de violência na região Sul. Brasil, 2010-2019**



Fonte: DATASUS/MS/IBGE (produção dos próprios autores).

**Figura 5. Tendência e taxa de incidência de violência na região Centro-Oeste. Brasil, 2010-2019**

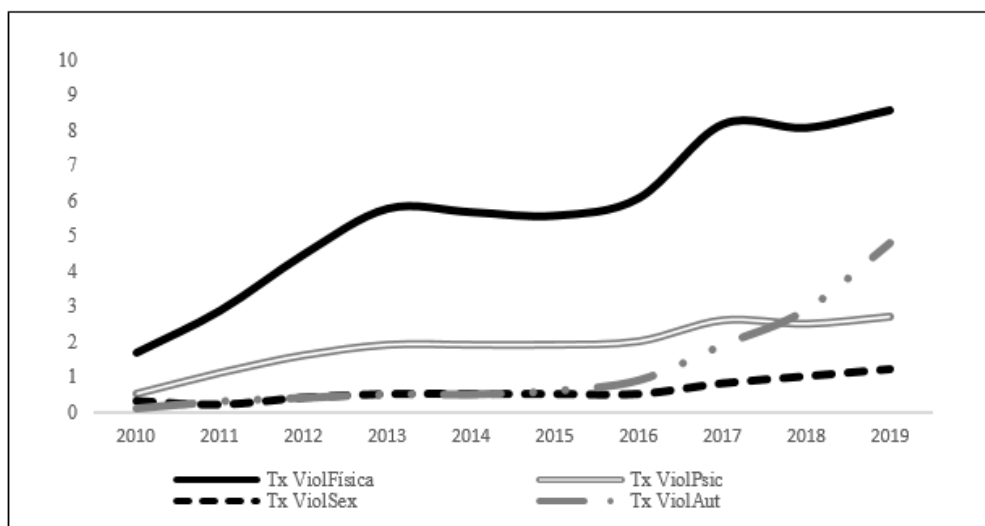
Fonte: DATASUS/MS/IBGE (produção dos próprios autores).



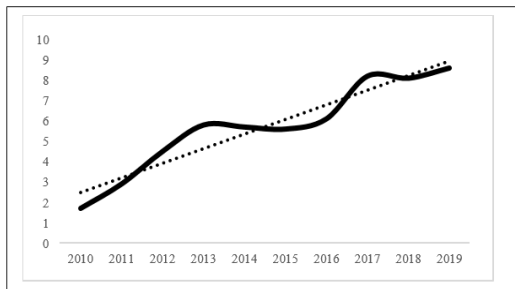
**Figura 6. Tendência e taxa de incidência de violência no Brasil, 2010-2019**

Fonte: DATASUS/MS/IBGE (produção dos próprios autores).

### Taxa de incidência por tipo de violência



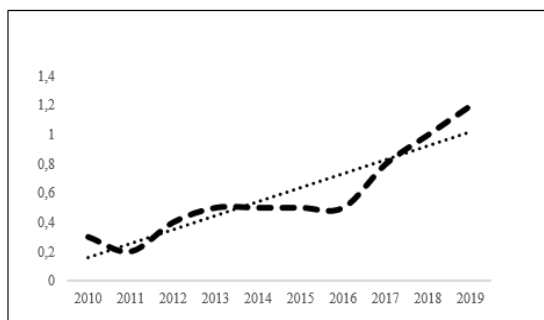
#### Violência física



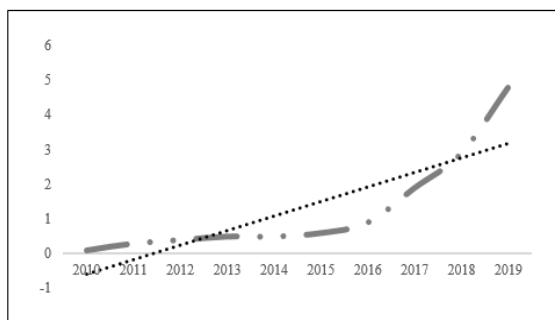
#### Violência psicológica/moral



#### Violência sexual



#### Violência autoprovocada





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi constatado que nas regiões brasileiras os eventos violentos praticados contra adolescentes variaram no tempo. As regiões Sudeste e Sul foram as que apresentaram maior percentual para todos os tipos de eventos violentos, destacando-se a violência física.

Na maioria das regiões, o grupo etário que concentrou a maior ocorrência de eventos violentos foi o de 10-14 anos, sendo as meninas as mais acometidas.

No período estudado as regiões Sudeste e Sul apresentaram a maior razão da taxa incidência para todos os tipos de violência, à exceção da violência sexual mais fortemente presente na região Norte.

Em relação à tendência temporal nas regiões e Brasil, os eventos violentos apresentaram tendência crescente, à exceção da região Sudeste cuja tendência de violência sexual foi de queda.

Ressalta-se a necessidade do fortalecimento das ações de vigilância das violências, a fim de dar maior visibilidade a esse “agravo”, revelando sua real magnitude. Dessa forma, os resultados do estudo podem contribuir para o planejamento e o desenvolvimento de ações intersetoriais visando à prevenção da violência e atenção aos adolescentes.

A escassez de estudos abordando a tendência e a taxa de incidência/risco de eventos violentos praticados contra adolescentes no ambiente escolar nas regiões brasileiras constituiu uma importante limitação, dificultando a discussão dos resultados deste estudo.

## REFERÊNCIAS

ABIO, A.; WILBURN, J. K.; SHAIKH, M. A.; WILSON, M. L. School Violence Among a Nationally Representative Sample of Adolescents in Chile. **Frontiers in Public Health**, [S. l.], v. 8, n. February, p. 2–8, 2020. DOI: 10.3389/fpubh.2020.00046.

ALMEIDA FILHO, N. DE; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à Epidemiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, [S. l.], v. 17 n.2, p. 41-52, 2005. DOI:10.1590/S0103-56652005000200004.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. Abuso psicológico e desenvolvimento infantil. In: Brasil. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 59-67, 2004.

BAHIA, C. A. *et al*. Notificações e internações por lesão autoprovocada em adolescentes no Brasil, 2007-2016. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-)

49742020000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2021. DOI:  
<http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000200006>.

BESERRA, M. A. *et al.* Prevalência de violência escolar e uso de álcool e outras drogas em adolescentes. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 27, e3110, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2124.3110>.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**). **Diário Oficial da União**. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm)

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 1990. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. **Saúde Brasil 2019 uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização /** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 520 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Informática do SUS. **DATASUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as Normas Aplicáveis a Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União 2016**. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581](https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581).

BRITO, F. A. M. *et al.* Violência autoprovocada em adolescentes no Brasil, segundo os meios utilizados. **Cogit. Enferm**, [online], v. 26, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/76261/pdf>>. Acesso em: 28 de ago. de 2021.

COSTA, M. C. O. *et al.* O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [online], v. 12, n. 5, p. 1129-1141, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000500010>>. Acesso em: 29 de Agosto de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 132 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>

LIM, S. Y.; KANG, N. R.; KWACK, Y. S. Effects of a Class-Based School Violence Prevention Program for Elementary School Students. **Journal of the Korean Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 54–61, 2018. DOI: 10.5765/jkacap.2018.29.2.54.

LÓPEZ, M. E. S. *et al.* Epidemiologia da violência contra adolescentes no Brasil: Análise de dados do sistema de vigilância de violência e acidentes. **Revista Médica Herediana**, [S. l.],

v. 32, n. 2, p. 79-90, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20453/rmh.v32i2.3981>.

MAIA, A. C.; BARRETO, M.. Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: Análise dos registros. **Psicologia em Estudo**, [S. l.], v.17, n.2, p. 195-204, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>.

MALTA, D. C. *et al* . Prevalência de bullying e fatores associados em escolares brasileiros, 2015. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 4, p. 1359-1368, Apr. 2019 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.15492017>.

MALTA, D. C. *et al* . Violências contra adolescentes nas capitais brasileiras, segundo inquérito em serviços de urgência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 9, p. 2899-2908, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.14212017>.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. – Brasília : UNESCO, 2019. 54 p. Disponível em: [https://sites.usp.br/sp-proso/wp-content/uploads/sites/526/2019/07/violencia\\_escolar\\_bullying\\_unesco.pdf](https://sites.usp.br/sp-proso/wp-content/uploads/sites/526/2019/07/violencia_escolar_bullying_unesco.pdf)

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Adolescents and Young adult health**. Geneva, World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/adolescents-health-risks-and-solutions>

PEREIRA, V. O. M. *et al*. Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2017. **Rev. bras. Epidemiol**, [online], v. 23, n. Suppl 01, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720200004.supl.1>>. Acesso em: 27 de Agosto de 2021.

PINTO, I. V. *et al*. Tendências de situações de violência vivenciadas por adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012 e 2015. **Rev. bras. Epidemiol**, [online], v. 21, n. suppl 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180014.supl.1>.

RIBEIRO, I. M. P. *et al*. Prevalência das várias formas e violência entre escolares. **Acta Paul Enfrem**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 54-59, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201500010>

SANTOS, M. J. *et al*. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. **Epidemiol. Serv. Saúde**, [online], v. 27, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000200010>>. Acesso em: 29 de Ago. de 2021.

SOARES, F. C. *et al*.. Tendências seculares na ideação suicida e fatores associados entre adolescentes. **Revista brasileira de psiquiatria**, São Paulo-SP, v.42, n. 5, p. 475-480, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2019-0783>.

United Nations Children’s Fund (UNICEF). **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents**. UNICEF, New York, 2017. Disponível em: [https://www.unicef.org/publications/files/Violence\\_in\\_the\\_lives\\_of\\_children\\_and\\_adolescents.pdf](https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf)

## APÊNDICE C – ARTIGO 3 SUBMETIDO

**Visibilidade da violência praticada contra adolescentes no cenário brasileiro: revelando a face do agressor****Visibility of violence against adolescents in the Brazilian scenario: revealing the aggressor's face****Visibilidad de la violencia contra los adolescentes en el escenario brasileño: revelando el rostro del agresor****RESUMO**

A violência envolve todos os aspectos relevantes em uma sociedade, tanto no âmbito individual, quanto no familiar e coletivo, implicando em sérias consequências. Frente a isso, objetivou-se caracterizar os casos de violência praticados contra adolescentes e o perfil do agressor nas regiões brasileiras. Trata-se de um estudo descritivo, com dados secundários, oriundos da base do DATASUS, foram selecionados os casos de violência física, sexual, tortura e psicológica/moral, praticados contra adolescentes nas regiões brasileiras e o perfil dos agressores, no período de 2010 a 2019. Foram identificados 4.060 casos, o sexo feminino foi o mais prevalente dentre as vítimas em todas as regiões do Brasil. Em relação aos agressores, o sexo feminino, os adolescentes e os desconhecidos foram os principais autores da violência. Espera-se que os dados possam servir de apoio para subsidiar políticas públicas sobre a violência contra os adolescentes.

**Palavras-chave:** Violência; Adolescente; Agressor

**ABSTRACT**

Violence involves all relevant aspects in a society, both in the individual, family, and collective scope, implying serious consequences. In view of this, the objective was to characterize the cases of violence against adolescents and the profile of the aggressor in Brazilian regions. This is a descriptive study, with secondary data from the DATASUS database, cases of physical, sexual, torture and psychological/moral violence practiced against adolescents in Brazilian regions and the profile of aggressors in the period 2010 were selected. to 2019. 4,060 cases were identified, females were the most prevalent among victims in all regions of Brazil. In relation to aggressors, females, adolescents, and strangers were the main perpetrators of violence. It is hoped that the data can serve as support-to-support public policies on violence against adolescents.

**Keywords:** Violence; Adolescent; Aggressor

**RESUMEN**

La violencia involucra todos los aspectos relevantes de una sociedad, tanto a nivel individual, familiar y colectivo, lo que implica graves consecuencias. Ante esto, el objetivo fue caracterizar los casos de violencia contra adolescentes y el perfil del agresor en las regiones brasileñas. Se trata de un estudio descriptivo, con datos secundarios de la base de datos DATASUS, se seleccionaron casos de violencia física, sexual, tortura y psicológica / moral practicados contra adolescentes en las regiones brasileñas y el perfil de agresores en el período 2010 al 2019. Se

selecionaron 4.060 casos. identificadas, las mujeres fueron las más prevalentes entre las víctimas en todas las regiones de Brasil. En relación con los agresores, las mujeres, los adolescentes y los desconocidos fueron los principales autores de la violencia. Se espera que los datos sirvan de apoyo para sustentar las políticas públicas sobre violencia contra los adolescentes.

**Palabras llave:** Violencia; Adolescente; Agresor

## INTRODUÇÃO

A violência caracteriza-se como um fenômeno complexo, multifatorial, polissêmico, sendo conceituada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como o “Uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG *et al.*, 2002, p. 5).

A magnitude dos eventos violentos se expressa, mundialmente, de diversas formas. A cada ano, mais de um milhão de indivíduos têm suas vidas ceifadas, e um número maior sofre lesões não fatais decorrentes de agressões interpessoais e auto agressão, ou de violência coletiva. No mundo, a violência constitui uma das principais causas de mortes prematuras, atingindo a faixa etária jovem (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Ressalta-se que devem ser notificado qualquer caso suspeito ou confirmado de violência interpessoal e autoprovocada, tais como; violência doméstica/intrafamiliar, sexual e/ou outras violências. O instrumento utilizado é a ficha de notificação individual do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN). No caso de violência extrafamiliar, serão objetos de notificação às violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBT (BRASIL, 2016).

A violência contra adolescentes, segundo Azevedo e Guerra (1998, p.25), é “toda a ação que causa dor física em criança ou adolescente, desde um ato mais simples até o mais grave, o caso fatal e representa um só *continuum* de violência”.

Em 2014 foi aprovada a Lei nº 13.010, também conhecida como Lei do Menino Bernardo ou Lei da Palmada, a qual enfatiza sobre previsões para o trato de casos em que são constatados maus-tratos a crianças e adolescentes, bem como medidas a serem tomadas pelo Conselho Tutelar e Poder Público em eventual constatação de maus-tratos (SOUTO *et al.*, 2018).

A compreensão a respeito do perfil do agressor é um instrumento fundamental para a identificação de grupos de risco, além de contribuir com a implementação de medidas protetoras

nas regiões mais vulneráveis, otimizando recursos, execução de programas e inserção da rede de serviços às vítimas da violência (VASCONCELOS; HOLANDA; ALBUQUERQUE, 2016).

O presente estudo se justifica, uma vez que a violência se configura em agravo de saúde pública de grande magnitude, pois envolve todos os aspectos relevantes em uma sociedade, tanto no âmbito individual, quanto no familiar e coletivo, implicando em consequências, muitas vezes irreversíveis.

Nesse sentido, faz-se necessário estudos a respeito da temática da violência contra adolescentes e os aspectos condicionantes e determinantes relacionados a esse agravo, que viabilize a formulação de estratégias voltadas para o problema no âmbito nacional. Assim, esse trabalho tem como objetivo caracterizar os casos de violência praticados contra adolescentes e o perfil do agressor nas regiões brasileiras.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, realizado por meio de levantamento na base de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), oriundos do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), que fornece dados de todos os estados brasileiros.

Foram incluídos os casos notificados de violência física, psicológica, sexual e tortura praticados contra adolescentes (10 a 19 anos) nas regiões brasileiras, bem como o perfil dos agressores, no período de 2010 a 2019.

Foram utilizados neste estudo as seguintes variáveis: em relação à vítima: sexo (masculino, feminino), faixa etária de 10 a 19 e cor da pele/raça (parda, branca, preta - negra, amarela, indígena). No que concerne às características da violência foram considerados: local da ocorrência da violência (residência, habitação coletiva, escola, local de prática esportiva, bar ou similar, via pública, comércio/serviço, indústrias/construção, outro) e tipo de violência (violência física, sexual, tortura e psicológica/moral). E as variáveis relacionadas ao perfil do agressor: sexo (masculino, feminino), ciclo de vida (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso) e vínculo com a vítima (pai, mãe, padrasto, irmão(ã), cuidador(a), desconhecido, amigo/conhecido, namorado, ex-namorado, cônjuge).

Para a análise dos dados utilizou-se o software de planilha eletrônica Microsoft Excel. Os resultados foram resumidos em tabelas, expressos em frequência e percentuais simples, posteriormente foi efetuado uma análise descritiva.

Por se tratar de dados secundários, de domínio público, não foi necessário o envio para

apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os aspectos éticos foram respeitados conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os registros, no período entre 2010 e 2019 foram notificados 4.060 casos de violência praticados contra adolescentes no Brasil. A região Sudeste notificou 1.331 (33%), seguida da região Nordeste com 944 (23%), região Norte notificou 712 (17%) casos, a região Sul 658 (16%) e a região Centro-oeste 415 (11%) registros.

No Brasil, a notificação de eventos violentos é de caráter obrigatório, sendo essencial para o enfrentamento desse agravo, na perspectiva da reconstrução de seus direitos. Além de possibilitar a visibilidade da situação local e subsidiar as políticas públicas (DESLANDES et al, 2011).

Tabela 1 – Distribuição percentual dos casos de violência contra adolescentes segundo características da vítima e regiões. Brasil, 2010-2019.

Características	Adolescentes (10-19 anos)											
	Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Sexo</b>												
Feminino	676	95%	872	92%	1194	90%	593	90%	380	92%	3715	92%
Masculino	36	5%	72	8%	136	10%	65	10%	35	8%	344	8%
<b>Raça/ cor da pele</b>												
Branca	94	14%	130	15%	500	41%	476	74%	108	29%	1308	35%
Preta	51	8%	115	13%	167	14%	37	6%	42	11%	412	11%
Amarela	5	1%	12	1%	12	1%	0	0%	8	2%	37	1%
Parda	502	75%	620	70%	533	44%	115	18%	212	57%	1982	52%
Indígena	19	3%	6	1%	9	1%	11	2%	4	1%	49	1%

Fonte: DATASUS/ MS (produção dos próprios autores)





Violência Física	25359	37 %	67925	61 %	166546	62 %	58366	52 %	24547	53%	342743	57%
Violência sexual	27101	40 %	23127	21 %	42739	16 %	24154	22 %	12253	27%	129374	21%
Violência tortura	1728	3%	2506	2%	5287	2%	2374	2%	1273	3%	13168	2%
Violência psicológica/ moral	14260	21 %	17235	16 %	53951	20 %	26461	24 %	8090	18%	119997	20%
<b>Local de ocorrência</b>												
Residência	412	73 %	435	65 %	646	60 %	329	64 %	200	61%	2022	64%
Habitação Coletiva	14	2%	15	2%	23	2%	6	1%	4	1%	62	2%
Escola	7	1%	8	1%	11	1%	4	1%	2	1%	32	1%
Local de prática esportiva	4	1%	9	1%	11	1%	4	1%	5	2%	33	1%
Bar ou Similar	8	1%	7	1%	8	1%	10	2%	2	1%	35	1%
Via pública	109	19 %	179	27 %	350	33 %	147	29 %	104	32%	889	28%
Comércio/ Serviços	7	1%	10	1%	13	1%	8	2%	4	1%	42	1%
Indústrias/ construção	6	1%	4	1%	7	1%	4	1%	5	2%	26	1%

Fonte: DATASUS/ MS (produção dos próprios autores)

A violência física apresentou maior percentual em todas as regiões e no Brasil, à exceção da região Norte que predominou a violência sexual. No que se refere ao local de ocorrência do evento, em todas as regiões brasileiras e no Brasil a residência foi o local onde ocorreu a maioria dos atos violentos (Tabela 2).

Observou-se que os adolescentes são mais suscetíveis a sofrerem violência física, resultado que concorda com o estudo realizado em São José do Rio Preto, São Paulo. Um aspecto que pode justificar o alto percentual de notificação desse tipo de violência é o fato de que ela pode deixar marcas visíveis no corpo, facilitando sua identificação, o que não ocorre quando outros tipos de violência, por exemplo, a psicológica/ moral (BRITO *et al.*, 2005).

A violência intrafamiliar é de difícil visibilidade, por ocorrer dentro das residências, no

ambiente doméstico e ser silenciada, pelo medo e pela impunidade de seus agentes agressores. Essa violência abrange várias formas como a física, sexual, psicológica/moral e tortura. Reconhece-se como primordial o papel protetor da escola, identificando a figura do professor como observador (PLATT; GUEDERT; COELHO, 2021).

Estudo realizado no Brasil, entre 2011-2017, apontou que a violência contra adolescentes ocorre em grande parte dentro das residências, sendo as mulheres as mais acometidas, em consonância com dados desse estudo (PEREIRA, 2020).

A violência doméstica é um problema de saúde pública que repercute na saúde física, mental e no rendimento escolar de crianças e adolescentes, podendo inclusive levá-los ao óbito (CORDEIRO, 2020). A violência muitas vezes vivida no ambiente doméstico como algo do cotidiano entre os pais com os filhos, emerge possibilidade de a vítima reproduzir esse comportamento na escola e na constituição de uma nova família, gerando um ciclo de violência (MOREIRA *et al.*, 2018).

Uma das causas que levam os adolescentes a procurarem as ruas como espaço de sobrevivência, é a extrema pobreza e a violência doméstica a que estão submetidos. A desestruturação familiar, assim como as agressões sofridas levam a esses jovens buscarem nas ruas condições para uma vida menos violenta. Viver longe dos maus-tratos e das dificuldades corriqueiras de seus lares é uma perspectiva de grande parte que se encontra nas ruas das cidades (NISKIER, 2012).

Tabela 3 – Distribuição percentual dos casos de violência contra adolescentes segundo características do agressor e regiões. Brasil, 2010-2019.

Características do agressor	Adolescentes (10-19 anos)											
	Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Sexo</b>												
Masculino	4763	21%	11499	30%	30994	28%	18523	30%	5755	30%	71534	28%
Feminino	17773	79%	26412	70%	79295	72%	43164	70%	13666	70%	18031	72%

<b>Ciclo vida autor</b>												
Criança	332	1%	354	1%	1010	1%	320	1%	202	1%	2218	1%
Adolescente	8396	37%	18589	49%	54611	50%	29375	48%	10006	52%	120977	48%
Jovem	4880	22%	6207	16%	15468	14%	6271	10%	2559	13%	35385	14%
Adulto	8500	38%	12404	33%	38210	35%	25052	41%	6469	33%	90635	36%
Idoso	429	2%	362	1%	1005	1%	673	1%	185	1%	2654	1%

Fonte: DATASUS/ MS (produção dos próprios autores)

Considerando o sexo do agressor percebeu-se que todas as regiões brasileiras o sexo feminino foi o que predominou. A região Norte teve um maior percentual, 79%, seguida da região Sudeste com 72% (Tabela 3).

O fenômeno da violência é um parâmetro complexo de existência de uma disfunção, que fica evidente na desigualdade que se manifesta em uma assimetria de poder e submissão. Diante disso, o agressor se utiliza da violência como forma de manifestação de uma relação de dominação (ARPINI *et al.*, 2017).

Em consonância com esses resultados, estudo realizado em um município do Oeste Baiano, no período 2010-2014 apontou que a maioria (62%) dos registros no que se diz respeito ao agressor, a maioria também foi feminino, tendo como autora do ato a genitora (MAIA; NASCIMENTO; LOPES, 2016).

Quanto ao ciclo de vida, os adolescentes foram os principais agressores em todas as regiões brasileiras e no Brasil, à exceção da região Norte onde prevaleceu o adulto (38%) como o agressor (Tabela 3).

O fato demonstra semelhança com um estudo realizado a partir de inquéritos, da Vigilância de Acidentes e Violências (VIVA), das capitais brasileiras, em 2014, em que se constatou que os principais agressores, das vítimas entre 10 e 14, foram adolescentes (MALTA *et al.*, 2017).

De acordo com Marriel e colaboradores (2006, p.38), o poder que os adolescentes buscam conquistar por meio de atos de violência está relacionado às “práticas cotidianas de discriminação, preconceito, crise de autoridade do mundo adulto ou fraca capacidade por parte

dos profissionais de criar mecanismos que sejam justos e democráticos”.

Os adolescentes buscam por constituição da identidade e pela aceitação, porém, isso não justifica os atos de violência praticados por eles. Observa-se, nessa busca por respeito e poder, a preocupação única do agressor em regozijar uma necessidade pessoal diante do grupo, sendo a sua felicidade conseguida com a infelicidade do outro e/ou com a contribuição de ser forte, reconhecido, respeitado e temido (TREVISOL; PEREIRA; MATTANA, 2019).

Segundo Tognetta e Vinha (2007, p.10), “[...] não é o contexto que determina tais condutas agressivas, assim como não é a genética a grande vilã dessa história, e sim como esses meninos e meninas se veem diante desse meio e constroem suas personalidades integrando tudo aquilo que foram valorizando durante suas vidas [...]”, ou seja, a autopercepção.

Tabela 4 – Distribuição percentual dos casos de violência contra adolescentes segundo características do agressor e regiões. Brasil, 2010-2019.

Características do agressor	Adolescentes (10-19 anos)											
	Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro-Oeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
<b>Tipo de vínculo com a vítima</b>												
Pai	64	10%	57	7%	117	9%	76	12%	33	9%	347	9%
Mãe	15	2%	14	2%	55	4%	28	4%	12	3%	124	3%
Padrasto	82	12%	99	12%	145	11%	83	13%	43	11%	452	12%
Madrastra	6	1%	3	0%	8	1%	2	0%	2	1%	21	1%
Cônjuge	15	2%	22	3%	35	3%	15	2%	6	2%	93	2%
Ex-namorado (a)	13	2%	19	2%	28	2%	13	2%	9	2%	82	2%
Namorado(a)	23	3%	22	3%	30	2%	17	3%	10	3%	102	3%
Desconhecido	241	36%	370	45%	522	41%	259	40%	190	50%	1582	42%
Amigos/Conhecidos	203	30%	208	25%	303	24%	142	22%	68	18%	924	24%
Irmão(a)	8	1%	17	2%	26	2%	20	3%	7	2%	78	2%

Fonte: DATASUS/ MS (produção dos próprios autores)

No Brasil e nas regiões, os eventos violentos praticados contra adolescentes foram

exercidos por desconhecidos. Na sequência, os agressores foram os amigos/ conhecidos (Tabela 4).

No Hospital de Clínicas de Uberlândia predominaram os desconhecidos das vítimas em 59,6% dos casos, semelhante ao presente estudo (ARAÚJO, 2005). Segundo Bouhet, Pérard, Zorman (1997), tanto na família quanto na escola, deve-se haver o cuidado para o risco que representam os desconhecidos, bem como a influência mais sutil das pessoas íntimas e próximas.

Em 2014 foi realizado um estudo de caso/ controle com dados das vítimas jovens de violências e acidentes atendidas em serviços de urgência e emergência, evidenciou-se a relação entre consumo de bebida alcoólica e violência efetuada por desconhecido (MELO; GARCIA,2019).

Segundo Melo ACM e Garcia LP (2019): existe a possibilidade de um viés de seleção dos casos, se alguns jovens relataram que sofreram violência perpetrada por desconhecidos, no intuito de não revelar o verdadeiro agressor”.

Estudo realizado em Porto Velho, durante o período de 2011-2015, sobre violência contra criança e adolescente constatou que 19,9% dos casos foram praticados por “amigo/conhecido”. Em referência a uma das possíveis explicações da caracterização desses agressores, seja a proximidade desses com a família, e conseqüentemente, maior suscetibilidade da ocorrência do ato. Além disso, os jovens passam a frequentar outros grupos sociais, tornando-os mais vulneráveis à violência (MOREIRA *et al.*, 2017).

O abuso cometido por pessoas conhecidas e de confiança distorce a realidade e a visão de mundo do adolescente, uma vez que o lugar onde ele poderia sentir-se seguro passa a ser o cenário privilegiado para o agressor (ALVES *et al*, 2017).

## **CONCLUSÃO**

Constatou-se que os adolescentes do sexo feminino e raça/cor parda foram as principais vítimas, acometidas principalmente pela violência física, ocorrendo nas residências das vítimas e sendo o agressor do sexo feminino, adolescentes e desconhecido.

Os agressores frequentemente contam com o silêncio das vítimas, estabelecido pela vergonha, medo e sentimento de culpa. Diante dessas implicações as vítimas acabam ocultando tais atos, portanto faz-se necessário a atuação dos diferentes setores sociais e das diversas políticas públicas, visando interromper os elevados indicadores dessas agressões.

É importante destacar que as notificações da violência contra adolescentes, não apresentam o quadro real, devido a subnotificação desse agravo nas regiões brasileiras. Ressalta-se a necessidade do fortalecimento das ações de vigilância das violências, a fim de revelar a sua real magnitude. Dessa forma, os resultados do estudo podem contribuir para o planejamento e ações intersetoriais visando à prevenção desse fenômeno.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. M. et al. Notificação da violência contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Rev Fac Ciênc Méd Sorocaba**. v.19, n.1, p. 26-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/26596>. Acesso em: 14 set. 2021.
- ARAÚJO, A. **Violência contra crianças e adolescentes: aspectos relativos aos atendimentos do Hospital de Clínicas de Uberlândia e do Centro de Referência à Infância e Adolescência Vitimizada, Uberlândia- MG**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. 135 p.
- ARAÚJO, E. M. et al. Diferenciais de raça/cor da pele em anos potenciais de vida perdidos por causas externas. **Rev Saúde Pública**, v. 43, n.3, p. 405-412, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102009000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=em](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=em). Acesso em: 23 set. 2021.
- ARPINI, D. M.; SAVEGNAGO, S. D. O.; WITT, C. DOS S. O ponto de vista de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o agressor sexual. **Pesqui. prá. Psicossociais**, São João del-Rei, v. 12, n.2, p. 247-262, maio-ago. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200002). Acesso em: 14 set. 2021.
- SILVA, P. A. et al. Violência contra crianças e adolescentes: características dos casos notificados em um Centro de Referência do Sul do Brasil. **Revista Electrónica de Trimestral de Enfermería**, n. 46, p. 419-431, abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.um.es/eglobal/article/view/235251/210181>. Acesso em: 14 set. 2021.
- AZEVEDO, M. L.; GERRA, V. N. A. **Com licença vamos à luta**. São Paulo: Editora Iglu, 1998.
- BOUHET, B.; PÉRARD, D.; ZORMAN, M. (1997). Da importância dos abusos sexuais na França. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus. p. 29-42.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em:

02 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva)**: 2009, 2010 e 2011. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Viva**: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Violência Interpessoal/Autoprovocada**. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/violencia-interpessoal-autoprovocada>. 27 de abril de 2020. Acesso em: 28 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as Normas Aplicáveis a Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União 2016**. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581](https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581). Acesso em: 28 ago. 2021.

BRITO, A. M. M. et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p.143-149, mar. 2005.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p.1163-1178, 2007.

DESLANDES, S. et al. Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p.1633-1645, ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000800018>. Acesso em: 31 Ago. 2021.

KRUG, E. G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LARANJEIRAS, R.; PINSKY, I; ZALESKI, M; CAETANO, R. **I levantamento nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007.

MALGARIM, B. G.; BENETTI, S. P. C. O abuso sexual: estudos de casos em cenas incestuosas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 4, p.511-519, out-dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400011>. Acesso em: 01 set. 2021.

MALTA, D. C. et al. Violências contra adolescentes nas capitais brasileiras, segundo inquérito em serviços de urgência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n.9, p. 2899-2908, set. 2017.

MAIA, C. J. F. S.; NASCIMENTO, H. R. M.; LOPES, K. A. B. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: incidência e perfil das vítimas em um município do oeste baiano. **Revista das Ciências da Saúde do Oeste Baiano**. Higia 2016; 1 (2):164-17.

MARRIEL, L.C. *et al.* Violência escolar e auto-estima de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.127, p.35-50, jan-abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0336127.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

MELO, A. C. M.; GARCIA, L. P. Fatores associados a agressões por desconhecidos entre jovens do sexo masculino atendidos em serviços de urgência e emergência: estudo de casos e controles. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 8, p. 2825-2834, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.31172017>. Acesso em: 04 set. 2021.

MOREIRA, A. *et al.* Percepções dos adolescentes sobre a violência em um assentamento rural: uma análise qualitativa. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 4, p. 95-106, dez. 2018.

MOREIRA, K. F. A. *et al.* Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, v. 11, n.11, p. 4410-4417, nov. 2017.

NISKIER, R. Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: do conceito ao atendimento: campanha permanente da Sociedade Brasileira de Pediatria. **Resid Pediatr**, v. 2, n.1, p. 12-16, jan-abr. 2012.

Organização Mundial da Saúde. **INSPIRE**: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. Núcleo de Estudos da Violência 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356-por.pdf?ua=1>. Acesso em: 31 ago. 2021.

PLATT, V. B.; GUEDERT, J. M.; COELHO, E. B. S. Violence against children and adolescents: notification and alert in times of pandemic. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 39, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020267>. Acesso em: 2 Set. 2021.

PEREIRA, V. O. M. *et al.* Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011–2017. **Rev Bras Epidemiol**, v. 23, n. Suppl 01, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200004.supl.1>. Acesso em: 2 Set. 2021

SANCHEZ, R. N.; MINAYO, M. C. S. **Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde**. In: Ministério da Saúde. *Violência faz mal à saúde* [Cláudia Araújo de Lima (coord.) *et al.*]. - Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 29-38.

SOUTO, D. F. *et al.* Violência contra crianças e adolescentes: perfil e tendências decorrentes da Lei nº 13.010. **Rev Bras Enferm**, v. 71, n. suppl 3, p. 1313-1323, 2018.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Até quando? *Bullying* na escola que prega a inclusão social. **Educação**, Santa Maria, v.35, n.3, p.449-464, set-dez. 2010.

TREVISOL, M. T. C.; PEREIRA, M. B. O.; MATTANA, P. Bullying na adolescência: causas e comportamentos de alunos portugueses e brasileiros. **Revista de Educação PUC**, Campinas, v.24, n.1, p.55-72, jan-abr. 2019.

VASCONCELOS, M. S.; HOLANDA, V. R.; ALBUQUERQUE, T. T. Perfil do agressor e



fatores associados à violência contra mulheres. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 1, jan-mar. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/41960>. Acesso em: 14 set. 2021.

## APÊNDICE D – ARTIGO 4 SUBMETIDO

**DESCORTINANDO A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR: PERFIL BRASILEIRO DOS CASOS NOTIFICADOS****DISCOVERING THE INVISIBILITY OF VIOLENCE INVOLVING ADOLESCENTS IN THE SCHOOL CONTEXT: BRAZILIAN PROFILE OF NOTIFIED CASES**

**RESUMO:** As violências contra adolescentes são um grave problema de saúde pública, que podem gerar lesões físicas, homicídios, doenças mentais, crônicas e infecciosas, causando um abundante potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do país. O presente estudo tem o objetivo de estudar os tipos de violência ocorridos no âmbito escolar perpetrados contra adolescentes nas unidades federadas. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, com a utilização de dados do DATASUS. No ano de 2018 foram notificados no país 3.762 casos de violência praticados contra adolescentes, ocorridos no âmbito escolar. O Paraná apresentou as maiores taxas de violência física e psicológica, a violência sexual foi mais prevalente no estado do Amazonas, e quanto a violência autoprovocada houve maior destaque para o estado do Espírito Santo. Salienta-se a importância de atuações nas escolas que previnam a ocorrência das violências contra essa população, permitindo um desenvolvimento seguro destes para a vida adulta.

Palavras-chave: Violência; Escolas; Adolescente; Notificação

**ABSTRACT:** Violence against adolescents is a serious public health problem, which can lead to physical injuries, homicides, mental, chronic, and infectious diseases, causing an abundant potential of lost talent for the country's development. This study aims to study the types of violence that occur in the school environment and perpetrated against adolescents in federated units. This is a descriptive study with a quantitative approach, using data from DATASUS. In 2018, 3,762 cases of violence against teenagers in the school environment were reported in the country. Paraná has the highest rates of physical and psychological violence, sexual violence was more prevalent in the state of Amazonas, and self-inflicted violence was more prominent in the state of Espírito Santo. The importance of actions in schools that prevent the occurrence of violence against this population is highlighted, allowing for their safe development into adulthood.

Keywords: Violence; Schools; Adolescent; notification

**INTRODUÇÃO**

A Organização Mundial da Saúde <sup>1</sup> define a violência como o uso intencional de força física ou poder, real ou por meio de ameaça, realizada contra si mesmo ou a outra pessoa ou a um grupo ou uma comunidade. Esse ato representa bilhões de dólares em gastos anuais com assistência à saúde, dias de trabalho perdidos, aplicação das leis e perdas em investimentos em todo o mundo<sup>1</sup>.

Além disso, a exposição à violência gera, não apenas lesões físicas e homicídios, como

também tem papel na etiologia de doenças mentais, crônicas e infecciosas, como o HIV. Assim, realizar a prevenção da violência pode trazer efeitos diretos em uma vasta série de problemas de saúde <sup>2</sup>.

Nessa perspectiva, as violências contra adolescentes são um grave problema de saúde pública, que impossibilita que parte significativa dos jovens brasileiros se beneficiem dos avanços sociais e econômicos, além de causar um abundante potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do país <sup>3,4</sup>.

Malta *et al.* <sup>3</sup> aponta em seu estudo que as violências contra adolescentes se encontram nas mais importantes instituições socializadoras, as quais são a família, a escola e o bairro. O espaço escolar deve ser um lugar de proteção aos direitos da infância e adolescência, em contrapartida esse local tem apresentado a ocorrência de múltiplas violências a esse público <sup>5</sup>.

Um estudo com adolescentes escolares de Porto Alegre verificou que 65% destes foram expostos a pelo menos um episódio de violência direta, no tempo em que 97% foram expostos, no mínimo, a uma forma de violência indireta, ainda nesse estudo, os adolescentes que tiveram reprovação escolar apresentaram maior exposição, tanto à violência direta quanto à indireta <sup>6</sup>.

Pinto *et al.* <sup>7</sup> realizaram uma análise de tendência temporal da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) em que foi possível concluir um aumento das prevalências de violências vivenciadas pelos adolescentes em todos os indicadores estudados no período de 2009 a 2015 nas capitais brasileiras, ademais, apresentou que os grupos mais vulneráveis foram os escolares das escolas públicas.

A violência praticada por professores ou outros alunos pode fazer com que as crianças e adolescentes possuam medo de frequentar a escola, interferir em sua capacidade de concentração e participação nas aulas ou nas atividades escolares, e, conseqüentemente, pode gerar um impacto adverso no desempenho e aproveitamento acadêmico, como também, na educação futura e nas perspectivas de emprego <sup>8</sup>.

No Brasil, com o fim de proteger essa população, o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) traz que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” <sup>9</sup>.

É válido ressaltar que o espaço escolar pode representar um ponto focal estratégico para o desenvolvimento de intervenções que se destinam a reduzir a vitimização e perpetração do *bullying* e outras violências contra crianças e adolescentes <sup>10</sup>. Assim, considerando a prática da violência no espaço escolar e as conseqüências que essas ações podem causar a essa população,

o presente estudo tem o objetivo de estudar os tipos de violência ocorridos no âmbito escolar perpetrados contra adolescentes nas unidades federadas.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo observacional descritivo, de abordagem quantitativa cujas unidades de análise foram as 26 Unidades Federativas (UF) e o Distrito Federal, com a utilização de fonte de dados secundários. Os estudos epidemiológicos do tipo descritivo buscam realizar a descrição das características de determinada população ou fenômeno, sem manipulação do pesquisador <sup>11</sup>.

A coleta de dados dos casos foi realizada no sítio eletrônico do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS) (DATASUS), a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/ SVS/MS) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para dados populacionais.

O ano do estudo foi 2018 por ter sido o último período disponível no momento da coleta dos dados realizada em agosto de 2020. Foram incluídos no estudo casos de violência física, violência psicológica/moral, violência sexual e lesão autoprovocada, notificados no SINAN para ambos os sexos, em adolescentes, 10 a 19 anos de idade, tendo como local de ocorrência do evento violento a escola, considerando a frequência por Unidade Federada de residência. A nomenclatura “lesão autoprovocada” utilizada na base do SINAN foi considerada neste estudo como *violência autoprovocada*.

Em seguida, utilizaram-se as projeções populacionais fornecidas pelo IBGE no mesmo local, período e faixa etária. Utilizou-se o cálculo para taxa de incidência por violência considerando o número de casos notificados no numerador e população no denominador, multiplicado pela constante de 100.000 habitantes.

Foram utilizados os arquivos de *shapefile* disponibilizados pelo IBGE para a construção dos mapas. A distribuição espacial por estado foi realizada a partir da variável dependente das taxas de violência por tipo, sendo apresentadas em mapas. Os resultados foram apresentados em tabela e mapas. Para análise dos dados utilizou-se o Programa Microsoft Office Excel 2013 e o software estatístico de econometria espacial GeoDa disponibilizado gratuitamente pela Universidade de Chicago pelo site <https://spatial.uchicago.edu/software>. A análise dos dados se deu por agrupamento em planilhas que foram verificadas por meio de estatística descritiva. Foi realizada a taxa média das unidades federativas por tipo de violência e calculado o desvio padrão.

Considerando a utilização de dados agregados e de domínio público, foi dispensada a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para apreciação. Todos os aspectos éticos referentes a esse tipo de estudo foram respeitados seguindo a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde <sup>12</sup>.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2018 foram notificados no país 3.762 casos de violência praticados contra adolescentes, ocorridos no âmbito escolar <sup>13</sup>.

A violência escolar abrange a violência física, psicológica e sexual, além do *bullying*. Apresenta como causas desencadeantes, as normas sociais e de gênero, bem como determinações estruturais e contextuais, como a desigualdade de renda, exclusão social, marginalização e conflito <sup>14</sup>. Além desses tipos de violência supracitados, a violência autoprovocada também foi incluída nesse estudo, considerando a elevada ocorrência no ambiente escolar.

Os estados brasileiros que apresentaram as maiores taxas de violência física notificadas em adolescentes, ocorridas na escola, foram Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Acre. Observou-se que os estados que apresentaram as menores taxas de violência física foram Sergipe, Maranhão, Piauí, Amapá, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte (Figura 1).

Os resultados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar – PeNSE <sup>15</sup> indicam que 23,4% dos escolares entrevistados afirmaram ter se envolvido, pelo menos uma vez, em alguma briga e/ou luta física nos 12 meses anteriores à pesquisa, com destaque para os meninos (30,3%) em relação às meninas (16,8%). Semelhante a alguns resultados desse estudo, a PeNSE <sup>15</sup> identificou os maiores percentuais de briga e/ou luta física em escolares nos estados de São Paulo e Paraná e os menores no Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte.

A violência física vai além dos limites brasileiros, sendo uma problemática de nível mundial, em Izmir (Turquia), um estudo com alunos do quinto ano (entre 10 e 14 anos) identificou que 42,9% desses foram expostos a pelo menos um tipo de violência física por parte dos professores, 33,6% pelos pais e 24,9% por outras crianças no ambiente escolar no ano anterior a realização da pesquisa <sup>16</sup>.

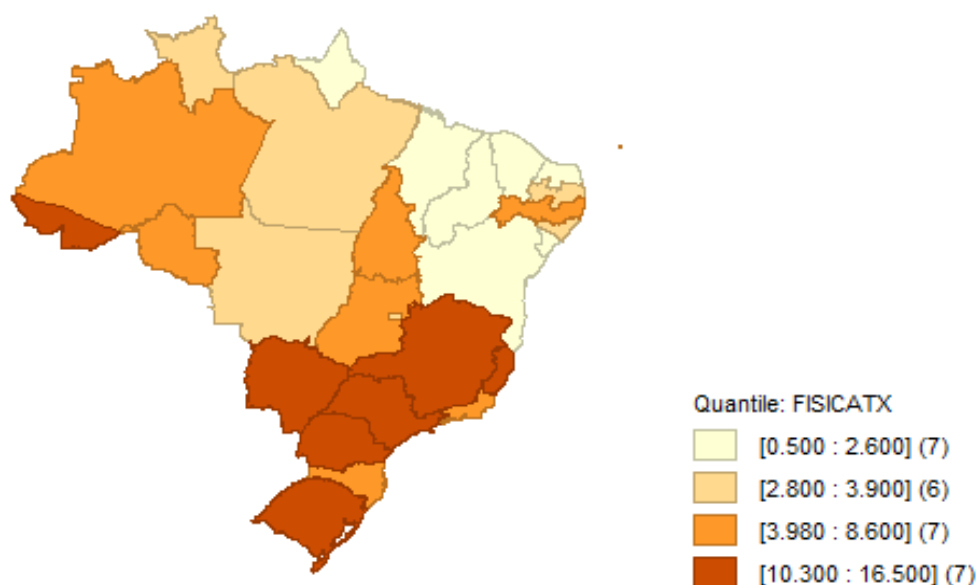
Considerando a atitude de professores no cenário da violência, Becker e Kassouf <sup>17</sup> identificaram que, em escolas onde foi registrada uma agressão física cometida por algum professor, a probabilidade de um estudante cometer pelo menos uma agressão física é 3,54

vezes maior, esse resultado pode inferir que a influência do professor na formação do estudante também está relacionada ao exemplo de comportamento no ambiente escolar.

O impacto da violência física pode ser evidenciado em estudos, na Árabia Saudita, adolescentes envolvidos em violência física tiveram maior probabilidade de ter pior desempenho acadêmico, bem como, foram mais propensos a relatar depressão, ansiedade ou problemas de saúde mental em relação àqueles que não se envolveram em casos de violência física <sup>18</sup>.

Além disso, estudo que acompanhou anualmente adolescentes dos 12 aos 15 anos evidenciou que as consequências da violência escolar também se apresentam àqueles que testemunham esses eventos, de maneira que estudantes que presenciaram episódios violentos na escola aos 13 anos apresentaram associação com uso de drogas, delinquência, ansiedade social e sintomas depressivos aos 15 anos <sup>19</sup>.

Figura 1 - Distribuição da taxa de incidência por violência física praticada contra adolescentes escolares segundo UF, Brasil, 2018.



Fonte: Elaboração própria.

Em relação a violência psicológica, o estado com a maior taxa notificada entre adolescentes no âmbito escolar foi o Paraná com 6,6 por 100.000 habitantes, seguido por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Rio de Janeiro. O estado de Roraima não apresentou casos notificados por esse tipo de violência. As menores taxas foram expressas por Rondônia, Sergipe e Maranhão, em que cada estado apresentou a taxa de 0,3/100.000 habitantes, em seguida, os estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins apresentaram

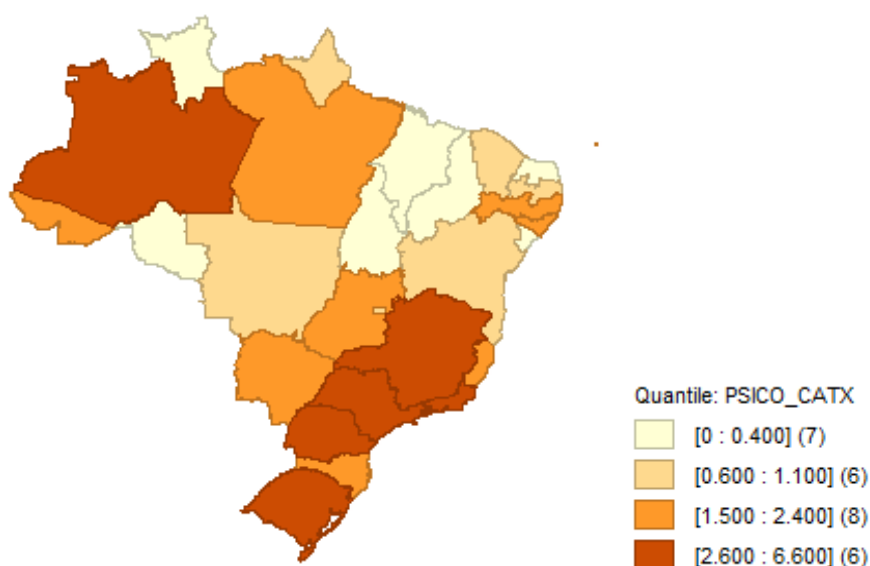
uma taxa de 0,4/100.000 habitantes (Figura 2).

A violência psicológica é um fenômeno universal que ainda está encoberto por um pacto de silêncio, principal responsável pelo reduzido número de diagnósticos e notificações (ABRANCHES; ASSIS, 2011) <sup>20</sup>. Esse fato corrobora com as baixas taxas apresentadas no presente estudo que podem apontar a existência da subnotificação de casos dessa violência.

Em Ribeirão Preto, 96,3% dos adolescentes do ensino médio que participaram de uma pesquisa vivenciaram alguma situação de violência psicológica, sendo que a própria residência e a escola foram os locais que mais ocorreram, além disso, os principais perpetradores, no âmbito escolar, foram os colegas de classe, seguido pelos amigos e professores <sup>21</sup>.

Estudo com adolescentes escolares de uma escola pública de Porto Alegre identificou através de grupos focais que a fala acerca da vitimização psicológica, manifestada através de apelidos, xingamentos ou exclusão, foram com frequência seguidos de risadas pelos outros alunos, percebendo-se que esse tipo de violência é naturalizado de tal forma que é visto como engraçado ou uma situação "normal"<sup>5</sup>. Esse tipo de visão pode ocultar a gravidade da vitimização psicológica, é válido ressaltar que essa violência é capaz de impactar na vida dos adolescentes, como, por exemplo, podendo estar associada a reprovação escolar <sup>22</sup>.

Figura 2 - Distribuição da taxa de incidência por violência psicológica praticada contra adolescentes escolares, segundo UF, Brasil, 2018.



Fonte: Elaboração própria.

A figura 3 apresenta as taxas da violência sexual notificada em adolescentes ocorrida o

espaço escolar. As maiores taxas foram registradas no Amazonas, Paraná, Pará, Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os estados de Rondônia, Roraima e Sergipe não tiveram casos notificados. Observou-se que quatro estados do Nordeste apresentaram as menores taxas do país, os quais foram, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia, em seguida, os estados de Mato Grosso, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco e Acre obtiveram as menores incidências.

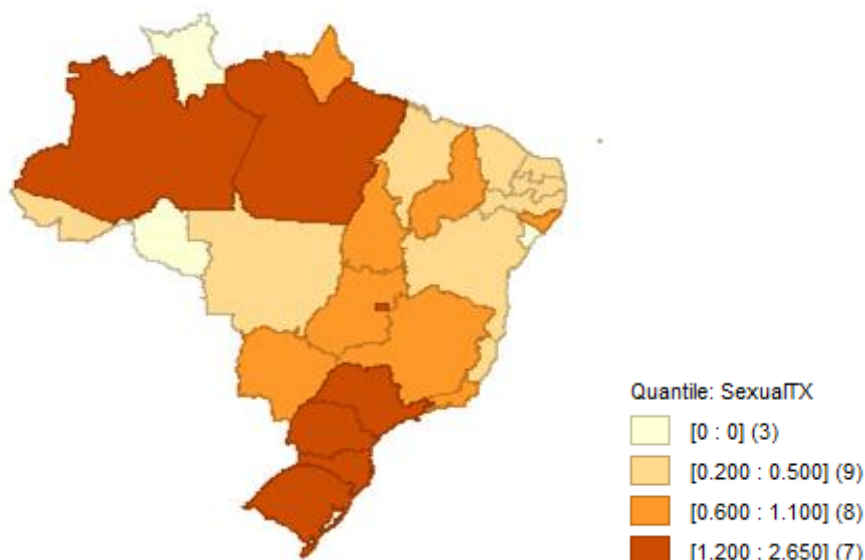
Santos *et al.*<sup>22</sup> identificou aumento progressivo, em todas as regiões do Brasil, no número de notificações de violência sexual ocorrida na escola, durante o período de 2010 a 2014. Esses índices demonstram que a escola nem sempre é um ambiente seguro para os escolares, necessitando de medidas de segurança mais efetivas.

Alguns fatores podem estar relacionados a vulnerabilidade dos adolescentes a violência sexual, foi identificado que aqueles com idade inferior a 13 anos, do sexo feminino, com pele de cor preta, que exercem atividade remunerada apresentaram maior probabilidade de serem vítimas dessa violência. Contudo, estudar em escola privada e ter mãe com grau de escolaridade elevado foi identificado como fatores de proteção<sup>23</sup>.

Um outro estudo com estudantes adolescentes de Michigan (EUA) evidenciou que 43,9% da amostra relatou ter sido vítima de violência sexual, ao menos uma vez, durante o período de quatro anos do estudo, ao passo que 17,6% relataram envolvimento na perpetração sexual no mesmo período. Assim como o estudo brasileiro, a maior vitimização sexual foi no sexo feminino em comparação com o masculino (53,5% versus 33,9%), quanto a perpetração da violência os homens foram os mais propensos em cometê-la (22,8% versus 12,6%)<sup>24</sup>.

Figura 3 - Distribuição da taxa de incidência por violência sexual praticada contra adolescentes escolares, segundo UF, Brasil, 2018.





Fonte: Elaboração própria.

Quanto à taxa de incidência da violência autoprovoçada notificada em adolescentes escolares, as maiores foram identificadas nos estados do Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Acre, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina. O estado do Amapá não notificou casos de violência autoprovoçada. As menores taxas foram registradas no Maranhão, Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia e Piauí (Figura 4).

Entre 2011 e 2014, os adolescentes representaram 23,3% das notificações de lesões autoprovoçadas realizadas pelos serviços de saúde, desse percentual, 23,6% referia-se a adolescentes de 10 a 14 anos e 76,4% àqueles de 15 a 19 anos. Ainda nesse estudo, o Mato Grosso do Sul foi identificado como o estado com a maior taxa de lesões autoprovoçadas nesse período, seguido de Alagoas, Roraima, Tocantins, Minas Gerais e Santa Catarina <sup>25</sup>.

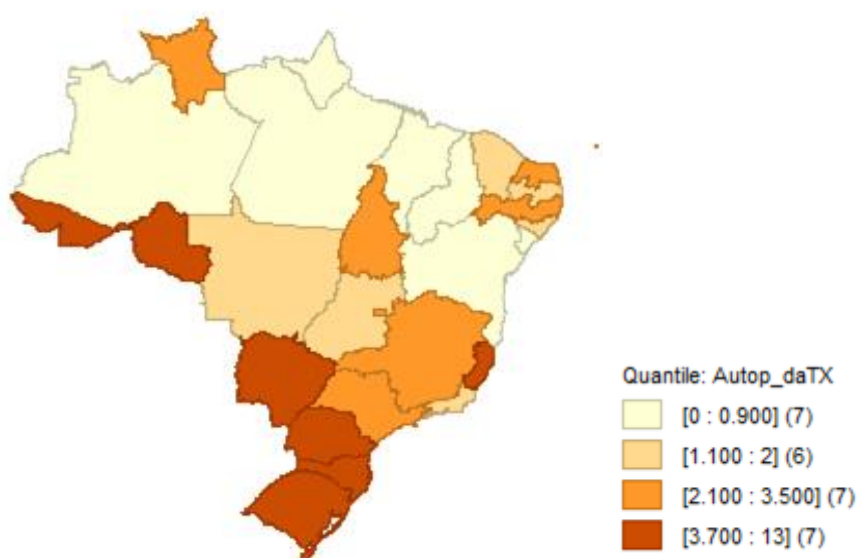
No Butão, 11,6% dos adolescentes escolares de 13 a 17 anos relataram considerar uma tentativa de suicídio e 11,3% dessa população relataram tentativa de suicídio nos últimos 12 meses. Outros tipos de violência, como ataque físico, violência sexual e bullying, foram identificados como fatores de risco para a tentativa de suicídio, além desses, também estiveram associados os seguintes fatores: sexo feminino, insegurança alimentar, sentimento de solidão, baixo envolvimento dos pais, preocupação relatada com falta de sono, desejo de usar drogas/álcool, uso de tabaco sem fumaça, abuso de drogas e tabagismo dos pais <sup>26</sup>.

Lee <sup>27</sup> aponta que adolescentes que vivenciaram violência escolar apresentaram maior risco de depressão e ideação suicida. Em consonância, no Piauí, foi evidenciado que a prevalência de ideação suicida, entre adolescentes escolares que informaram ter sofrido violência sexual por outros alunos, professores ou funcionários da escola, foi mais de três vezes

em comparação àqueles que não sofreram esse tipo de violência <sup>28</sup>.

Em relação à média das taxas das unidades federativas do país por tipo de evento violento, observou-se que a violência física obteve maior destaque, apresentando uma média de 6,01 com desvio padrão de 4,80; a psicológica exibiu 1,71 com desvio padrão de 1,48; a sexual apresentou a menor média, 0,85, com desvio padrão de 0,77; e a violência autoprovocada 3,06 com desvio padrão de 3,12.

Figura 4 - Distribuição da taxa de incidência por violência autoprovocada em adolescentes escolares, segundo UF, Brasil, 2018.



Fonte: Elaboração própria.

A tabela 1 apresenta taxas de incidência por tipo de violência nos estados brasileiros e Distrito Federal. Percebe-se que muitos estados apresentam incidências baixíssimas de violências notificadas e em alguns não há casos registrados, principalmente referente a violência sexual, com três estados sem notificações, esses fatos podem estar relacionados a subnotificação de casos nesses locais.

Nesse sentido, estudo com profissionais de um município do sul do Brasil, evidenciou que a notificação é uma atitude pouco realizada na rotina dos profissionais, apesar da obrigatoriedade e importância, como forma de garantir os direitos das crianças e adolescentes, além disso, foi identificado que há falta de detalhamento nos registros de prontuários de diferentes serviços, dificultando a compreensão de muitos casos de violência <sup>29</sup>.

Em Pernambuco, a qualidade dos dados registrados acerca da notificação de violência

contra adolescentes mostrou tendência estacionária para a maior parte das variáveis, com parâmetro considerado "Ruim" ou "Muito Ruim", assim, a precária completude das notificações prejudica a realização de ações específicas e direcionadas para a prevenção de casos <sup>3º</sup>.

Tabela 1 -Taxa de incidência de eventos violentos em adolescentes escolares, segundo tipo de violência e unidades federadas, Brasil, 2018.

	<b>Taxa segundo tipo de violência</b>			
	<b>Física</b>	<b>Psicológica</b>	<b>Sexual</b>	<b>Autoprovoçada</b>
Rondônia	5.1	0.3	0	3.7
Acre	10.3	2.2	0.5	6.5
Amazonas	4.7	2.8	2.7	0.5
Roraima	2.8	0	0	2.8
Pará	3.6	2.4	2.1	0.5
Amapá	1.2	0.6	0.6	0
Tocantins	5.1	0.4	1.1	2.9
Maranhão	0.7	0.3	0.2	0.4
Piauí	1.1	0.4	0.9	0.9
Ceará	2.5	0.8	0.3	1.5
Rio Grande do Norte	2.6	0.4	0.2	2.4
Paraíba	3.1	1.1	0.2	1.1
Pernambuco	4.4	1.5	0.4	2.1
Alagoas	3.9	1.8	0.8	1.6
Sergipe	0.5	0.3	0	0.5
Bahia	2.5	0.7	0.2	0.5
Minas Gerais	14.6	3.7	1.1	3.5
Espírito Santo	11.3	2.4	0.3	13.0
Rio de Janeiro	8.6	2.6	0.8	1.4
São Paulo	13.5	3.6	1.3	3.1
Paraná	16.5	6.6	2.4	9.9
Santa Catarina	7.4	2.2	1.8	3.7
Rio Grande do Sul	11.0	3.4	1.2	5.7
Mato Grosso do Sul	15.1	1.9	1.0	7.9
Mato Grosso	2.8	0.9	0.2	1.1
Goiás	4.0	2.0	0.6	2.0
Distrito Federal	3.5	0.9	2.0	3.3

Fonte: DATASUS/MS (Elaboração própria).

## CONCLUSÃO

Os resultados desse estudo mostram que no ano de 2018, o estado do Paraná apresentou as maiores taxas de violência física e psicológica do país, a violência sexual foi mais prevalente no estado do Amazonas e em relação a violência autoprovocada houve maior destaque para o estado do Espírito Santo.

Salienta-se que a escola deve ser um ambiente que promova educação, segurança e proteção às crianças e aos adolescentes, garantindo que estes possam ter um desenvolvimento pleno para vida adulta com mais oportunidades e bem-estar. Assim, é imprescindível que ocorram atuações intersetoriais nesse local para que previnam a ocorrência das violências contra essa população, tendo como público-alvo, os estudantes, a família e a comunidade no qual os aprendizes estão inseridos.

Acerca das limitações, considerando que esse estudo foi realizado com dados secundários, existe a possibilidade de deficiência de informações que poderiam proporcionar uma maior visibilidade a esse agravo e, conseqüentemente, revelar a sua real magnitude. Nesse sentido, é válido chamar a atenção para a necessidade do fortalecimento das ações de vigilância das violências, com capacitações de profissionais de saúde para a adequada notificação, garantindo dados com qualidade que representem a realidade e possam servir para o desenvolvimento de ações coerentes e efetivas nesse contexto.

## REFERÊNCIAS:

<sup>1</sup>Organização Mundial da Saúde. Relatório mundial sobre violência e saúde 2002. Geneva: World Health Organization, 2002.

<sup>2</sup>Sumner SA, Mercy JA, Dahlberg LL, Hillis SD, Klevens J, Houry D. Violence in the United States: Status, Challenges, and Opportunities. *JAMA*. 2015;314(5):478–488. doi:10.1001/jama.2015.8371

<sup>3</sup>Malta DC, Bernal RTI, Pugedo FSF, Lima CM, Mascarenhas MDM, Jorge A de O, et al. Violências contra adolescentes nas capitais brasileiras, segundo inquérito em serviços de urgência. *Cienc e Saude Coletiva* 2017;22:2899–908. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.14212017>.

<sup>4</sup>Waiselfisz, JJ. Juventude VIVA - Mapa da violência 2014: Homicídios e juventude no Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2014: 144. [http://flacso.org.br/files/2020/03/Mapa2014\\_AtualizacaoHomicidios.pdf](http://flacso.org.br/files/2020/03/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf). Acesso em: 27 set 2021.

<sup>5</sup>Giordani JP, Seffner F, Dell’Aglío DD. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicol Esc e Educ* 2017;21:103–11.

<https://doi.org/10.1590/2175-3539201702111092>.

<sup>6</sup> Patias ND, Dell’Aglío DD. Prevalencia de exposición a violencia directa e indirecta: Un estudio con adolescentes de colegios públicos. *Acta Colomb Psicol* 2017;20:112–22. <https://doi.org/10.14718/ACP.2017.20.1.6>.

<sup>7</sup> Pinto IV, Barufaldi LA, Campos MO, Malta DC, Souto RMCV, Freitas MG De, et al. Trends in violent situations experienced by Brazilian adolescents: National Adolescent Student Health Survey 2009, 2012, and 2015. *Rev Bras Epidemiol* 2018;21. <https://doi.org/10.1590/1980-549720180014.supl.1>.

<sup>8</sup> Ferrara P, Franceschini G, Villani A, Corsello G. Physical, psychological and social impact of school violence on children. *Ital J Pediatr* 2019;45:1–4. <https://doi.org/10.1186/s13052-019-0669-z>.

<sup>9</sup> Brasil. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266). Acesso em: 27 set 2021.

<sup>10</sup> Abio A, Wilburn JK, Shaikh MA, Wilson ML. School Violence Among a Nationally Representative Sample of Adolescents in Chile. *Front Public Health*. 2020 Feb 26;8:46. doi: 10.3389/fpubh.2020.00046. PMID: 32175300; PMCID: PMC7054283.

<sup>11</sup> Prodanov CC, Freitas E C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Feevale 2013, 2. ed.

<sup>12</sup> Brasil. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* 2016.

<sup>13</sup> Brasil. Ministério da Saúde: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Doenças e Agravos – Violência Interpessoal/ Autoprovocada. Brasília: Ministério da Saúde 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinanet/cnv/violebr.def>. Acesso em: 30 out 2020

<sup>14</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. – Brasília : UNESCO, 2019. 54 p. Disponível em: [https://sites.usp.br/sp-proso/wp-content/uploads/sites/526/2019/07/violencia\\_escolar\\_bullying\\_unesco.pdf](https://sites.usp.br/sp-proso/wp-content/uploads/sites/526/2019/07/violencia_escolar_bullying_unesco.pdf)

<sup>15</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 132 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>

<sup>16</sup> Aras Ş, Özan S, Timbil S, Şemin S, Kasapçı O. Exposure of Students to Emotional and Physical Violence in the School Environment. *Noro Psikiyatr Ars*. 2016 Dec;53(4):303-310.

<sup>17</sup> Becker KL, Kassouf AL. Violência nas escolas públicas brasileiras: Uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. *Nov Econ* 2016;26:653–77. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/2591>.

- <sup>18</sup> AlBuhairan F, Abou Abbas O, El Sayed D, Badri M, Alshahri S, de Vries N. The relationship of bullying and physical violence to mental health and academic performance: A cross-sectional study among adolescents in Kingdom of Saudi Arabia. *Int J Pediatr Adolesc Med* 2017;4:61–5. <https://doi.org/10.1016/j.ijpam.2016.12.005>.
- <sup>19</sup> Janosz M, Brière FN, Galand B, Pascal S, Archambault I, Brault M-C, et al. Witnessing violence in early secondary school predicts subsequent student impairment. *J Epidemiol Community Health* 2018;72:1117 LP – 1123. <https://doi.org/10.1136/jech-2018-211203>.
- <sup>20</sup> Abranches CD, de Assis SG. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cad Saude Publica* 2011;27:843–54. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500003>.
- <sup>21</sup> Scherer EA et al . Violência psicológica vivenciada por estudantes do ensino médio. *Psicol. Am. Lat.*, Méxic, 2017; 29:160-173. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2017000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2017000300011&lng=pt&nrm=iso)>
- <sup>22</sup> Santos, MJ. et al . Characterization of sexual violence against children and adolescents in school - Brazil, 2010-2014. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 2018; 27(2), e2017059. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742018000200010>.
- <sup>23</sup> Santos M de J, Mascarenhas MDM, Malta DC, Lima CM, da Silva MMA. Prevalence of sexual violence and associated factors among primary school students – Brazil, 2015. *Cienc e Saude Coletiva* 2019;24:535–44. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.13112017>.
- <sup>24</sup> Ngo QM, Veliz PT, Kusunoki Y, Stein SF, Boyd CJ. Adolescent sexual violence: Prevalence, adolescent risks, and violence characteristics. *Prev Med.* 2018 Nov;116:68-74. doi: 10.1016/j.ypmed.2018.08.032.
- <sup>25</sup> Bahia CA, Avanci JQ, Pinto LW, Minayo MC de S. Notificações e internações por lesão autoprovocada em adolescentes no Brasil, 2007-2016. *Epidemiol e Serv Saude Rev Do Sist Unico Saude Do Bras* 2020;29:e2019060. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200006>.
- <sup>26</sup> Dema T, Tripathy JP, Thinley S, Rani M, Dhendup T, Laxmeshwar C, et al. Suicidal ideation and attempt among school going adolescents in bhutan- A secondary analysis of a global school-based student health survey in Bhutan 2016. *BMC Public Health* 2019;19:1–12. <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7791-0>.
- <sup>27</sup> LEE E. Effects of School Violence on Depression and Suicidal Ideation in Multicultural Adolescents. *Iran J Public Health.* 2019;48(2):262-269.
- <sup>28</sup> Sá Sousa CM, Mascarenhas MDM, Gomes KRO, Rodrigues MTP, Miranda CES, de Macêdo Gonçalves Frota K. Suicidal ideation and associated factors among high school adolescents. *Rev Saude Publica* 2020;54:1–10. <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2020054001637>.
- <sup>29</sup> Silva PA, Lunardi VL, Meucci RD, Algeri S, da Silva MP, Franciscatto FP. (In) visibility of notifications of violence against children and adolescents registered in a municipality in

southern Brazil. *Investig y Educ En Enferm* 2019;37.  
<https://doi.org/10.17533/udea.iee.v37n2e11>.

<sup>30</sup> Santos TMB, Cardoso MD, Pitangui ACR, Santos YGC, Paiva SM, Melo JPR, et al. Completitude das notificações de violência perpetrada contra adolescentes em Pernambuco, Brasil. *Cienc e Saude Coletiva* 2016;21:3907–16. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.16682015>.

## APÊNDICE E – ARTIGO 5- SUBMETIDO

**SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA EM ADOLESCENTE ESCOLAR: DISCURSOS DE PROFESSORES****MEANINGS OF VIOLENCE IN ADOLESCENT SCHOOL: TEACHERS SPEECH****RESUMO**

Este estudo objetiva compreender os significados e as concepções de professores do ensino médio acerca da violência praticada contra o adolescente e sua repercussão no contexto escolar. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa realizada com professores de escolas públicas, cujos dados foram obtidos por meio de grupos focais e analisados pelo método de análise de discurso do sujeito coletivo. Os significados de violência para os professores revelam as diferentes faces da violência no contexto escolar. As ações de enfrentamento de violência foram evidenciadas, revelando a necessidade de uma articulação entre saúde, educação e sociedade para medidas efetivas de prevenção e combate à violência contra o adolescente.

**Palavras-chave:** Violência escolar, Bullying, Adolescente, Educação.

**ABSTRACT**

His study aims to understand the meanings and conceptions of high school teachers about violence against adolescents and its repercussions in the school context. This is a descriptive and qualitative research carried out with public school teachers, whose data were obtained through focus groups and analyzed using the collective subject discourse analysis method. The meanings of violence for teachers reveal the different faces of violence in the school context. Actions to combat violence were highlighted, revealing the need for a link between health, education and society for effective measures to prevent and combat violence against adolescent.

**Keywords:** School violence, Bullying, Adolescent, Education.

**INTRODUÇÃO**

A violência é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Dahlberg; Krug, 2007, p. 1165).

Nesse contexto, a violência praticada contra crianças e adolescentes se manifesta de inúmeras tipologias e distintos cenários, sendo considerada um grave problema de saúde pública devido às diversas repercussões biopsicossociais na vida da vítima. A literatura aponta



uma vulnerabilidade à violência pelos adolescentes, em todos os contextos de inserção, seja no ambiente intrafamiliar ou extrafamiliar, famílias ou instituições (BRAGA & DELL'AGLIO, 2012).

A legislação brasileira por meio do Estatuto da Criança e Adolescente (lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) dispõe quanto à proteção integral dessa população, visando assegurar contra qualquer forma de violência (BRASIL, 1990). Além disso, o país deu um passo significativo para o enfrentamento do *bullying* ao instituir o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) (Lei nº13.185, de 6 de novembro de 2015), que apresenta como um dos objetivos, a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência na comunidade escolar (BRASIL, 2015).

O ambiente escolar constitui um espaço institucionalizado que visa socializar conhecimentos e cultivar a formação intelectual, moral e ética do aluno, entretanto, fatores como a violência vêm sendo cada vez mais presentes no processo educacional (BARBIERI; SANTOS; AVELINO 2021). As violências vivenciadas no espaço escolar se manifestam de inúmeras maneiras e produz consequências sobre aqueles que a praticam, os que sofrem e os que testemunham, por isso é considerada um problema complexo e preocupante (ABRAMOVAY, 2015).

No Brasil a magnitude da violência juvenil é alarmante sendo expressa de diversas maneiras. Entre 2016 e 2020, o país apresentou uma média anual de mortes de 7 mil casos. Cerca de 35 mil crianças e adolescentes tiveram suas vidas ceifadas de forma violenta, sendo a maior parte das vítimas constituída por adolescentes, atingindo, principalmente, a faixa etária entre 15 e 19 anos (UNICEF, 2021).

Diante do exposto, considerando a complexidade do tema e a importância de pesquisas para buscar subsídios para a prevenção da violência contra o adolescente no espaço escolar, este estudo objetiva compreender os significados e as concepções de professores do ensino médio acerca da violência praticada contra o adolescente e sua repercussão no contexto escolar.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo observacional de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, realizado no município de Petrolina-PE. Considerando que esse método possibilita descrever os aspectos subjetivos dos fenômenos sociais e do comportamento humano a partir de uma abordagem interpretativa do mundo, ou seja, estudam os significados, concepções e opiniões atribuídas pelos atores sociais sobre um determinado tema, a partir de suas experiências individuais e coletivas (MINAYO, 2002).

O município de Petrolina-PE está localizado na região Nordeste do Brasil, no estado

de Pernambuco, possui uma população estimada em 359.372 mil habitantes e uma densidade demográfica de 64,44 habitantes/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). A população do estudo consiste em professores do ensino médio (EM) de escolas públicas estaduais, sendo selecionadas duas escolas, ambas com registros de eventos violentos. Para manter o anonimato, as instituições foram descritas como “Escola A” e “Escola B”. Sobre as instituições, ambas estão localizadas na zona urbana do município, uma em bairro periférico e a outra em uma região mais central da cidade.

Participaram da pesquisa 27 (vinte e sete) professores, 14 (quatorze) da escola A e 13 (treze) da escola B. Para seleção dos participantes utilizou-se da técnica de amostragem intencional não probabilística, na qual o pesquisador seleciona os participantes por conveniência (MARCONI; LAKATOS, 2002), assim de cada escola foram selecionados todos os professores do ensino médio que lecionam as diferentes disciplinas da grade curricular, dos turnos tarde e noite (escola A) e manhã e tarde (escola B).

Como critério de inclusão os participantes deveriam estar presentes no momento da entrevista, vinculados à escola campo, lecionar em alguma das 3 (três) turmas de EM, com tempo mínimo de atuação de 2 meses, aceitar participar da pesquisa e assinar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos os que estavam afastados por férias ou licenças no período em estudo e professores substitutos com atuação inferior a 2 meses.

A coleta dos dados ocorreu no mês de agosto de 2021, por meio de encontros presenciais previamente planejados pela equipe de pesquisadores e gestores das escolas. Utilizou-se como técnica de coleta dos dados o Grupo Focal (GF), que segundo Trad (2009), consiste na coleta de dados qualitativos por meio de entrevista grupal, baseada na comunicação e interação dos participantes proporcionando um debate aberto e acessível à cerca de um tema, assim favorece a exposição das compreensões, opiniões, crenças e atitudes dos entrevistados sobre um determinado tema/problema.

Foram realizados três encontros, 1 GF na escola A e 2 GF na escola B, com duração entre 40 e 60 minutos cada momento. Assim, no formato de roda de conversa, as entrevistas coletivas ocorreram após os expedientes das aulas e em ambiente preparado para essa finalidade. As mesmas foram guiadas a partir de um roteiro pré-estabelecido e gravadas em áudios com autorização dos participantes.

Os professores responderam às perguntas contidas em formulários semiestruturados individuais, antes das entrevistas em grupo, para obtenção de informações complementares à pesquisa, tais como, idade, sexo, formação/qualificação profissional, tempo de vínculo com a

instituição, séries que lecionam, e perguntas relacionadas ao tema, (se já presenciaram violência na escola campo ou ouviram relatos e quais foram os tipos).

Os dados obtidos foram transcritos e analisados com base no método de Análise de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), para Lefevre e Lefevre (2014) essa técnica consiste em um processo metodológico e sistemático de resgatar e apresentar as representações sociais obtidas de pesquisas empíricas. Compreende a análise de dados adquiridos por meio de questões abertas, extraindo dos diferentes depoimentos individuais os extratos que redundam e/ou possuem sentidos semelhantes e agrupando-os, construindo ao final do processo um discurso síntese, redigido na primeira pessoa do singular, que expressa à opinião da coletividade (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006).

Metodologicamente o DSC está fundamentado nas seguintes etapas: 1ª Selecionar as expressões-chave das respostas individuais; 2ª Identificar as ideias centrais e/ou ancoragens correspondentes; 3ª Construção do DSC a partir da união das respostas que apresentam sentidos semelhantes ou complementares (expressões-chave), consubstanciando um depoimento síntese (LEFEVRE; LEFEVRE; MARQUES, 2009). Diante disso, a tabulação do material coletado se deu conforme operações acima citadas, onde os dados dos três grupos focais foram analisados e sintetizados sem diferenciar ou comparar os resultados obtidos com os professores das diferentes escolas, a fim de construir o pensamento coletivo.

Vale ressaltar que o presente artigo é oriundo da parte qualitativa do projeto de doutorado, intitulado “A tessitura da violência: motivação e manifestações no ambiente escolar”. Outrossim, seguiu os preceitos da Resolução nº. 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, e obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos CEP/CISAM sob parecer nº 3.776.888. Todos os participantes foram previamente orientados quanto aos seus direitos e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação no estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa contou com a participação de 27 professores do ensino médio, quanto ao perfil sociodemográfico, destaca-se que 48,1% (13/27) são do sexo masculino e 51,9% (14/27) do sexo Feminino, as idades dos sujeitos variam entre 24 e 53 anos, com uma média de idade de 36 anos. Quanto à formação/qualificação profissional 59,3% (16/27) dos professores têm ensino superior completo, 33,3% (9/27) possuem pós-graduação/especialização e 7,4 (2/27) são mestres. Quanto ao tempo de vínculo do participante com a instituição (escola campo) as respostas divergiram entre 2 meses e quase 30 anos, apresentando maior percentual de 2 a 5

anos de vínculo. Todos os professores trabalham em mais de um turno na escola e a maioria ensina nas 3 (três) séries do ensino médio.

A análise das narrativas obtidas nos grupos focais permitiu a formação de cinco categorias temáticas centrais. As opiniões e percepções dos participantes estão apresentadas dentro dessas categorias no formato DSC. Enfatiza-se que o DSC representa as falas dos sujeitos que estão descritas em um discurso singular como forma de representação da coletividade social. O critério para formação dos DSC foi, agrupar as ideias centrais de sentido semelhante ou complementar sobre a temática de cada categoria.

Com relação às categorias temáticas estas foram formadas com base nas perguntas do roteiro de entrevista e nas respostas/temas que mais emergiram nos discursos. A primeira categoria envolve a percepção dos professores do ensino médio sobre a violência em geral e os tipos de violência; a segunda categoria refere-se às manifestações da violência no contexto escolar; a terceira aborda as possíveis motivações e causas de comportamentos violentos e vulnerabilidade para a violência; a quarta trata das repercussões dos eventos violentos no contexto escolar (no que concerne ao processo ensino-aprendizagem); a quinta categoria retrata as medidas de enfrentamento adotadas pelas escolas.

## 1. Significados e Tipos de Violência

DSC: “A violência é todo ato que viole de alguma forma o outro, algo que gera desconforto para alguém, seja de forma física, psicológica, verbal, moral, *bullying*, ou financeira. Através do preconceito, não saber tolerar as diferenças, não saber tratar ou desrespeitar o espaço do outro, já é um tipo de violência. Manifestadas às vezes por meio de gírias, palavrões ou xingamentos ditos contra alguém. Às vezes até o agir, o olhar, a forma de se comportar pode se configurar como atitudes violentas e que incomodam o outro. Os outros tipos de violência são tão perigosos quanto à física, até porque a dor passa, mas a moral gera muitos problemas”.

Os significados de violência para os entrevistados estão em consonância com as definições do termo violência presente na literatura, para Paviane (2016) o fenômeno da violência expressa, o ato de violar o outro ou se violar, seja por meio de força, ofensas, ameaças, humilhações e tem como consequência danos físicos, psíquicos ou morte. No entanto, é possível observar que a definição dada pelos professores é apenas ligada a prática da violência contra o outro e não contra a si próprio. Isso fica evidente, quando as lesões autoprovocadas surgem nos discursos apenas como consequência da violência sofrida e não como uma auto violência.

Quanto às tipologias da violência, as formas física, psicológica, verbal, moral e financeira foram encontradas no discurso, com ênfase para a verbal e física. Com isso, sente-se falta dos diversos tipos que são recorrentes na sociedade como a sexual, simbólica, autoprovocada, mas não foram lembradas pelos sujeitos da pesquisa. Paviane (2016) explica

que as formas de violências são tão numerosas que é difícil elencá-las com uma abrangência satisfatória.

Em outros momentos da entrevista a violência sexual aparece indiretamente nos discursos, no entanto de modo esporádico, que não expressa a opinião da coletividade, citada apenas por dois professores. A violência estrutural também emerge indiretamente nos discursos enquanto respondiam sobre as manifestações da violência no contexto escolar. A violência simbólica também não foi identificada nas narrativas, talvez isso se justifique por ser tratada como algo natural, legitimada pela cultura dominante, que é imposta e acaba sendo enraizada em nossa sociedade, no entanto é considerada uma das formas de violência que estimula todas as outras (BARBIERI; SANTOS; AVELINO 2021; FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Diante disso, reflete-se que as tipologias mais conceituadas são os significados de violência nos depoimentos dos professores e também correspondem às formas de violências mais prevalentes no contexto escolar. Esse achado da pesquisa está em sintonia com a literatura, onde segundo Barbieri, Santos e Avelino (2021), nas escolas as violências estão presentes em ações usuais, tais como apelidos, interrupções na fala, conversas paralelas, risadas e, em casos mais extremos, por meio de agressões físicas.

Destaca-se que a violência sexual também foi pouco explanada pelos professores, quando abordados os significados de violência, isso se justifica pela complexidade que envolve o tema, considerando que a violência sexual, é um ato velado, camuflado na sociedade brasileira, por diversas razões, como, os tabus que envolvem a sexualidade humana; sentimento de culpa, vergonha, medo de sofrer ameaça e estigma, esses fatores desencadeiam o isolamento social, silenciando ainda mais esse agravo (WILLIAMS, 2002).

## **2. Manifestações da violência no contexto escolar**

Diante dos achados pode-se afirmar que a violência no contexto escolar se manifesta principalmente nas agressões físicas, verbais e por meio do *bullying*. Entre os 27 participantes estudados, 17 (63%) já presenciaram algum tipo de violência ou escutaram relatos e desabafos dos alunos que foram vítimas de violência, no cenário escolar (sala de aula, locais de socialização, quadras esportivas), extramuros (na rua, no ambiente domiciliar). Assim, emergem nos discursos a violência verbal, física, estrutural, psicológica e autoprovocada, como os tipos mais frequentemente identificados no ambiente escolar. Destacando que a lesão autoprovocada é vista como uma consequência do sofrimento gerado pela violência, não sendo citada diretamente como um tipo de violência.

DCS: “O tipo de violência que mais prevalece é a verbal, eles xingam muito, agridem

muito com palavras. Na escola ocorre a violência intimidadora, repressora, emocional, psicológica, física. Porque, a física para chegar aos finalmentes (agressão) eles já vem praticando o *bullying*, com ameaças e intimidações que levam a agressões. Tipo assim, aquele famoso “vou te pegar lá fora”.

Uma pesquisa realizada por Giordani, Seffner e Dell’Aglío (2017) com professores e alunos de uma escola pública de Porto Alegre/RS, também aponta a violência verbal e física como mais recorrente entre estudantes, ainda para os autores a violência física acontece no espaço escolar entre aluno-aluno até com o uso de armas brancas presentes no material escolar, como tesoura ou estilete, porém a verbal tem maior destaque sendo algo já naturalizado pelos adolescentes.

Faz-se importante ressaltar que o fato das violências verbal e física serem mais frequentes, não exclui a presença das outras formas de violência como a moral/psicológica, presente no discurso acima, como ações de repressão, intimidação, xingamentos e antecedem ou são associadas a agressões físicas. Logo, as distintas tipologias de violência não são excludentes, mas sim cumulativas (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

DSC: É comum a violência voltada para o preconceito, os alunos que fogem dos padrões sofrem muito *bullying*. Seja pelo modo de se vestir, pela religião, orientação sexual, deficiências, aparência física e corporal. Por isso, vejo mais a violência verbal, às vezes desencadeada por uma brincadeira, um momento de resenha que fere o outro e leva a uma discussão. Acredito que a violência física tenha diminuído substancialmente ao longo dos anos, mas ainda acontece.

É observado que para os professores a violência entre os alunos no contexto escolar ocorre com frequência por meio do *bullying*, segundo Malta *et. al* (2019), este fenômeno é compreendido como uma prática sistêmica, que acontece por meio de violência física ou psicológica através de intimidação, humilhação ou discriminação, sendo desencadeada pela intolerância com aqueles que fogem dos padrões impostos pela sociedade.

Em consonância com os achados desta pesquisa, o estudo de Esteban e colaboradores (2020), com 500 adolescentes escolares de Bucaramanga na Colômbia, aponta a prevalência da violência verbal com 66,5%, seguida da violência física em 32,0% e o *bullying* social em 30,6% entre os adolescentes, na qualidade de vítima, agressor ou testemunha. Indicando uma elevada prevalência do *bullying* no ambiente escolar.

Diante disso, é notório que as diferenças sociais, físicas e religiosas são motivos para o *bullying*, sendo mais prevalente a forma verbal (xingamentos, ameaças, apelidos), que tem como desfecho as agressões físicas. Ou seja, o *bullying* no espaço escolar se constrói dentro de um ambiente de naturalidade, por meio de posturas preconceituosas e enraizadas culturalmente, aspecto que exige um processo de desconstrução desses hábitos não só em nível de instituição, mas que perpassem para a comunidade (SANTOS; SILVA JUNIOR, 2015).

Um ponto identificado, é que o *bullying* normalmente é praticado por adolescentes do

sexo masculino. Zequinão e colaboradores (2016) em um estudo com crianças e adolescentes (entre 8 e 17 anos) de duas escolas inseridas em contexto de vulnerabilidade social da Região de Florianópolis, relatam que os agressores em 32,3% dos casos são meninos contra 24,6% meninas. No entanto, o estudo conclui que meninos e meninas não se diferenciam estatisticamente em relação aos papéis de participação no *bullying*.

DSC: Os aparatos tecnológicos e as redes sociais também são veículos de violência, o *ciberbullying* e violência virtual ou cibernética são muito comuns. Esses eventos chegam à escola, pois são praticados pelos alunos ou contra eles, principalmente agora no período de pandemia e aulas remotas (encontros virtuais). Essa violência é manifestada por meio de conflitos ou *bullying* nas redes sociais, chacotas, figurinhas pejorativas, veiculação de informações falsas que denigrem a imagem do outro e causam constrangimento. É um tipo de violência fácil de ser praticada, visto que os agressores podem agir de maneira anônima.

Outra manifestação do *bullying* identificada pelos entrevistados é no meio virtual, definido como *ciberbullying* e violência virtual ou cibernética, ela tem sido considerada pelos sujeitos como crescente, devido aos avanços tecnológicos, as redes sociais, ainda consideram como um tipo de violência muito grave, pois tem maior exposição da vítima e os agressores conseguem conservar o anonimato.

Com isso, observa-se que mesmo com o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), instituído pela Lei nº13.185, de 6 de novembro de 2015, para combater essas violências no espaço escolar (BRASIL, 2015), o *bullying* ainda é a principal forma de violência praticada entre adolescentes nessas instituições, manifestado dentro e fora dela, presencialmente ou por meios tecnológicos.

DSC: O *bullying*, a violência moral e psicológica geram um sofrimento psicológico no adolescente, isso leva a automutilação e até mesmo situação de tentativa de suicídio. No ano de 2019, houve muitos casos de automutilação no espaço escolar. Esses casos são mais frequentes em meninas, elas justificam que fazer aquilo amenizava a dor e angústia que estavam sentindo. É característico elas estarem sempre de casaco para esconder as lesões e cortes nos braços.

Ao expor as situações de *bullying* vivenciadas no contexto escolar os professores expõem os casos vivenciados de lesões autoprovocadas. Estas não surgem como uma forma de violência, mas como uma consequência das outras tipologias de violências sofridas pelos adolescentes. No entanto, a mesma é considerada uma auto violência, onde a pessoa inflige a si mesma, manifestada por meio de autoagressões, como cortes superficiais ou profundos e comportamento suicida (BAHIA *et. al.*, 2020).

Uma pesquisa de Costa *et. al.*, (2020) com adolescentes escolares com história de autolesões aponta a violência escolar como gatilho para episódios de violência autoprovocada, ao passo que as relações disfuncionais no ambiente escolar geravam nas adolescentes sentimentos negativos, tristeza e exclusão, revelando relação direta entre o *bullying* e a ocorrência das autolesões.

Os estudos evidenciam uma elevada incidência de lesões autoprovocadas entre adolescentes escolares. Entre os anos de 2011 e 2014, no Brasil 15.702 registros de lesões autoprovocadas praticadas por adolescentes foram notificadas pelos serviços de saúde, destes 3.699 na faixa etária de 10 a 14 anos e 12.003 de 15 e 19 anos. Com predomínio de indivíduos do sexo feminino (BAHIA *et. al.*, 2020). Em consonância com o DSC acima que aponta maior prevalência desse episódio entre adolescentes do sexo feminino das escolas estudadas.

DSC: As motivações da automutilação nem sempre eram relacionadas à escola, mas inerentes à família (pais), a rejeição, desigualdade social, violências em geral. Falta de maturidade para resolver seus conflitos internos, falta de apoio familiar. Não sabem lidar com as modificações da adolescência. A adolescência é uma fase de muitas descobertas e eles não sabem lidar com isso ainda, não sabem o que são. Outros motivos ainda, são jogos, desafios ou modinhas das redes sociais.

Além dos conflitos internos do ambiente escolar outros fatores são apontados pelos professores como desencadeadores de episódios de autoagressão pelos alunos, mas repercutem na escola e revelam sofrimento psíquico pelos adolescentes. Assim, diante da magnitude do problema existe a necessidade da criação de ações de políticas e programas preventivos no campo das políticas públicas de saúde direcionada a adolescentes e ao contexto da violência auto infligida para que se evite o agravamento desta situação. Também faz-se importante a articulação educação, saúde, sociedade e família, tanto para prevenção como para que os casos identificados sejam conduzidos e tratados de forma adequada (ARRUDA, *et. al.*, 2019).

DCS: Os alunos são de classes menos privilegiadas, passam por muitas dificuldades financeiras, fome, vivenciam um contexto de desestruturação familiar, pais com baixa escolaridade, não tem espaço para lazer ou cultura. Tem alunos que são obrigados a deixar de estudar para trabalhar, porque não tem o que comer em casa, outros não assistem às aulas remotas (online) em função da ausência de energia ou internet. Está tendo muita evasão por causa disso, eles precisam trabalhar, priorizam ter o que comer e ajudar a família do que estudar. Isso inclusive é classificado como uma violência gravíssima ou negação de direitos devido à desigualdade social, ainda os deixa vulneráveis para outras violências. Lamentavelmente os infratores não podem ser punidos, pois são muitos, parte da família, da própria sociedade, do poder público, do Estado, da falta de políticas públicas.

Os aspectos citados no DSC acima são características marcantes da violência estrutural, assim esse tipo surge de forma indireta, mesmo sem denominar ao certo o fenômeno, ela foi bastante enfatizada, inclusive foi vista como uma forma de violação dos direitos e um fator de risco para outras formas de violência. A violência estrutural contra crianças e adolescentes é definida por Minayo (2006), como aquela que incide sobre a condição de vida das vítimas, a partir de decisões históricas, econômicas e sociais, impossibilitando suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento com qualidade.

É enfatizado na literatura a posição do Estado, que é considerado como um dos principais responsáveis pela violência estrutural, apesar dos direitos estarem garantidos



claramente na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as políticas públicas são descomprometidas com o princípio constitucional da prioridade absoluta a crianças e adolescentes (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

### 3. Motivações e causas de comportamentos violentos e vulnerabilidade para violência.

**DSC:** Sempre é bom entender os motivos que causam os desvios de comportamento dos alunos, os comportamentos agressivos e etc, as causas são associadas à desestruturação familiar, baixa escolaridade dos pais, desigualdade social, violência ou agressão doméstica, visão arcaica dos pais ou responsável de querer resolver as coisas com violência (agressão, como forma de disciplina), histórico de drogadição e alcoolismo na família e/ou por eles, traumas anteriores (abandonos, pais separados, histórico de agressões na infância), então eles chegam com toda essa pressão e querem descontar em quem tiver pela frente.

Diante do discurso coletivo, ficam evidentes que as diferenças socioculturais são fatores que tanto predispoem os adolescentes a se tornarem vítimas de violência, quanto a agressores. Para os professores as causas da violência escolar tem origem em conflitos externos à escola, sendo visto de forma geral, com etiologia intra e extrafamiliar. Os achados do estudo de Piccoli, Lena e Gonçalves (2019) com professores, apontam como o contexto amplo de exclusão social e restrição de direitos e de oportunidades em que a escola se insere, refletem na produção cotidiana de violências na relação com os alunos.

### 4. Repercussões dos eventos violentos no contexto escolar

**DSC:** O aluno fica envergonhado, retraído, isolado, constrangido, introspectivo, interage menos nas aulas, muitos deixam até de vir à escola, ou seja, eles apresentam literalmente características de alguém que foi intimidado ou está sendo coagido. A violência afasta o aluno da escola, eles não querem falar, não participam da aula, não querem formar grupo, às vezes tem dúvidas e tem medo de falar e ser criticado ou sofrer *bullying* por ter se posicionado ou perguntado algo, às vezes já tem um grupinho que o discrimina ou tem o hábito de diminuir os colegas ou envergonhá-los em público, tudo isso interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

Os eventos violentos interferem diretamente na rotina da escola, no processo de aprendizagem do aluno. As consequências consistem desde déficit na aprendizagem até evasão escolar. Estudos como o de Souza e colaboradores (2017) e de Barbieri, Santos e Avelino (2021), enfatizam esse aspecto afirmando que as formas de violência na escola, afetam negativamente a qualidade de vida pessoal e social, além de ocasionar males a saúde física e psicológica, dificultando os processos interativos e de socialização no ambiente escolar (SOUZA *et al.*, 2017).

**DCS:** Quase tudo reflete no espaço escolar de uma forma ou de outra, pois se o aluno não está bem emocionalmente, ele conseqüentemente fica desatento, sem concentração, não tem ânimo para resolver as atividades escolares, isso repercute no processo de ensino-aprendizagem.

Os eventos violentos, mesmo que não sejam de origem escolar refletem no processo de aprendizagem, porque geram sofrimento psicológicos, como concluem Giordani, Seffner e Dell'Aglio (2017) a violência externa à escola, seja comunitária ou familiar, também é

percebida como um dos fatores que interfere na rotina escola.

## 5. Medidas de enfrentamento

**DSC:** A primeira intervenção é em nível da escola sob forma de diálogo com professores e coordenação. Essa intervenção também envolve a família para tentar solucionar o problema. É preciso tentar entender o que está acontecendo e o que leva a tais atos violentos, ou a posturas de isolamento. Se não resolver na conversa, procede para suspensão ou até mesmo expulsão do aluno. Mas essas medidas são apenas paliativas e não tem tanta resolução ou caráter preventivo. A escola também tem projetos de combate à violência, como estratégia de prevenção, a exemplo do projeto cultura de paz (que são sugeridos e planejados pela secretaria de educação ou GRE), ainda são desenvolvidas palestras que envolvem os alunos, a família e a comunidade. Há casos que necessitam de apoio de outros órgãos, conselho tutelar, com juizado, polícia militar, CRAS, profissionais da saúde, psicólogos, psicopedagogos. Assim, a escola fez e faz tudo que está ao seu alcance, inclusive são convidados profissionais de outras áreas para ajudar nessas ações.

As medidas de enfrentamento estão divididas entre intervenção preventiva e ações para resolução dos casos de violências. Medidas punitivas também são identificadas no discurso, porém são vistas como algo sem resolutividade, mas apenas ações paliativas. Para Barbieri, Santos e Avelino (2021) as imposições de regras e punições são atos que acarretam e geram mais violência.

DSC: “A escola é um espaço de convivência que contribui de forma grandiosa para resolver essas situações de violência, tem um caráter de prevenir também através da educação, mas tem coisas que fogem do poder de intervenção da escola. Às vezes a origem do problema é a família, a comunidade e a escola precisa de uma rede de apoio com outros profissionais, um núcleo de apoio psicológico (com assistente social ou psicólogo), para diminuir um pouco a sobrecarga do professor. Alguns papéis não são do professor, mas acabo desempenhando, pois interferem no ensino-aprendizagem. No entanto, não temos a mesma destreza que um profissional específico da área teria”.

Para Santos *et. al* (2018) a escola é um ambiente onde se combate qualquer forma de violência e fortalecedora para que os direitos dos alunos sejam respeitados, visto que as crianças e os adolescentes são vulneráveis às violências. No entanto, foi observado nas narrativas o sentimento de impotência dos professores para resolver e prevenir a violência e outros problemas sociais que circulam no ambiente escolar. Os mesmos enxergam a escola como um importante local de proteção ao adolescente, ao passo que oferece educação, lazer, nutrição, acolhimento e segurança, mas precisa de uma rede de apoio para cumprir seu papel.

Assim, em conformidade com outros estudos é evidente que as ações para prevenção e enfrentamento da violência na escola precisam ocorrer articuladas com outros setores, como o setor saúde. Um importante meio para isso é o fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE), um agente mobilizador para o desenvolvimento de ações de educação em saúde, no ambiente escolar, para prevenção e redução da violência e do consumo de álcool/drogas (MOTA *et. al*, 2018).

DSC: Os professores são os adultos de confiança mais próximos dos alunos, depois

da família, por isso os alunos depositam no professor a confiança para conversar e expor os sentimentos, os medos, os problemas pessoais e familiares que enfrentam. Assim, tem que ter jogo de cintura para acolher esses alunos vítimas de agressão e identificar os sinais de sofrimento que eles demonstram.

O papel do professor frente aos casos de violência também foi discutido e enfatizado no grupo focal, eles compreendem a importância do olhar diferenciado, de saber identificar os sinais que os alunos apresentam. Ainda, estes profissionais criam vínculos com os alunos, que facilitam essa identificação inicial, favorecendo o diálogo para resolução do problema. Arruá e colaboradores (2019) concluíram em seu estudo que o educador é peça chave nesse processo, sendo imprescindível que o mesmo saiba conduzir os casos de violência na escola, considerando que a convivência dentro da escola deve ser pautada no respeito mútuo, sem que haja omissão dos casos para minimizar os prejuízos no contexto escolar.

## CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o estudo conseguiu atingir os objetivos propostos analisando as principais formas de violência vivenciadas na escola, seus significados e desfechos sob a ótica de professores do ensino médio. Os resultados apontam que o bullying é o principal tipo de violência que acontece no ambiente escolar, manifestado por atos de agressão verbal e física.

No entanto, a violência estrutural também foi identificada, talvez isso se justifique pelo fato das escolas estudadas atenderem alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social, porém é um tipo de violência que interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem dos adolescentes, ainda é visto como uma das causas ou motivações para que aconteçam os eventos de *bullying*. As lesões autoprovocadas também são manifestações da violência no cenário estudado, consideradas muitas vezes como consequência dos outros tipos de violência.

As tipologias da violência aqui reveladas, geram grandes prejuízos na vida do adolescente de caráter biológico, psicológico e social, e prejudicam o desenvolvimento socioemocional, cognitivo e de aprendizagem.

É importante conhecer o cotidiano escolar dos adolescentes e compreender os significados e as concepções de professores acerca da violência sofrida pelo adolescente e sua repercussão no contexto escolar, a fim de poder subsidiar na construção de projetos de intervenção, visando a prevenção de atos violentos e possibilitando uma convivência saudável no espaço institucionalizado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian. Programa de prevenção à violência nas escolas: violências nas escolas. **Flacso Brasil**, p. 7-19, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: out. 2021.
- ARRUDA, Laís Eduarda Silva de. et. al. Violência autoprovocada em adolescentes no período de 2013-2017: um grave problema de saúde pública em Pernambuco. **I Congresso internacional das ciências da saúde**, 2019.
- ARRÚA, Ana Leticia Aquino et. al. Violência escolar. **Psicologia & Saberes**,v.8, n.10, p. 170-177, 2019.
- BAHIA, Camila Alves et. al. Notificações e internações por lesão autoprovocada em adolescentes no Brasil, 2007-2016. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020.
- BARBIERI, Bianca da Cruz; SANTOS, Naiara Ester dos; AVELINO, Wagner Feitosa. Violência escolar: uma percepção social. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 7, mar. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/violencia-escolar-uma-percepcao-social>. Acesso em: set. 2021.
- BRAGA, Luiza Lima; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n.3, p. 413-420, set-dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial da União**. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/13185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13185.htm)
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).
- COSTA, Luiza Cesar Riani et. al. Autolesão não suicida e contexto escolar: perspectivas de adolescentes e profissionais da educação. **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**, v. 16, n. 4, p. 39-48, jul.-ago. 2020.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 1, p. 1163-1178, 2007.
- ESTEBAN, Astrid Nathalia Páez et. al. Acoso escolar en adolescentes: rol, tipo de violencia y determinantes. **Rev Esc Enferm USP**, v.5, n. e03625, 2020.
- FALEIROS, Eva Teresinha Silveira; FALEIROS, Vicente de Paula. **Escola que protege: enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- GIORDANI, Jaqueline Portella; SEFFNER, Fernando; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 103-111, jan-abr. 2017.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O sujeito coletivo que fala. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.10, n.20, p.517-24, jul-dez. 2006.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e extensões comunicativas. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502-507, junho de 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n2/pt\\_0104-0707-tce-23-02-00502.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n2/pt_0104-0707-tce-23-02-00502.pdf). Acesso em: maio 2019.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; Marques, Maria Cristina da Costa. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.4, p.1193-1204, 2009.

MALTA, Deborah Carvalho. *et al* . Prevalência de bullying e fatores associados em escolares brasileiros, 2015. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 4, p. 1359-1368, Abr. 2019 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.15492017>.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisas de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 5. ed. 2002. 311 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Expressões culturais de violência e relação com a saúde. In: **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 80 p.

MOTA, Rosana Santos et. al. Adolescentes escolares: associação entre vivência de bullying e consumo de álcool/drogas. **Texto Contexto Enferm**, v. 27, n. 3, 2018.

PAVIANE, Jayme. Conceitos e formas de violência. in: MODERNA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: Educs, 2016. 8-20 p.

PICCOLI, Luiza Machado; LENA, Marisangela Spolaôr; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. Violência e sofrimento social no contexto escolar: um estudo de caso em Porto Alegre, RS. **Saúde Soc**, São Paulo, v.28, n.4, p.174-185, 2019.

SANTOS, Heber Kennady Martins dos; SILVA JÚNIOR, Josué Barreto da; Diversidade sexual e bullying na escola: desafios e possibilidades. **Revista Educação Pública**, v. 23, nov. 2015.

SANTOS, Wellen Renata Costa. O papel da Escola para o enfrentamento da Violência Sexual contra crianças nos discursos de professores do Ensino Fundamental em Augusto Corrêa – PA. **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, mai-ago, 2018.

SOUZA, Jair Aniceto de. Bullying, identidade e direitos humanos no contexto escolar. **IV CONEDU**, 2017.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>>. Acesso em: set. 2021.

UNICEF. Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 22 Out. 2021.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em: nov. 2021.


Williams, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque (2002). Abuso sexual infantil. In H. J. Guilhardi, M. B. B. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento*. Santo André: ESETec.

Recuperado em novembro, 2004, disponível em <http://www.ufscar.br/~cech/laprev/abuso.pdf>

ZEQUINÃO, Marcela Almeida et. al. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, jan./mar. 2016.

**ANEXOS**

## ANEXO 1 – CARTA DE ANUÊNCIA DA GRE


**Secretaria de Educação e Esportes**

GOVERNO DO ESTADO  
**Pernambuco**  
 MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA

**CARTA DE ANUÊNCIA 14/2019**

*Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012- NCS/CONEP.*

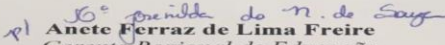
A Gerência Regional de Educação do Sertão do Médio São Francisco aceita a Pesquisadora Responsável MARIA ELDA ALVES DE LACERDA CAMPOS, sob a orientação do Prof. PAULO ADRIANO SCHWINGEL para desenvolverem o Projeto intitulado “A TESSITURA DA VIOLÊNCIA: MOTIVAÇÃO E MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR” nas escolas de rede pública, Escola Estadual Professora Adelina Almeida, Escola Estadual Professor Simão Amorim Durando, EREM Otacilio Nunes de Souza em Petrolina/PE, jurisdicionadas a esta Gerência Regional de Educação.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa, conforme Projeto em anexo, concedo a anuência para o seu desenvolvimento, desde que sejam cumpridas as exigências abaixo:

- O cumprimento da Resolução 466/2012- NCS/CONEP;
- A garantia de disponibilizar e receber esclarecimentos antes, durante e depois, do desenvolvimento da pesquisa;
- A garantia de que a pesquisa contribua para redirecionar e fortalecer ações em relação ao objeto de estudo;
- Não haja nenhuma despesa para esta instituição decorrente da participação dessa pesquisa;
- Encaminhar para esta Regional os resultados finais da pesquisa para conhecimento antes de sua publicação.

No caso do não cumprimento dos itens acima, tornar-se-á sem efeito a presente anuência a qualquer momento da pesquisa.

Atenciosamente,

  
**Anete Ferraz de Lima Freire**  
 Gerente Regional de Educação  
 GRE Sertão do Médio São Francisco  
 Secretaria de Educação de Pernambuco

Anete Ferraz de L. Freire  
 Gerente Regional de Educação  
 GRE-Sertão do Médio São Francisco  
 Mat: 085.087-0



**ANEXO 2 – APROVAÇÃO CEP**

CENTRO INTEGRADO DE  
SAÚDE AMAURY DE  
MEDEIROS - CISAM/UPE.

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DA EMENDA**

**Título da Pesquisa:** A TESSITURA DA VIOLÊNCIA  
MOTIVAÇÃO E MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

**Pesquisador:** Maria Eida Alves de Lacerda Campos

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 25038519.6.0000.5191

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 3.776.888